

### MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Coronel Chagas  
*Suplentes:*  
2º - Deputada Aurelina Medeiros

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Marcelo Natanael

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Âguida Portella  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Soldado Sampaio

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Jean Frank

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Remídio Monai

**Atos Administrativos**

Despacho ao Processo nº 00.055/ALE/2012	2
Errata ao Despacho do Processo nº 050/ALE/2012	2
Resoluções de Afastamentos nº 389 e 392/2012	2

**Atos Legislativos**

Republicação - Resolução da Mesa nº 014/2012	3
Ata da 2138ª Sessão Ordinária	3
Republicação - Ata da 2139ª Sessão Ordinária	4
Ata da 2104ª Sessão Ordinária na Íntegra	5
Carta Aberta do I Seminário de Indústria, Comércio e Turismo de Roraima	14
Ata de Reunião da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo	16
Ata de Reunião da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo	23
Relatório de Reunião da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo	27

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
 Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO  
 Diagramação

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS**

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE-RR  
 Superintendência Administrativa

**PROCESSO Nº 00.055/ALE/2012**

**OBJETO:** Contratação dos serviços de comunicação Sistema Vivo Direto para atender à Sessão de Inteligência e Segurança Orgânica desta Casa legislativa, incluídas 15 (quinze) linhas e 15 (quinze) aparelhos celulares, por um período de 12 (doze) meses.

**ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, referente às despesas com contratação dos serviços de comunicação sistema direto de rádio, em favor da empresa **VIVO S/A** no valor R\$20.000,00 (Vinte Mil Reais), conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 25, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Boa Vista-RR, 29 de agosto de 2012.

**Aias Viana Bento**

**Superintendente Administrativo**

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente à Inexigibilidade de Licitação, para despesas com contratação dos serviços de comunicação sistema direto de rádio, de que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial da Assembleia

Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da lei supramencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.

Boa Vista-RR, 29 de agosto de 2012.

**Francisco de Sales Guerra Neto**  
 Presidente ALE/RR

**PROCESSO Nº 050/ALE/2012**
**ERRATA REFERENTE A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Ocorreu um erro no momento da publicação do dia 21 de junho. Faltou informar a combinação dos artigos que amparam a inexigibilidade.

**Onde se lê artigo 25, LEIA-SE: ART 25, INC II, C/C com o Art 13, Inc VI da Lei 8.666/93**

Boa Vista-RR, 30 de agosto de 2012

**Niura Cardoso de Souza**  
 Diretora Administrativa

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 389/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **RAIZA MAAB DE BRITO MARQUES, Assistente Especial III da Mesa Diretora**, para viajar com destino a cidade de Maceió-AL, no período de 30.08 a 03.09.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**  
 Presidente

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 390/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **RICARDO PEDROSA ALVES, Chefe da Seção de Inteligência e Segurança Orgânica** e **ROBERT GIL RODRIGUES ALMEIDA, Chefe de Núcleo de Registro**, para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 31.08 a 09.09.2012, com a finalidade de tratarem de assuntos relativos à Seção de Inteligência e Segurança Orgânica, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**  
 Presidente

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 391/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **TONY MARLEN LEÃO AMADOR, Assistente Parlamentar III**, para viajar com destino aos municípios de Uiramutã e Pacaraima, região do Surumu, no período de 03.09 a 06.09.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**  
 Presidente

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 392/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **CARLOS EDUARDO MAIA MALVA, Assistente Parl. III, FABIANA DA SILVA COSTA, Assistente Parl. III e IARA DA SILVA COSTA, Assistente Parl. III**, para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 30.08 a 08.09.2012, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**ATOS LEGISLATIVOS**
**RESOLUÇÃO DA MESA**

= REPUBLICAÇÃO =  
**RESOLUÇÃO Nº 014/12**

**Cria Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei nº 039/12.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 31 da Constituição Estadual, c/c arts. 23, VI, "j", e 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica criada Comissão Especial Externa para analisar e emitir Parecer ao **Projeto de Lei nº 039/12**, constante da Mensagem Governamental nº 036, de 20 de agosto de 2012, que "**Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna, junto ao BNDES, tendo como Agente Financeiro o Banco do Brasil S/A, no âmbito do Programa PROINVESTE, e a oferecer garantias**", nos termos da Resolução nº 4.109, de 05 de julho de 2012, do Banco Central do Brasil, constituída pelos seguintes parlamentares:

- Aurelina Medeiros;
- Brito Bezerra;
- Célio Wanderley;
- Chicão da Silveira;
- Flamarion Portela;
- Jalsler Renier;
- Marcelo Cabral;
- Marcelo Natanael; e
- Naldo da Loteria

**Art. 2º** A Comissão a que se refere o art. 1º desta Resolução tem o prazo para funcionamento de até 60 (sessenta) dias, para emissão do parecer.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 28 de agosto de 2012.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

**ATAS PLENÁRIO - SUCINTA**

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia quatorze de agosto de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima trigésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao

Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalsler Renier**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Requerimento nº 001/12, de 07/08/12, do Deputado Joaquim Ruiz, requerendo, após ouvido o Plenário, prorrogação de prazo, por igual período, para funcionamento da Comissão Especial Externa criada através da Resolução 09/12. Requerimento s/nº, de 07/08/12, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo ao Plenário que seja solicitado à Secretaria de Estado de Gestão Estratégica e Administração o fornecimento de cópia da relação dos servidores comissionados do Estado. Memorando nº 25/12, de 07/08/12, do Deputado Chicão da Silveira, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 02/08/12. Memorando nº 26/12, de 07/08/12, do Deputado Joaquim Ruiz, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 07/08/12. Projeto de Lei s/nº, de 13/08/12, do Deputado Brito Bezerra, que "Institui a meia-entrada para professores das redes públicas estaduais, municipais e particulares de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento, nos municípios roraimenses". Indicação s/nº, de 13/08/12, do Deputado Brito Bezerra, indicando a criação do Curso Superior de Música na Universidade Estadual de Roraima – UERR. Projeto de Lei s/nº, de 13/08/12, do Deputado Brito Bezerra, que "Cria o Programa de Coleta de Medicamentos Vencidos ou Estragados e dá outras providências". **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 033/12, de 10/08/12, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013 e dá outras providências. **EXTERNO:** Comunicados nºs ALO77839/2012 a ALO77841/2012, de 31/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para as Associações de Pais e Mestres de Escolas Estaduais. Comunicado nº ALO80919/2012, de 02/08/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes. Comunicados nºs ALO80920/2012 a ALO80939/2012, de 02/08/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para as Associações de Pais e Mestres de Escolas Municipais e Estaduais. Ofício nº 105/12, de 08/08/12, da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, enviando, para conhecimento, dossiê da situação das escolas indígenas do Estado de Roraima. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** usou a Tribuna para comentar a suspensão da titulação de terras e do licenciamento ambiental no Estado por parte do ITERAIMA e da FEMARH, destacando que, em visita ao Instituto de Terras para buscar informações, foi colocado a par da situação pelo Presidente daquela Pasta, que, inclusive, forneceu a peça técnica do juiz que tomou tal decisão. Após, referindo-se à Procuradoria do Estado, que, segundo o Senhor Parlamentar, não emitiu nenhuma manifestação, até o momento, não se sabendo, portanto, que medidas estão sendo tomadas, opinou que o Órgão é despreparado para resolver essa questão, sugerindo que o Governo do Estado contrate profissionais especialistas em direito agrário a fim de destravar o processo. Finalizou fazendo um apelo à Liderança do Governo e à Presidência desta Casa no sentido de sensibilizarem o Executivo para a busca de uma solução para esse impasse, que, em sua opinião, está engessando o desenvolvimento do Estado e prejudicando milhares de famílias que sobrevivem do campo. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou citando as palavras do Padre Revislante sobre a importância de se ter fé em Deus e nas instituições. Após, falando sobre a diferença entre o baixo e o alto clero dentro do Parlamento, reportou-se aos seus Pares indagando se os filhos bastardos de eleições ilegítimas, os que exercem seus mandatos a títulos precários, os que compõem uma multidão sem cara, que não decidem coisa alguma e que estão disponíveis apenas para garantir o quorum para deliberação de matérias pertenciam ao baixo clero, enquanto o Poder Executivo faria parte do alto clero, uma vez que sua ascendência sobre o Poder Legislativo é inquestionável. Continuando, enfatizou que são os Deputados, membros deste Poder, que podem, com a força de seu voto, união de intenções e fidelidade aos princípios, escrever um novo momento no Poder Legislativo Estadual, engrandecê-lo à altura da sua função antológica e essencial, deixando um legado do exemplo de uma atuação política patriótica, cívica e heroica, onde não mais renunciem às suas prerrogativas nem se enverguem, para sempre satisfazer as vontades do Poder Executivo. Finalizou recitando estrofes de um poema do escritor Victor Hugo: "Desejo-te primeiro que ames, que amando também sejas amado; e que, se não fores, sejas breves em esquecer; e que, esquecendo, não

guarde mágoas. Desejo-te, também, que tenhas amigos que, mesmo que maus e inconsequentes, sejam corajosos e fiéis e que, pelo menos num deles, possas confiar sem dúvida... Desejo, outrossim, que tenhas dinheiro, porque é preciso ser prático, e que, pelo menos uma vez por ano, coloques um pouco dele na tua frente e digas: isso é meu. Só para que fique bem claro quem é dono de quem, se o dinheiro é dono de você ou se você é dono do dinheiro". O Senhor Deputado **Brito Bezerra**, inicialmente, parabenizou o Senhor Deputado Flamarion Portela pelo seu pronunciamento, afirmando que o alto e o baixo clero, figuras meramente políticas, existem nas esferas municipal, estadual e federal, sendo, em sua opinião, muito fácil identificá-los nesta Casa. Prosseguindo, ressaltou que pertencem ao baixo clero aqueles que precisam do Poder Executivo, dos Secretários de Estado e não são atendidos, sem ao menos uma satisfação, destacando que proposições do baixo clero são deixadas para trás, priorizando-se aquelas dos colegas do alto clero. Em seguida, reportando-se ao aparte do Senhor Deputado Soldado Sampaio ao pronunciamento do Senhor Deputado Flamarion Portela, concordou que o eleitor não acredita mais na política e, principalmente, nos políticos, o que, segundo o Senhor Parlamentar, é comprovado através de pesquisas, que apontam o Legislativo como o Poder de menor aceitação, em sua opinião, por estar sendo visto como braço do Poder Executivo, por aprovar apenas projetos de urgência e emergência do Governo do Estado, como se apenas esses fossem importantes. Após, chamou a atenção de todos para o clamor do povo deste Estado, que pede providências ao poder público para melhorias nos setores da saúde, da educação e da segurança, destacando que esses problemas só serão resolvidos com a união dos Parlamentares, que foram eleitos para trabalhar em prol dos roraimenses, ressaltando que faz a sua parte como representante do povo, quando cria projetos em benefício da sociedade, denuncia as irregularidades deste Governo e a falta de compromisso com o povo. Em seguida, deu conhecimento de três propostas de sua autoria protocoladas nesta Casa, justificando cada uma: A primeira, um Projeto de Lei que cria o Programa Estadual de Coleta de Medicamentos Vencidos ou Estragados, afirmou que ele surgiu da preocupação com os malefícios causados à saúde de todos com o descarte impróprio desses medicamentos, destacando que já existe uma resolução da ANVISA que orienta que as farmácias façam a coleta. Com relação ao Projeto de Lei que institui meia-entrada aos professores da rede pública estadual, municipal e particular de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento aos roraimenses, argumentou que os professores são formadores de opinião e, portanto, devem participar da vida cultural do jovem, na busca de argumentos para discutir com os estudantes em sala de aula. Por último, referindo-se à indicação para criação do curso superior de música na UERR, chamou a atenção para a importância da iniciativa, que visa habilitar profissionais para atuarem como músicos educadores em agremiações musicais, escolas de músicas e conservatórios, bem como, cantores ou regentes em orquestras, corais e bandas musicais. Finalizando, lamentou a situação de Roraima, que, de acordo com o Senhor Parlamentar, encontra-se no mais cruel estado abandono, ressaltando que, em suas emendas, alocou trezentos mil reais para a manutenção da ponte que liga a região de Entre Rios ao Município de Caroebe, com o objetivo de facilitar o transporte da produção de frutas e de peixes; um milhão de reais para a FEMARH, bem como, trezentos mil reais para a ADERR, as quais não foram liberadas, certamente por fazer parte do baixo clero. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, para reunião das Comissões Permanentes da Casa, bem como, para que os Senhores Parlamentares pudessem ouvir os Presidentes do ITERAIMA e da FEMARH. Às quatorze horas, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 009/12, que "Altera dispositivos das Leis Complementares nºs 02, de 22/09/93, que institui o Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima; e 88, de 29/09/2005, e dá outras providências, de autoria do Poder Judiciário". Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado, em segundo turno. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 012/12, pelo falecimento da Senhora Maria Lindalva Teixeira de Oliveira. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 013/12, pelo falecimento da Senhora Diva de Queiroz Melo. Colocada em discussão e votação, a Proposta foi aprovada. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** deu conhecimento da decisão tomada pela Universidade

Estadual de Roraima de legalizar os diplomas dos professores que concluíram o curso de mestrado no exterior, parabenizando a Instituição pela iniciativa. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** solicitou à Mesa Diretora uma reunião com os Senhores Parlamentares, com o objetivo de debater assuntos pendentes na Casa, no que foi acatado pelo Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 21, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 21/08/12

= REPUBLICAÇÃO =

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**

Às nove horas do dia vinte e um de agosto de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima trigésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Memo nº 039/12, de 08/08/12, do Deputado Marcelo Natanael, solicitando que seja cedido um espaço no Canal da TV Assembleia, a fim de que sejam divulgados os trabalhos realizados pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Indicação s/nº, de 14/08/12, do Deputado Joaquim Ruiz, concedendo anistia aos micro e pequenos agricultores que estão com débitos na Agência de Fomento, sem condições de quitá-los ou negociá-los; Projeto de Lei s/nº, de 16/08/12, do Deputado Brito Bezerra, que dispõe sobre a realização de Eventos Culturais, Esportivos, Sociais e Folclóricos no Estado de Roraima e dá outras providências. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 034/12, de 15/08/12, encaminhando, para deliberação, Projeto de Lei que altera a Lei nº 753/09, que criou o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE/RR. Mensagem Governamental nº 035/12, de 20/08/12, submetendo à apreciação Projeto de Lei que institui a gratificação de atividade médica e os cargos de cirurgião-dentista, em suas diversas especialidades em saúde, para integrarem o quadro de servidores da Secretaria de Estado de Saúde. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:** Ofício nº 052/12, de 15/08/12, encaminhando deliberação nº 001/2012 – TCERR/Conselho de Ética. **EXTERNO:** Ofício nº 162/12, de 15/08/12, encaminhando minuta de Projeto de Lei que visa à criação do Juizado Especial da Fazenda Pública e a alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 002, de 22/09/93, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima. Ofício nº 1271/12, de 17/07/12, da Caixa Econômica Federal, informando sobre Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União; Ofício Circular Externo nº 42/12, de 05/07/12, da Secretaria Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social; Ofício nº 538/12, de 15/08/12, da Secretaria de Estado da Fazenda, comunicando a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, referente ao 6º bimestre de 2011; Ofício nº 511/12, de 15/08/12, da Controladoria Geral do Estado, informando a impossibilidade de participar do 1º Seminário de Indústria, Comércio e Turismo de Roraima; Ofício nº 016/12, de 15/08/12, da Liga de Futebol Amador do Estado de Roraima, solicitando a criação da Secretaria Estadual de Esporte e Lazer; Carta s/n, de 21/08/12, de George da Silva Melo, solicitando, por determinação do Superior Tribunal Eleitoral, posse do seu cargo de deputado estadual, conforme cópia da Publicação de Decisão nº 289/2012 no Diário da Justiça Eletrônico. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. Em seguida, a Senhora Presidente em exercício suspendeu a Sessão para a abertura do 1º Seminário de Indústria, Comércio e Turismo de Roraima. Alcançado o

objetivo, e havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício reabriu a Sessão, anunciando para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, da Proposta de Moção de Apoio nº 016/12, de autoria da Mesa Diretora, ao Movimento Pró-Roraima, em face das emendas apresentadas à MP571/2012, assinada pelas Entidades de Representação do Sistema Produtivo em nosso Estado; da Proposta de Moção de Pesar nº 014/12, de autoria do Deputado Sargento Damosiel, pelo falecimento do Senhor Cosme Lopes de Magalhães, mais conhecido como Piaba, ocorrido no dia 14 de agosto do corrente; e da Proposta de Moção de Pesar nº 015/12, de autoria do Deputado Chicão da Silveira, pelo falecimento do Senhor José Alves da Silva, mais conhecido como Seu Zuza, um dos fundadores de Alto Alegre, ocorrido no dia 12 de agosto do corrente. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Apoio nº 016/12, que, colocada em discussão e votação, foi aprovada. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 014/12. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 015/12, que, colocada em discussão e votação, foi aprovada.

**EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente em exercício encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 28, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dniego Coelho, Flamaron Portela, Gabriel Picanço, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 28/08/12

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2104ª SESSÃO, EM 03 DE ABRIL DE 2012.  
 43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

**PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.**  
 (Em exercício)

Às nove horas do dia três de abril de dois de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra para atuar como Segundo Primeiro ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsen Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

### RECEBIDO DOS DEPUTADOS

.Requerimento s/nº de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que assegura aos candidatos a concurso para cargo ou emprego no serviço público estadual, seguidores de denominação religiosa que guarda os sábados, o direito de realizar as provas em horário compatível com as normas que professam.

.Projeto de Lei s/nº de autoria do Deputado Brito Bezerra, que “Proíbe a exigência de Caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede privada no Estado de Roraima, nas hipóteses que especifica.”

.Indicação s/nº de autoria do Deputado Jean Frank, recuperação das pontes de madeira, situada nas vicinais V e VI na região Dom Paredão, município de Alto Alegre, que se encontra em estado crítico.

.Projeto de Lei 001/12 de autoria do Deputado Ionilson Sampaio, que Dispõe sobre a venda e a transferência de motocicletas,

e dá outras providências.

### EXTERNOS

.Ofício nº 05/12, de 29/02/12, da Câmara Municipal de Rorainópolis, solicitando apoio para revisão do Código de Ética e Regimento Interno.

.Ofício nº 405/12, de 23/03/12, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, notificando a liberação dos recursos – Convênio nº015/12 – Objeto: Apoio à aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura da Agricultura Familiar.

.Carta Circular nº 26, de 26/03/12, do SEBRAE/RR, encaminhando um exemplar da revista Empreendedorismo & Negócio de Janeiro, Fevereiro e Março.

.Ofício nº 301/12, de 27/03/12, da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, solicitando com a maior brevidade possível, informações acerca da existência e atual fase de tramitação do Projeto de Lei relativo ao Plano Estadual de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos da Saúde.

.Carta DAR/GARO- 008/12 – (22-AL), de 30/03/12, da Embratel, esclarecimentos referente os canais de comunicação.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, demais presentes, meu cordial bom-dia. Senhor Presidente, solicito o registro nos anais desta Casa o meu esclarecimento a todos os Deputados e ao público em geral que no dia 02 de abril os Deputados de oposição nesta Casa, após receber e analisar denúncias, ler nos jornais, deste Estado, após a divulgação pela imprensa em geral, denúncias sobre os desmandos do Governo do Estado em vários segmentos da Administração Pública direta e indireta, resolvemos focar uma das denúncias, apurar insistentemente as fundamentações, verificar in loco essas denúncias, pedir e requisitar em órgãos públicos os diários oficiais e, a partir daí, protocolamos nesta Casa requerimento para instalação de uma CPI, em relação a esta, busco apoio de todos os Deputados de situação para, juntos, apurar as denúncias. Então, Senhor Presidente, Deputados de oposição desta Casa, é requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar as locações de veículos pelo Governo do Estado de Roraima e órgão da administração indireta, conforme anexos e documentos. Quero dizer que a solicitação da CPI está fundamentada em documentos, em fatos, em publicações da imprensa local, jornais, revistas e BLOGs, bem como, deixo claro para Vossa Excelência e demais aqui presentes, que, de junho de 2011 até janeiro de 2012, R\$ 4.608. 684,00 foram o valor dos contratos de locação de veículos feitos pelo Governo do Estado com apenas duas empresas. Senhor Presidente, se o valor de, aproximadamente, quatro milhões fosse transformado em compra de caminhonetes de luxo, teríamos algo em torno de 60 caminhonetes de luxo sendo adquiridas pelo Governo do Estado e estariam à disposição da sociedade, como propriedade do povo deste Estado. Hoje, nós queremos, na prerrogativa de fiscalizar, o direito constitucional que é dado aos parlamentares, requerer a Vossa Excelência que seja deliberado e, conseqüentemente, nomeada a CPI da Locação aqui nesta Casa. E, ainda, deixa claro para Vossa Excelência que ao requerimento estão anexados todos os diários oficiais, onde foram publicadas essas contratações todos os diários oficiais que antecederam essas contratações. Portanto, deixam claro que apenas duas empresas estão ganhando todos os processos de licitação no que diz respeito à locação de veículos para o Governo do Estado da Administração direta e indireta. Mas, aqui, Deputados, não é tão somente, que apenas duas empresas estão sendo as vencedoras desses processos licitatórios, porque a partir do momento em que o processo licitatório seja lícito, está de acordo com a Lei, não tem nada a ver que uma, duas, três, quatro empresas ganhem essa licitação. A nossa preocupação é tão somente porque tantos veículos são locados para o SETRABES, para a CER, para a Secretaria de Agricultura, para o ITERAIMA, enquanto os cidadãos nos procuram todos os dias, principalmente, das vicinais do interior, dizendo que não têm veículos para transportar seus produtos, para escoar a produção do interior do Estado. Vejam só, se existem tantos veículos locados, deveriam estar no interior do Estado, principalmente, e as pessoas deveriam estar sendo atendidas com esses veículos, transportando a produção dos agricultores que têm necessidade de se colocar para a negociação aqui nas feiras livres, como aconteceu ao longo de muitos e muitos anos. Então, Senhor Presidente, eu gostaria de salientar para Vossa Excelência

a não necessidade de colocar para deliberação em Plenário na aprovação de uma CPI. Gostaria de salientar para Vossa Excelência o fundamento legal para a criação de uma CPI. A Constituição Federal e Estadual determinam a necessidade de existir um fato determinado. O fato determinado existe e é a locação de veículos por parte do Governo do Estado, da administração direta ou indireta, ou seja, locação suspeita desses veículos. Como descrito, existem suspeita de irregularidades na exagerada e milionária quantidade de veículos pelo Governo do Estado de Roraima, resta, portanto, definir os requisitos essenciais para a instalação e criação de uma CPI, senão vejamos, o interesse público, a competência funcional da Casa Legislativa, a intangibilidade dos direitos e garantias individuais e coletivas, requerimento de 1/3 dos membros da Casa Legislativa, apuração de fato determinado e fixação de prazo certo. Nós temos assinatura de oito deputados que representam 1/3 desta Casa Legislativa, e pedimos a instauração da CPI com sete membros para, no prazo de noventa dias, nós conseguirmos apurar esses fatos e trazer a público os resultados dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E, aí saliento a Vossa senhoria que já existe uma determinação do Supremo Tribunal Federal que, após atender tais exigências, ou seja, o artigo 58, parágrafo 3º da Constituição Federal, estabelece que as Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas mediante requerimento de seus membros para a apuração de fato determinado e por prazo certo. Preenchidos os requisitos da Constituição Federal, impõem-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito que não depende, por isso mesmo, da vontade da maioria legislativa. Atendidos tais fatos da Constituição Federal, cumpre ao Presidente da Casa Legislativa adotar os procedimentos subsequentes e necessários à efetiva instalação da CPI, não havendo qualquer apreciação de mérito sobre o objeto da investigação parlamentar que se revela possível todo o seu caráter autônomo, ainda que já instaurado em torno dos mesmos fatos, inquéritos policiais e processos, ou seja, Senhor Presidente, mesmo que já tenha algum procedimento administrativo, algum inquérito policial e mesmo, processos judiciais apurando tais fatos, não exige Vossa Excelência e esta Casa de instaurar aqui a CPI solicitada, conforme o artigo 58 da Constituição Federal, e nomear sete Deputados para a formação da CPI, e passarmos a apurar os fatos denunciados pela imprensa local, apurar os fatos que buscamos no Diário Oficial, apurar os fatos de denúncia e de indignação de milhares de roraimenses que hoje clamam por justiça social, chamam atenção do Poder Público na saúde, na educação, na segurança. E, quanto a esses aspectos, vemos locações superfaturadas, são quase cinco milhões em locações de veículos em quatro secretarias, algumas dessas, Deputado Soldado Sampaio, sequer diz o valor, simplesmente, que foi aberto o processo licitatório e que a empresa A ou B foi a vencedora, mas não torna claro e não explicita o valor. Os documentos estão aqui desde ontem, protocolados nos anais desta Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Brito Bezerra. É de nosso conhecimento o objeto da CPI, é um instrumento legal do parlamento que exercita suas funções fiscalizadoras. Constatamos na atual gestão do Governo, vários fatos que são objetos para CPI. E aí, Deputado, o Governo, de maneira estratégica, usando de artifício, quando ele percebe que existe a possibilidade de uma CPI, o que ele tem feito? Ele tem chamado o Secretário de Segurança, o Delegado Geral, o Comando da PM e outras autoridades policiais e abre um inquérito com discurso que vai apurar, que não compactua com aquele fato, mas não passa de um mero discurso, esses inquéritos não são concluídos. Isso aconteceu na saúde, quando tentamos instalar aqui a CPI da Saúde, Deputado Brito Bezerra, de imediato o Governo, o Secretário de Segurança foram para a mídia dizer que não precisava abrir uma CPI, que não iriam ocupar os Deputados, pois a questão era caso de polícia. Naquele momento, nós registramos a nossa fala aqui, os peixes pequenos vão passar alguns dias detidos e não aconteceu outra, não vi um Secretário sendo ouvido nem intimado. É fato. Então, temos percebido que existem vários indícios de desvio de recurso público no nosso Estado. Recentemente, aconteceu aqui a licitação da terceirização do pátio do DETRAN, denunciemos essa questão, mostramos o quanto isso seria prejudicial à sociedade roraimense. Denunciamos a licitação, junto com o Tribunal de Contas do Estado, da terceirização da limpeza escolar que foi cancelada pela CPL. Desta Tribuna, Deputado Brito Bezerra, denunciei o superfaturamento em compra de livros, livros que custaram para a Secretaria do Amazonas 24 reais, e para o Estado de Roraima custaram 67 reais. Então eu quero, a partir dessa CPI, vamos estar cobrando a implantação dela, uma das condições que colocamos para essa CPI, é que caso o Plenário, caso a base governista use de algum mecanismo

para não deixar a CPI avançar, nós vamos para a justiça, conforme coloquei, Vossa Excelência sabe muito bem como líder, que nós, Deputados, temos que recorrer a justiça, que a CPI é um instrumento da minoria, e já há decisões no Supremo Federal sobre tal matéria. Então, é preocupante, Deputado Brito Bezerra, essa superlocação de carros, para que tanto veículo? Então, quero me somar a Vossa Excelência para exigir que esta Casa crie essa CPI e que os membros de blocos indiquem seus representantes, regimentalmente é assim. E, mesmo sabendo, Deputado Brito Bezerra, que nós vamos ter três Deputados da oposição e quatro da situação, eu não sei como está a questão do G5, se está de maneira oficializada nesta Casa. Então, isso nós queríamos apurar, pois se não tiver nada de irregular, nós vamos demonstrar para a sociedade que o Governo contratou tais veículos por estar realmente precisando. Agora, não me parece que é isso. Então, Deputado, quero me somar a Vossa Excelência e pedir o apoio dos demais Deputados, para que possamos instalar a CPI, visando investigar essa questão. Obrigado!

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – Obrigado, Deputado Soldado Sampaio, pelo aparte. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero, aqui, salientar a Vossa Excelência a obrigação que temos, como parlamentares, de apurar esses fatos, de abrir essa CPI, buscar e tornar público para toda sociedade roraimense, denúncias que hoje permeiam as nossas casas, nossas vidas, publicadas na imprensa, e somos cobrados nas ruas diuturnamente, que tomemos responsabilidade. É preciso nos inteirar sobre esses fatos para apurá-los, como parlamentares, como representantes do povo. E aqui quero dizer que o bloco de oposição, os 08 Deputados tomaram a iniciativa, assinada a CPI, a protocolaram nesta Casa, mas tenho certeza que os demais Deputados têm compromisso com o povo do nosso Estado, vão honrar seus pronunciamentos de campanha e vão conosco apurar esses fatos, responsabilizar quem tiver que ser responsabilizados, após a apuração dos mesmos, trazer a público todas as possíveis ilicitudes existentes nesses contratos.

Então, Deputado Sampaio, Senhoras e Senhores Deputados, é inadmissível haver 5 milhões de contrato de locação de veículos em três Secretarias, já no Corpo de Bombeiros tem locação de veículos que sequer consta o valor. Deve ser esse aí de 600 reais o valor de uma caminhonete. Outras secretarias, como o SETRABES, a campeã em locação de veículos no nosso Estado, com uma empresa só, que está sob denúncia de ser sócio da Senhora Secretária de Bem-Estar Social.

Então, são denúncias demasiadas, é uma obrigação nossa apurar, essa CPI deve ser aberta por esta Casa, independentemente, conforme a Constituição Federal....

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Só para informá-lo que o seu tempo já excedeu os dois minutos, vou lhe conceder mais 30 minutos para o Senhor encerrar.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Senhor Presidente, independente de qualquer outro órgão de controle esteja fiscalizando, apurando esses fatos, nós temos aqui a obrigação de abrir essa CPI, apurar os fatos em resposta ao povo de Roraima que tanto sofre, que tanto peregrina nas ruas em busca dos seus direitos reconhecidos pelo Poder Público, mas os recursos estão nos bolsos de poucos que são apaniguados do governo deste Estado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia a todos do Plenário, em especial, às crianças, aos orientadores, e aos debatedores que irão participar do fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quero, neste fórum, antes de iniciar a minha fala propriamente dita a respeito do tema que vou falar hoje, aproveitar para deixar aqui o meu repúdio, também, se for possível, preparar uma carta de repúdio ao Superior Tribunal de Justiça, Sexta Câmara do STJ que na semana passada absolveu uma pessoa que tinha estuprado duas crianças de doze anos de idade, foi matéria inclusive da Folha de São Paulo, mereceu repúdio por parte dos Deputados Federais, da Câmara Federal, enfim, de toda sociedade organizada brasileira. Aproveitamos este evento para que façamos também uma Carta de Roraima, durante este fórum, em repúdio ao STJ, que reveja a posição tomada pela 6ª Câmara no STJ. Deputada Ângela, Vossa Excelência que vai participar desse fórum encabece esse movimento, tenho certeza que todos nós assinaremos a nota de repúdio contra a decisão do STJ.

Aparte concedido à Senhora deputada Ângela Portela – Presidente, demais Deputados, com relação a essa decisão infeliz do STJ, no momento em que todos caminhamos para acolher, cuidar, para que as crianças tenham os seus direitos fundamentais garantidos, que sejam contemplados em todos os seus direitos na saúde, educação,

afeto, laser, nós somos pegos de surpresa com uma decisão como essa. Crianças de 12, 14 anos, se elas estão se prostituindo, como foi falado, alguma coisa está errada, o poder público falhou, de alguma forma deixou de acolher essas crianças. Então, em hipótese alguma, podemos dizer que essas crianças estavam se prostituindo, por isso o ganho de causa para os réus, é um absurdo, deve haver um movimento nacional nesse sentido e que seja reavaliada essa decisão, não só a decisão, mas também todos os programas sociais de governo no sentido de que a nossa sociedade olhe com carinho especial as crianças e os adolescentes, enquanto continuamos pedindo, como é o grande sonho deste País, escolas com tempo integral. Obrigada pelo aparte.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. - Obrigada, Deputada Ângela pelo aparte, com certeza essa decisão será revista, até pelo próprio absurdo da decisão. Ouvi, esta semana o Presidente do STJ Ministro Ari Pargendler dizendo que possivelmente eles iriam ver essa decisão que é de fato estapafúrdia.

Mas meus caros colegas, pessoas aqui presentes, o assunto que nos traz à tribuna é extremamente preocupante, tanto para a sociedade roraimense, como para o Brasil, é quanto ao número de acidentes de trânsito principalmente com motocicletas, ocorrido nos últimos tempos. É bem verdade que a prosperidade econômica do País melhora a condição de vida das pessoas. O acesso ao crédito facilitou a aquisição do carro próprio, ter sua motocicleta financiada, mas o poder público não previu que, aliado a isso, poderia acontecer um número extremamente absurdo de acidentes de trânsito, principalmente acidentes causados por motocicletas. O que nós estamos propondo pelo Projeto de Lei que protocolamos ontem na Secretaria desta Casa, conforme nossa análise, vem ajudar na diminuição do número de acidentes de motos. Nesse Projeto de Lei, constam apenas 04 artigos, mas, com certeza, contribuirão para, pelo menos, tentar reduzir esse número absurdo de acidentes de motocicleta neste Estado.

Os acidentes são muitos, basta fazer uma visita e verificar no Hospital Geral deste Estado. Há quinze dias estava com alguns médicos que me convidaram, inclusive para ir à sala dos médicos naquela unidade, para comprovar que 90% dos leitos da sala de trauma do Hospital Geral estão ocupados por acidentados no trânsito usando motocicleta, e o que é pior, a maioria desses acidentados não tem carteira de habilitação.

Então, o nosso Projeto de Lei dispõe sobre a venda e transferências de propriedades de motocicletas e dá outras providências, no seu artigo 1º, diz que "a venda de motocicletas será efetuada exclusivamente para consumidores portadores de carteira nacional de habilitação na categoria A, de condutor, explicita no artigo 143, inciso I da Lei 9.503/97, que institui o código de trânsito brasileiro", mas, é claro, tem que ser assim, porque o cidadão que tem 200, 500 reais, às vezes, até sem entrada adquire uma motocicleta, tem mais 200 para pagar o valor da parcela dessa motocicleta que fica, em média, 200, 300 reais, mas não tem ou não quer, ou não faz porque não tem nada que o obrigue. Com 800 ou 1.000 tira a carteira nacional de habilitação, ele compra a moto financiada, paga a parcela da moto em dia e fica transitando pelas ruas das cidades de Roraima sem possuir a carteira nacional de habilitação. Daí o número explosivo existentes hoje de acidentes de motocicletas. O que o Governo arrecada? Em conversa, inclusive, com o Secretário de Saúde Leocádio de Vasconcelos sobre os custos que isso tem acarretado ao Estado, só para ter uma ideia, o custo diário para manter uma UTI em funcionamento é em torno de 22 mil reais, Deputado Chicão, fora os parafusos de titânio, perna mecânica. As pessoas que poderiam estar na força de trabalho, mas deixam de estar, e ainda ficam recebendo pensão do INSS durante o período de convalescência, além dos que ficam paraplégicos e etc. Então, o custo para o Estado é extremamente elevado, se nós tomarmos a decisão de disciplinar a questão da venda de motocicletas apenas para quem tem habilitação, nós estaremos dando uma contribuição muito grande para a Secretaria de Saúde deste Estado, e contribuindo para a segurança da sociedade roraimense. Essa proposição, meu caro Deputado Jean, inclusive, já está sendo pensada em nível federal, frente ao número extremamente alto de acidentes de motos, não só em Roraima, mas em todo o País. E, para a nossa surpresa, ao fazer a pesquisa desses dados e desses números, está lá no DATASUS, quem quiser pode acessar os dados do DATASUS do Ministério da Saúde e constatará que Boa Vista é a capital do País, em número de acidentes. Quando você relaciona o tamanho da frota em relação ao tamanho da população, concluirá que somos campeões, infelizmente, em número de acidentes de motocicletas. Então, é preciso que se faça alguma coisa, as medidas preventivas não têm surtido muito efeito, as blitz, as

barreiras, enfim, nas cidades do interior a situação é mais grave ainda, onde encontra várias e várias pessoas transitando sem capacetes, ou de capacete, mas se ele for parado, dificilmente eles terão carteira nacional de habilitação.

Vou conceder o aparte a Vossa Excelência, antes vou ler o artigo único.

O documento de transferência de propriedade de motocicleta para fim de expedição do novo certificado de registro de veículo, deverá comprovar que o novo proprietário possui carteira nacional de habilitação na categoria A. Também estamos disciplinando a transferência, porque a pessoa pode comprar a moto, ele que tem habilitação e vende para outro que não tem, essa transferência também tem que ser apenas para as pessoas que possuem carteira nacional de habilitação.

As concessionárias e revendedoras de motocicletas que não cumprirem o estabelecido nessa lei, incorrerão em infração cuja penalidade será multa no valor de duas UFER por motocicleta vendida irregularmente, para as pessoas jurídicas, quando se tratar de um adquirente como pessoas jurídicas, ele deverá comprovar que o número de motos é compatível com o número de funcionários devidamente habilitados.

Então, peço que, quando nós formos deliberar sobre essa matéria, cabe a esta Casa refletir, para tomar uma decisão em estabelecer medidas para minorar o verdadeiro sofrimento de muitos e muitos pais e mães de famílias deste Estado que enfrentar um trânsito cada vez mais louco, expondo pessoas ao perigo e dificultando à vida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Deputado Ionilson, obrigado pelo aparte, quero cumprimentar Vossa excelência pela preocupação com os nossos motociclistas, por outro lado há uma controvérsia sobre inconstitucionalidade muito grande nesse seu projeto. Perdoo-me, jamais posso ser tolo de fazer aplicação de um recurso meu de investimento, e não há obrigatoriedade de ter habilitação para que eu possa adquirir um carro, uma moto, o que acontece hoje não é só em nível de Roraima, mas em nível de Brasil, a saúde hoje gasta um absurdo em consequência de acidentes com motociclista. Quero dar uma ideia a Vossa Excelência, sobre o que poderia ser feito: já que se paga o IPVA. No imposto de antigamente existia CPMF para saúde, já que paga o imposto do IPVA, que esse imposto fosse transferido diretamente para aplicabilidade na saúde. É preocupante, Deputado Ionilson, veja bem, qualquer cidadão, cujo CPF estiver limpo, ele chega em qualquer concessionária, qualquer revenda de moto sem dar entrada, sem nada, pagando 180, 200 reais por mês, sai de lá com a moto. Se essa facilidade do crédito em nível nacional tem uma contribuição muito grande, é preocupante em nível de Roraima. O Senhor tem acompanhando de perto, como Presidente da Comissão de Saúde e Educação, vejo sempre o senhor no hospital, na Secretaria de Saúde, certamente ouve o clamor da sociedade, mas fazer o quê? Nós temos de encontrar uma forma legal e constitucional para dar um breque nessa situação. Segundo levantamento do próprio DETRAN, existe um quantitativo superior de motos do que habilitações existentes, por exemplo, eu posso ir lá com a minha habilitação e comprar uma moto, não quer dizer ceder para outra pessoa, mas há pai que compra para o filho que não tem habilitação, isso constitui um grau de irresponsabilidade. Mas é possível a preocupação de Vossa Excelência a esse respeito. Cabe a nós estudar a possibilidade de inserir uma emenda, para que o IPVA seja transferido, como a antiga CPMF ao interesse do estado de Roraima.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Obrigada Deputado Chicão, as suas intervenções são sempre enriquecedoras. O nosso intuito é exatamente abrimos o debate nesta Casa sobre o que pode ser feito. Na minha análise, quando se deixa amarrada a questão da venda da motocicleta apenas para quem tem condições, isso não vai impedir, logicamente, aos que não têm habilitação andar de moto, o que é irresponsabilidade, mas pode tentar diminuir. E acredito, sinceramente, que a gente vai conseguir diminuir o número de acidentes a partir de uma medida extrema, dura. Mas, para vocês terem uma ideia para a justificativa do projeto, em 2010 foram contabilizadas 145 mil internações, 15% a mais do que 2009, em 2011 os números são alarmantes, já ultrapassaram as 180 internações no país, só por acidentes de moto. Essa situação é também motivo de preocupação desta Casa como é preocupação hoje do ministério da Saúde, o ministro Alexandre Padilha recentemente, no debate na Globo News, foi muito claro quanto à necessidade de fazer algo porque está vendo se esvaír os seus recursos, em função desse número absurdo dos casos de acidentados de motocicletas, ele foi muito específico. Há cinco anos os casos de moto por atropelamento era maior do que os casos de morte por acidentados por motocicletas, pois bem, em 2011 e 2012, já neste

ano, os números de morte por acidente de motocicleta ultrapassaram em mais de 1.400% o número de pessoas mortas por atropelamento de pedestres. Então, gente, é preciso propormos medidas que venham a ajudar a reduzir acidentes, de forma mais dura, mais severas para disciplinar o trânsito neste Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jean Frank – Primeiro, parabéns a Vossa Excelência pelo projeto, e conte com o meu apoio. Realmente, a situação do trânsito em nosso Estado é preocupante. No ano, esta Casa realizou o Primeiro Simpósio, quando apresentamos várias ideias, inclusive, passamos várias sugestões para a Prefeitura Municipal de Boa Vista. Neste sentido, peço a Vossa Excelência, por ser irmão do prefeito, e também que o SMTRAN tome providências e comece a fiscalizar, fazer as blitz que são necessárias. Principalmente, se for preciso, colocar os pardais, nas grandes avenidas, devido ao grande índice de acidente que ocorrem. Penso que, para resolvermos a situação desses grandes acidentes no trânsito em Roraima, é preciso começar a educar as nossas crianças nas escolas. Então, Vossa Excelência pode contar com o meu apoio referente ao projeto. Mas, repito o meu pedido a Vossa Excelência intervir junto ao prefeito e ao SMTRAN que também fiscalizem, conforme o Estado vem fazendo. Depois do Simpósio, no ano passado, o DETRAN vem fazendo um excelente trabalho através das blitzes repressivas e apreensivas. Gostaria de contar também com o apoio de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. - Obrigado, Deputado Jean. Nós vamos, com certeza, pleitearmos também. É papel nosso, de todos os poderes constituídos, todas as prefeituras. É, sem dúvida alguma, a fiscalização é deficitária. Às vezes, os agentes também são desestimulados pelos baixos salários, enfim, por uma série de pontos. Na questão da Educação para o Trânsito, também, nós falhamos. Mas onde nós poderemos atacar o problema, estaremos atuantes, que é o nosso papel.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel – Senhor Deputado, quero parabenizá-lo pela iniciativa do projeto. Mas não poderia deixar de me manifestar o que eu penso sobre o teor desse seu projeto. É certo que precisamos atacar na prevenção. Não adianta, depois do leite derramado, tomar providências. E eu passei mais de seis anos dentro do resgate pelo Corpo de Bombeiros. E essa é uma realidade latente na minha vida. Presenciei muitos acidentes, cuja maioria não é nem a falta da habilitação. É justamente a causa da embriaguez que provoca acidente de trânsito. Fico, porém, preocupado quanto a este projeto, Senhor Deputado. É que os poucos empresários desse ramo que tentam sobreviver em nosso Estado ficarão demasiadamente prejudicados. O projeto que está para entrar, em torno do qual, vamos ter que abrir uma discussão ampla, envolvendo todos deputados, pois se observa que empresas locais já sobrevivem numa situação muito difícil em nosso Estado, e, ainda vai reduzir mais a venda de motos. Veja bem. A pessoa adquire uma moto, alguém que me antecedeu já até falou, ele está habilitado, mas entrega a moto para alguém que não está habilitado. Tem mérito este seu projeto, mas, acredito, o fim a que se destina vai ser pouco atingido. Se formos conforme esse projeto, nós podemos dizer também que só poderá comprar carro quem tiver a carteira C ou D.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Mas, Deputado, o número de acidentes, que tem crescido, não é o número de acidentes de veículos; é o número de acidentes de motocicletas. Essa preocupação, inclusive, é do Ministério da Saúde. E é por isso que nós estamos propondo isso.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel – Eu concordo. A maioria dos acidentes são de motocicletas, trata-se de um transporte mais fácil de se adquirir.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Eu acho que Vossa Excelência pode apresentar uma emenda, estendendo a determinação para os automóveis também, se Vossa Excelência entender assim.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel – Eu acho que isso não atinge o fim social, mas nós vamos discutir. Eu queria marcar a minha posição, e sugerindo trabalhar todas as maneiras preventivas para reduzir, porque é intolerável em Roraima o elevado número de acidente de trânsito. Essa é uma verdade. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – É só para colaborar um pouco com o seu projeto, Deputado. Em primeiro lugar, eu concordo integralmente com o teor do seu projeto, apesar de percebermos de ser um pouco duro em relação ao poder econômico, em relação à liberdade das pessoas. Mas a liberdade do cidadão termina onde começa a minha. Esse projeto chega num momento importante, devido a sua complexidade, dá abertura às discussões para que possamos

efetivamente até corrigir algumas distorções ou imperfeições encontradas ou de inconstitucionalidade neste projeto, visando apresentar uma solução, ou minimizar o problema. Será considerado válido este projeto, isto é, se salvar uma vida, já valeu a pena. Então, é momento oportuno em função do número elevado de acidentes no Estado de Roraima, considerado um Estado pequeno, cuja capital, embora com ruas largas, os acidentes acontecem principalmente envolvem jovens, onde eles estão começando a vida, poderiam produzir, contribuir com o desenvolvimento, mas o futuro desses jovens é ceifado. O projeto é oportuno, porém exige tempo para discuti-lo e encontrarmos medidas que possam reduzir ou até solucionar o mal.

Com relação aos carros que o Deputado Sargento Damosiel se refere, existe a possibilidade de você comprar seu carro e contratar um motorista. Ninguém está autorizado a comprar carro e sair dirigindo na rua. Como não está autorizado a comprar moto e sair dirigindo. Mas é muito mais difícil você comprar um carro sem habilitação e sair dirigindo na rua do que comprar uma moto sem habilitação e sair dirigindo. Eu respeito a opinião do Chicão, do Damosiel, o essencial é encontrar uma forma, um meio pra minimizar o sofrimento da população que enfrenta esse grave problema no nosso Estado. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Parabéns Vossa Excelência pela sensibilidade ao problema, também me como a Vossa Excelência para tratarmos melhorar o problema de acidentes de trânsito. Sugiro aos pares estudarmos alguma penalidade para os pais ou responsáveis por filhos menores infratores. Este final de semana, voltava do interior, presenciei uma criança dirigido um automóvel em frente à EMBRAPA, fazendo zigue-zague na rua, na pista, onde trafegam caminhões em alta velocidade. Eu tenho certeza que o menor dirigia com consentimento dos pais. Então, é momento para fazer algum ajuste, medidas pela qual os pais sejam penalizados, às vezes, até com a perda do veículo por tempo determinado. Um ano e seis meses. Nós temos que estudar e discutir aqui na Assembleia, para que isso diminua. É certo que nós temos que procurar meios para diminuir os acidentes porque muita gente está sendo mutilada inocentemente dentro do Estado de Roraima por causas dessa teimosia de andar, às vezes sem habilitação, muitas vezes embriagado. Então, nós somos responsáveis para diminuir o alto custo que o Governo do Estado vem enfrentando com a saúde do nosso Estado em consequência dos acidentes. Então, meu muito obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Obrigado, Deputado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas ) - Não havendo mais orador inscrito, passamos para Ordem do Dia.

Em discussão e votação, em turno único, Mensagem Governamental nº 007/12, de Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 029/11, que “Institui o Estatuto dos Militares do Estado de Roraima, em consonância com as disposições do art. 142, parágrafo 3º, inciso X, e artigo 42, Parágrafo 1º, ambos da Constituição Federal de 1988; e arts. 13, inciso XVII, 28 e 29 da Constituição Estadual, e dá outras providências”. informo aos Senhores Deputados que devido à matéria não ter sido analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, a mesma foi transferida para a próxima Sessão.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, gostaria de solicitar à CCJ dar uma celeridade na análise nos Vetos, haja vista que a nossa polícia militar e corpo de bombeiros estão ansiosos, sei que não depende de Vossa Excelência, mas que a Comissão reunisse hoje à tarde ou logo após a Sessão, para definirmos uma data para votação.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem. Quero informar a Vossa Excelência, Deputado Sampaio e aos demais Deputados interessado neste assunto, que nós acordamos e combinamos uma reunião da Comissão de Justiça para hoje após ao termino desta Sessão. Aproveito e convido todos os Deputados Membros da CCJ, Jalsner Renier, Coronel Chagas, Chicão, Brito e Aurelina, para que tenha quorum, e peço ajuda ao Deputado Sampaio nessa mobilização para deliberarmos essa matéria. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, sobre o assunto dos Vetos do Estatuto da polícia militar, eu fico apreensivo, porque na próxima semana não estarão aqui os Deputados Rodrigo Jucá, eu, Mecias de Jesus, Ângela, pois estaremos discutindo com a equipe técnica do Senado e Câmara dos Deputados problema do pacto federativo, FPM, FPE dos municípios do Estado de Roraima, o problema das multas adotadas na época do Brasil inflacionário. Então, como temos várias reuniões em Brasília, isso pode prejudicar de certa forma a votação dessas propostas que vão entrar em pauta na semana que vem.



O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - informo que compartilhamos com o sentimento colocado pelo Deputado Sampaio, estamos aguardando a reunião da CCJ, como Relator da matéria, quero informar que, neste momento, hoje, terça-feira, é dia de reunião de todas as Comissões Permanentes desta Casa, com certeza a Comissão de Constituição e Justiça vai se reunir para tratar dessa matéria para votar amanhã o Estatuto dos Policiais Militares e Corpo de Bombeiros.

Queremos registrar as presenças da Secretária Municipal de Gestão Social, Professora Iracir de Oliveira Cunha; da Coordenadora do Fórum de Defesa da Criança e Adolescente, Maria do Socorro dos Santos; Coordenadora da Pastoral da Criança em Roraima, Maria de Lurdes da Silva; Coordenadora do Grupo Macunaima de Protagonismo e Juvenil, Graciele Oliveira dos Santos, cumprimentamos, também, todos os alunos aqui presentes das Escolas Princesa Isabel, Lobo D'Almada, Osvaldo Cruz, Antônia Vieira e dos programas sociais PET, PROJOVEM, Guarda Mirim, Oficina da Cidadania, Capacitando Jovem para o Futuro e do Programa Valorizando a Vida.

Neste momento, a Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, nos termos do art. 153 do Regimento Interno e atendo ao Requerimento nº 008/2012, aprovado na Sessão Plenária do dia 28 de março do corrente, momento em que esta Casa recebeu o Fórum Estadual em Defesa da Criança e do Adolescente com Ação nacional "Criança não é de Rua".

Neste momento, convido as Senhoras Deputadas Aurelina Medeiros e Ângela Águda Portella, Presidente da Comissão de Defesa e dos Direitos da família e da mulher, da criança e adolescente, idoso e ação social para tomar acentos à Mesa dos trabalhos.

A partir deste momento, a Mesa dos trabalhos, será presidida pela Excelentíssima Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Bom-dia a todos, como já foi referido pelo nosso colega Deputado Chagas, estudantes, jovens, crianças, adolescentes, na pessoa da professora Edinelza farias, a gente quer abraçar a todos e dizer que esta Casa, principalmente, com relação à criança que tem uma deferência especial no prato, preocupação e compromisso com todas as políticas emanadas com qualquer esfera governamental que possa proteger para criar oportunidades, amparar as crianças do Estado de Roraima. É uma honra para esta Casa recebê-los aqui hoje, neste Fórum Estadual em Defesa dos Direitos da Criança, Ação Nacional com o tema, "Criança não é de rua", é honroso participar com o tema que toca com todas as batalhadoras do movimento, ação. Portanto, nos unirmos nesta luta em prol do nosso Estado, porque a criança que aí está, amanhã poderá estar em meu lugar, ou no lugar da Mira, Socorro, é assim que pensamos o Estado de Roraima.

Que sejam bem-vindo, e obrigado por estarem aqui conosco.

Solicito ao Senhor Deputado Chagas que conduza à Mesa dos Trabalhos a Senhora Iracir Oliveira da Cunha, (Mira) Secretária Municipal de Gestão Social desta Capital.

Solicito ao Deputado Diego Coelho que conduza à Mesa dos trabalhos a Senhora Maria Auristela de Lima, Coordenadora do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente.

Solicito ao Deputado Rodrigo Jucá que conduza à Mesa dos trabalhos a senhora Maria do Socorro dos Santos, Presidente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente.

Solicito ao Deputado Gabriel Picanço que conduza à Mesa dos trabalhos a Senhora Maria de Lurdes da Silva, Coordenadora da Pastoral da Criança em Roraima.

Solicito ao Deputado Célio Wanderley que conduza à Mesa dos trabalhos a Senhora Juliana Caroline da Silva Lima, representante de Roraima no Conselho Nacional nos direitos da criança e adolescente.

Solicito ao Deputado Joaquim Ruiz que conduza à Mesa dos trabalhos a Senhora Ivone Salute, Presidente do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos Humano da Criança e Adolescente.

Convidamos, neste momento, a Senhora Mariana Jordão que fará explanação sobre situações sociais, pesquisado em nosso Estado, com relação ao tema do fórum, aos direitos da criança.

A Senhora Mariana Jordão – Bom-dia a todos, bom-dia aos Senhores Deputados, bom-dia plateia, às crianças e adolescentes que vieram prestigiar a nossa apresentação da pesquisa para vocês terem conhecimentos sobre os dados que foram levantados.

Foi realizada a pesquisa da criança e adolescentes na situação de rua, por meio da Secretaria de Gestão Social do Município de Boa Vista.

A pesquisa foi realizada em 2011 com todas as crianças e adolescentes, a Secretaria fez o mapeamento das situações das crianças em prédios desabitados, feiras, supermercados, praças. E, por meio desses levantamentos o objetivo dessa pesquisa foi identificar, cadastrar

e encaminhar essas crianças e adolescentes na rede de sócio assistencial, nesse levantamento foram identificadas duas categorias: Primeira, as crianças e adolescentes em situação de rua são aquelas que não tinham endereço fixo, realmente, estavam vivendo na rua; a outra, as crianças em situação de rua, são as que realmente tinham endereço fixo, mas passavam o dia nas ruas, realizando alguns tipos de atividades. Essa pesquisa, na verdade, passou por uma metodologia, por meio de aplicação de um questionário, cujos resultados poderão possibilitar as informações de onde nós geramos um relatório final para a tomada de ações. Então, a primeira parte da metodologia foi a parte de planejamento, que passou por três etapas. A primeira, de planejamento, onde a equipe, internamente, fez todo planejamento para que essa pesquisa pudesse ser realmente executada; segunda, de condução dos trabalhos em campo, aplicação de questionário in loco e a terceira fase foi copilação e análise dos dados, que resultou no relatório final.

A primeira etapa diz respeito ao planejamento.

A parte de planejamento foi feita, na verdade, sobre a divisão das cidades, quatro macro áreas. No final da pesquisa, a gente pode identificar que, em todas as macro áreas, há crianças e adolescentes em situações de rua. Foi feito um mapeamento dos principais locais de concentrações dessas crianças e adolescentes, como: feira, supermercados, locais habitados, praças, e foi elaborado um questionário com as principais perguntas a serem direcionadas a esse público. Depois foi realizada uma reunião com a equipe de entrevistadores sociais, que sairiam em campo para aplicar a pesquisa. Nessa reunião foi discutida a metodologia que estariam utilizando, abordagem e esclarecimentos gerais em relação a questionário, caso qualquer dúvida que eles poderiam ter. Depois de todos os esclarecimentos, foi feito a distribuição da equipe para identificação e aplicação do questionário in loco: dois entrevistadores sociais para cada bairro; a segunda etapa foi de condução dos trabalhos, o tipo da pesquisa foi quantitativa, abordagem direta, não disfarçada, com identificação: nós somos da Prefeitura, somos funcionários da Secretaria de Gestão, estamos fazendo esse levantamento. O método de coleta foi aplicação de questionário, roteiro da entrevista com várias perguntas, como: nome, endereço, cor da pele, estatura, enfim, a data de realização da aplicada no dia 01.10 até o dia 30.11.11; local: todos os bairros de Boa Vista; público-alvo: criança e adolescente; faixa etária 07 a 17 anos, 11 meses e 29 dias. Na amostragem foram identificadas 63 crianças em situação de rua.

Por último a parte de copilação e análise dos dados. Foi copilada a pesquisa pela equipe técnica da Secretaria de Gestão, foram elaborados gráficos especificando os percentuais e notas para cada item identificado. E por últimos desenvolvemos o relatório final.

Durante a pesquisa, foram identificadas 63 crianças em situação de rua. Dessas 63, 59 estavam em situação na rua, ou seja, elas tinham casa fixa. As 4, realmente, eram situação de rua. Dessas 63, 52 concordaram responder o questionário.

Depois desse levantamento dessas 52 os técnicos de referência das unidades do CRAS e CREIAS eles foram fazer buscar ativa daqueles que foram informado, e pode se identificar que das 52, apenas o endereço de 29 realmente conferia. Então a gente pode chegar à conclusão que, ou eles se mudaram ou realmente não deram os dados corretos.

População por sexo: 60 eram meninos e três meninas; escolaridade, dos 52, 29 estavam matriculados devidamente na rede de ensino;

População por idade, a maioria era adolescente de 13 a 17 anos, 07 a 12 crianças e os outros não responderam questionários.

Os Bairros que foram identificados: Tancredo Neves, Asa Branca, Centro, Feira do Garimpeiro, Supermercados.

Principais relatos das crianças foram que os pais tinham conhecimento que estavam na rua fazendo algum tipo de trabalho; ações, pedintes ou vendendo CD, DVD, artesanato, alimento, enfim, todos com o consentimentos dos pais, visando complementar renda familiar. Outro ponto que eles colocaram, foi que, no momento em que os pais estavam na feira do garimpeiro trabalhando aos domingos e até mesmo realizando sua própria feira, eles aproveitavam o momento para guardar um carro, lavar um carro, pedindo ou vendendo algum tipo de CD, DVD. Então, percebeu-se que a grande maioria dos pais tinha conhecimento de onde os filhos estavam realizando essa atividade. Conforme a pesquisa a maioria eram mulheres como chefe de família, que não tinham outra renda, elas trabalhavam na informalidade, a não ser, a questão bolsa família e crédito social. Outro ponto, das 63 crianças foram identificadas, pelo menos, 4 que apresentavam estar sob efeito de substâncias psicoativas, a maioria encontrava-se matriculada na rede de ensino.

Mediante essas informações, podemos fazer o cruzamento para saber se essas pessoas estavam recebendo algum tipo de benefício. Então, dessas 29, 17 crianças e adolescentes eram realmente beneficiário da bolsa família, e apenas dois estavam cadastrados no PET.

Parecer conclusivo: com tudo que foi levantado, a equipe técnica de referência busca ativa com crianças e adolescentes identificados e encaminhá-los para rede sócio assistencial: CREAS – Centro de Referência de Assistência Social e CRAS – Centro de Referência Especializado de Assistente Social, com essa equipe realmente poderão fazer o trabalho conjunto.

Então, as principais atividades que o CREAS e o CRAS estão realizando junto a esse grupo é de monitorar, informar, pactuando com responsabilidade com as famílias e a rede sócio assistencial, visando fortalecer e resgatar o vínculo familiar que é um dos objetivos dos CRAS, promover o acesso às famílias, às redes socioassistenciais, programas de trabalhos, transferências de rendas e promover cursos profissionalizantes; solicitar intervenção, se for o caso, do Ministério Público, Conselho Tutelar, das Delegacias Especializadas, naqueles casos, e quando já conversado com a mãe e que ela tinha conhecimento, mas o filho iria continuar naquela situação. Este seria um caso de encaminhar aquela mãe ao Conselho Tutelar; articular e encaminhar as redes socioassistenciais de serviços especializados, tanto na rede social, como saúde e educação. Quando os técnicos de referências fizeram esse levantamento, algumas crianças já estavam, pela manhã, na escola, onde faziam aparte do projeto “Mais Educação”. No outro horário, elas estavam dentro da escola, essas eram as crianças que estavam trabalhando nos finais de semana. E uma das ações é articular junto à Secretaria de Educação para possibilitar trazer mais crianças para o Projeto Mais Educação, que permite a permanência da criança nos dois períodos dentro da escola, ou a escola aberta que funciona nos finais de semana. Realiza também atendimento psicossocial contínuo no CREA com a criança e adolescentes e familiares.

Foi realizado o lançamento do observatório nacional aqui em Roraima, dia 21 março, através do qual, nós tomamos conhecimentos da plataforma digital que foi apresentada, aí ela pode possibilitar a identificação, do cadastro e a gestão dessas informações, aí está a explanação da plataforma digital que tem como prazo para começar a funcionar a partir de abril a junho, pois ainda está sofrendo algumas adaptações. São quatro abas onde a primeira é sobre gráficos e estatísticas, a segunda é só uma aba de retorno com uma home page, a terceira e a quarta são as que realmente iremos utilizar que é a CADE Criança e configurações. Então, todos os Estados alimentarão a plataforma digital com informações. Quando realizamos a pesquisa, o questionário para o cadastro tinha em média quinze itens a serem respondidos, e desses quinze um é aberto. Então, nós deixamos uma resposta aberta para as crianças poderem colocar suas concepções, o outro cadastro vai possibilitar uma informação mais completa, pois, são 59 itens a serem preenchidos, a equipe vai ter que ser muito bem qualificada, treinada e preparada para que possa realmente aplicar esse questionário.

No campo das configurações o que a gente vai escolher da Assistência Social que terá vários itens para que possamos cadastrar aquele usuário conforme ele responder no questionário. Isso aí vai ser o que a Secretaria está realizando junto àquela criança que já foi identificada e já está sendo trabalhada ou no CRAS ou no CREAS. Então, tudo o que for realizado com a aquela criança vai ser cadastrado nessa plataforma digital, e todos terão acesso a essas informações. O campo de usuários são todos os Estados que já se cadastraram, temos Roraima por meio do CADQ que já fez o seu cadastro, colocou o email, telefone, é permitido por meio do observatório nacional, são eles que autorizam esse cadastro, eles mandam como se fosse um convite, e nós realizamos um convite para que nós possamos alimentar posteriormente o sistema. Conforme o próprio Secretário Nacional participou do observatório, depois de todas as visitas que ele realizou no país, faltando apenas cinco cidades a serem visitadas, Boa Vista tinha sido a única que tinha apresentado uma pesquisa tão recente. A nossa foi realizada em outubro, novembro de 2011, e Recife que tinha uma pesquisa mais recente, foi em 2008. Então, para a gente isso favoreceu muito, porque os dados que nós temos hoje, por mais que eles não contenham 59 itens, mas já há possibilidade de cadastro nessa plataforma digital, e depois ao longo de todo o ano realizar os cadastros e alimentar os dados. Por último, são os relatórios de estatísticas. Esse relatório vai possibilitar aos gestores visualizar as ações, quantitativo, se está tendo mais meninos, meninas, a faixa etária, qual o problema na documentação. Aí consta o cruzamento de todas as informações. O próximo passo da Secretaria para minimizar essa situação é implantar

o serviço especializado em abordagem especial que, justamente com esse foco, identificar as crianças que estão em situação de rua, para que possamos encaminhá-las à rede de proteção social, alimentação da base de dados na plataforma digital, já com os questionários existentes, isso só será possível a partir de junho quando a plataforma já vai estar realmente apta para ser utilizada. Essa alimentação será anual, a elaboração do novo questionário de pesquisa com base no modelo que eles disponibilizaram, a qualificação dos entrevistadores sociais, a aplicação efetiva do questionário em todas as faixas etárias, não queremos só abordar crianças e adolescentes mas um todo e o acompanhamento contínuo da plataforma digital. Não é responsabilidade apenas da Secretaria de Gestão Social, na verdade não só esse trabalho de identificar e encaminhar as crianças e adolescentes em situação de rua, mas, sim, de todos os órgãos, inclusive do governo, de poderem emprestar esse suporte, esse apoio, tem o Tribunal, Delegacias, Conselhos, Secretarias Estaduais, Municipais. Existe uma frase que a nossa Secretária costuma, ao terminar, dizer: “Seja você mesmo a transformação que deseja ver no mundo”, de Gandhi. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Neste momento, assistiremos à apresentação de um número por crianças que fazem parte, hoje, do fórum.

#### Apresentação

Neste momento passo a palavra à Secretária Municipal de Gestão Social de Boa Vista, Senhora Iraci de Oliveira Cunha – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é uma honra estarmos com 17 Parlamentares na Casa, é muito importante este espaço para falarmos da política de assistência social, aos Parlamentares, não é sempre que a gente tem esse privilégio e é preciso que a gente entenda que assistência social é política de seguridade social, ela não é favor, ela deve ser encarada com muita seriedade em relação à criança e adolescente para que não vivam em situação de rua. Eu quero realmente agradecer a todos, gostaria de tocar o coração de vocês para cada vez que vocês fossem elaborar um projeto de lei, aprovar um projeto, fazer votação da implementação ou implantação de uma política pública que tenha, como essência, a garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Dessa forma, vocês estarão com certeza permitindo que os cidadãos do futuro iniciem a exercitar a cidadania que desperta a consciência crítica e faz com que adolescentes, como a Juliana aqui presente, possam crescer, tendo o sentido da sua importância, como criança, como adolescente, mais tarde como homem público, pessoas que realmente constroem a comunidade. Faço um cumprimento à Deputada Aurelina e, em especial, à Deputada Ângela Águida que tem abraçado na Comissão da Família todos os assuntos em todos os segmentos indistintamente, sem levar em consideração sigla partidária, isso reforça o trabalho que as instituições, os conselhos, que a sociedade civil vem realizando em prol da criança e do adolescente. Gostaria de falar um pouco da campanha nacional de enfrentamento aos direitos humanos das crianças e adolescentes em situação de moradia de rua. Essa campanha tem objetivo de propor diálogo entre todo o Poder Público com a sociedade civil, discutir um pouco as políticas públicas que estamos realizando, e sem vaidade examinar, analisar se de fato essas políticas estão contribuindo de forma efetiva e real para que essas crianças e adolescentes sejam tiradas das ruas. Observa-se na rua crianças e adolescentes cometendo ato infracionário ou fazendo alguma coisa fora dos padrões normais. Sentimos que todos nós estamos falhando, falha a família, o Poder Público e falha a sociedade civil, quando a contribuição é tarefa de todos. A Prefeitura de Boa Vista desenvolve várias ações destinadas às crianças e adolescentes, nas áreas de educação, infraestrutura, saúde, habitação, enfim todas essas ações estão fortemente comprometidas pela questão da redução do FPM, isso não é uma coisa fictícia, irreal, isso é verdade, vocês podem conferir todos os dias, porque essas informações são públicas. Esse trabalho ainda não é suficiente para retirar essas crianças da situação de rua, é importante realmente que esta Casa, a Câmara Municipal, todo o Poder Público junto com a sociedade civil, focados na condição do menor, possamos trabalhar de forma mais efetiva para desenvolver ações concretas. Então, mais uma vez, agradeço a esta Casa, pela oportunidade todas as crianças e adolescentes aqui presentes, representados por todos os projetos que já foram citados, também faço um apelo em relação a cada criança e adolescente aqui presentes que todos sejam responsáveis, para não deixá-los em situações de ruas ou que venham a se desviar do foco da sua vida, na construção coletiva, da sua vida como cidadão de bem. Muito obrigada pela oportunidade.

A Senhora Maria Auristela de Lima Coordenadora do Fórum Estadual de Defesa das Crianças e Adolescentes – Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar as crianças e adolescentes, e agradecer especialmente aos professores e diretores de escolas que se empenharam para trazer as crianças visando mobilizar esse movimento, que começou em nível nacional, porém sem o apoio das pessoas que estão diretamente envolvidas nessas lutas. Aos representantes do povo, nesta Casa, agradecemos especialmente o empenho da Deputada Aurelina em abrir a agenda para incluir esse assunto na pauta de hoje, a Deputada Ângela Âguida que tem nos acompanhado nesses momentos que são especiais na vida dessas crianças e adolescentes do Estado de Roraima. Em nome das duas, cumprimento a todos os Deputados presentes. Gostaria de dizer que o Fórum não é uma entidade formalmente constituída, é um grupo de pessoas que se reúnem para colocar em pauta os problemas das crianças e adolescentes no Brasil e em especial no nosso Estado. O estudo que foi apresentado pelo município de Boa Vista é resultado de uma demanda que surgiu na campanha do ano de 2010, quanto foi colocado que a ausência de dados impede, às vezes, a elaboração de políticas capazes de responder aos problemas que estão sendo colocados. Como em Roraima não existiam oficialmente esses dados, a Prefeitura de Boa Vista assumiu a responsabilidade de levantar esse estudo para ajudar na elaboração dos programas que hoje se desenvolvem, e na elaboração de outros projetos que virão. Mas a campanha “Criança Não é de Rua” surgiu no Brasil como iniciativa da sociedade civil com objetivo de enfrentar a situação das crianças de rua, de propor políticas de enfrentamento, para as capitais dos Estados brasileiros, do problema da criança de rua que é gravíssimo, porque ele afeta outras questões, traz o aumento e evolução das drogas. Quando tomamos conhecimento do estudo aqui apresentado pela companheira do município, podemos nos considerar, nos sentir privilegiados, porque somos o Estado, onde 63% de crianças que estão em situação de risco iminente, temos apenas 4 crianças identificadas em situação de risco. É vergonhoso que no próximo ano, a gente esteja aqui porque esse dia está sendo nacionalmente trabalhado, inclusive, tem uma votação no site, do Dia Estadual de Luta de Enfrentamento para Criança de Rua, são dois dias que estão sendo propostos, ou todas as terças-feiras da Semana Santa ou no dia 23 de julho, considerado no calendário, dia da questão da violência no Brasil, em consequência da Chacina da Candelária. Por favor, acessem a internet e coloquem <http://www.criançanaoedrua.org.br/pesquisa>, e votem em uma dessas propostas. Gostaria de lembrar que esse movimento não tem propósito de se tornar apenas uma campanha, ele é apenas uma manifestação e traz para a discussão, temas que hoje são colocados. Em Roraima, graças aos nossos dados, não podemos estar pensando a situação de rua, como políticas de enfrentamento. Mas pensar em política de prevenção, precisamos ter uma escola de tempo integral, temos que ter uma escola que educa cidadão, precisamos ter políticas de inclusão social das famílias, disponibilizar praças e espaços públicos que atendam a cultura, esporte e lazer, voltado para a melhoria da qualidade de vida da população que está em torno desses espaços. Precisamos combater a entrada de drogas lá, e ocupar esses espaços com políticas que estão sendo propostas, acontecem. E como exemplo disso: quando a gente vinha para cá na rua caminhando a gente via que se as crianças e os adolescentes ao serem direcionados para o bem eles seguiram. Então, cada um de nós que está à frente de lutas, e cabe aos mais antigos, a condução dessas propostas, quer dizer, formar a linha de frente desse projeto. Então, obrigada a todos, e pediria que tornem esse dia na agenda cotidiana de todos vocês e não apenas uma vez por ano. Obrigada.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Com a palavra Maria do Socorro dos Santos, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Senhora Maria do Socorro dos Santos – Bom-dia, em nome da Deputada Aurelina, da nossa companheira Deputada Ângela e principalmente do nosso companheiro Joaquim Ruiz, com quem a gente vem, há anos, lutando em prol da criança e do adolescente do nosso Estado, trouxemos uma proposta para falar sobre o Conselho. Se nós somos militantes, a cada momento estamos à frente de uma luta de enfrentamento contra o abuso e exploração de crianças e tráfico para fins de exploração de crianças e adolescentes no nosso Estado. Ontem nós fomos empossadas no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e nós estamos lá como Vice-Presidente, representando a Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social e a todos esses adolescentes que aqui estão e a gente luta nessas questões, de prevenção, do enfrentamento à violência, nas questões como disse a Auristela, de ter uma política em favor da família, evitar que as crianças fiquem em plena vulnerabilidade, de forma que elas não possam

sair ao trabalho para alimentar seus filhos, mas que elas possam ter a escola como eixo principal de sua luta pra ser um cidadão no futuro. Se vocês perceberam que os adolescentes aqui presentes, a organização dos meninos que aqui estão, eles tiveram uma oportunidade através de proposta, e estão sendo trabalhados, e isso só pode acontecer se, tanto o Governo Federal quanto o Estadual e o Municipal, estipulem políticas públicas para que os Estados e Municípios monitorem, capacitem e executem essas políticas fazendo o atendimento necessário através do que foi discutido e aprovado como Lei. E aí, graças a esta Casa que se coloca disponível e se mostra preocupada com esta causa. Fiquei emocionada na hora em que elas começaram a cantar e todos silenciaram, por tratar-se de crianças de rua, sendo encaminhas, é o resultado da nossa luta para que esses meninos e essas meninas que aqui estão possam realmente ter rumo na vida, exercendo a cidadania para um futuro melhor, isso é o principal. No momento em que vocês abrem um tempo na agenda de vocês para ouvir a sociedade civil e Poder Público que aqui estão, sabendo que vocês têm outros assuntos importantes também para deliberar, mesmo assim, param para nos ouvir, dão atenção à nossa causa, é gratificante. Então, que vocês pensem em uma política, seja através de propostas ou de emendas, em favor a essas crianças para que tenham sua cidadania garantida, é o que esperamos desta Casa. Agradecemos à Deputada Aurelina, que nos recebeu, bem como a Deputada Ângela. Ambas pararam para nos ouvir sobre o que queríamos, e assim permitiram chegar a este momento. Portanto, agradecemos a todos, em especial, a atenção dos Parlamentares para um projeto de lei ou outra proposta para que as nossas crianças e adolescentes possam, através do exercício da cidadania, desfrutem um futuro melhor. Obrigada.

A Senhora Deputada (Aurelina Medeiros) – Gostaríamos de lembrar, dentro dos agradecimentos, o Deputado Jalser Renier que nos proporcionou ajuda com carro de som para acompanhar a caminhada dos nossos jovens até aqui.

Com a palavra a Senhora Maria de Lourdes da Silva, Coordenadora da Pastoral da Criança em Roraima.

A Senhora Maria de Lourdes da Silva, Coordenadora da Pastoral da Criança em Roraima – Bom-dia a todos, estou um pouco emocionada de estar na nossa Casa, Casa do Povo, para falar do trabalho que é tao importante da Pastoral da Criança, acredito que muitos aqui já conhecem o trabalho.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede uma Questão de Ordem – Senhora Presidente, gostaria de fazer um apelo a esta Casa em favor da Senhora Maria de Lourdes, pois estão querendo que ela volte à sala de aula e largue seu trabalho de coordenadora da Pastoral da Criança. Peço a esta Casa que intervenha junto à Secretaria de Educação para que não permita que ela volte à sala de aula, e que ela continue esse trabalho nobre que vem fazendo à frente da Pastoral da Criança.

A Senhora Maria de Lourdes da Silva, Coordenadora da Pastoral da Criança em Roraima – Obrigada ao Deputado Joaquim Ruiz, fico até emocionada pois esse trabalho que faço é por amor, é voluntário e, enquanto coordenadora da Pastoral no Estado, estou passando um pouco de dificuldade porque, meu trabalho na sala de aula fica quase inviável, não gostaria sair de imediato, quero terminar meu mandato que é até 2014.

O trabalho da Pastoral da Criança foi implantado pela CNBB mas não é um trabalho só da igreja católica, é um trabalho ecumênico, é um trabalho para salvar vidas e nós vamos às famílias levando orientação com a ajuda das nossas líderes que vão lá levando essas orientações com relação à saúde, educação, cidadania, espiritualidade. Então, já estamos fazendo um trabalho de prevenção junto às famílias para evitarmos que nossas crianças vão para a rua, como vocês sabem, o período de formação do ser humano é da concepção até o sexto ano de vida, período em que a criança, se passar por algum constrangimento, ela terá sequelas. A Pastoral da criança trabalha acompanhando a gestante e as crianças até o sexto ano de vida, sempre levando a promoção da dignidade da pessoa, a cidadania, a espiritualidade, a educação e a paz. O líder da Pastoral da Criança tem três tarefas por mês. Primeiro, ele visita a família. Depois essas famílias visitadas se reúnem em um determinado local para fazer a celebração da vida, a socialização das famílias, e no terceiro momento, eles vão reunir todo trabalho feito durante o mês e informa para a nacional para que esse trabalho seja contado estatisticamente para toda a Nação ver a quantidade de crianças acompanhadas em cada Estado. Aqui, no Estado de Roraima, já estamos atuando em 12 Municípios, acompanhando em média 1451 crianças e 109 gestantes, isso com um contingente de 160 líderes. Os líderes são as pessoas que fazem a capacitação, que

acompanham essas famílias anotando todos os dados no caderno no momento da visita. Além dos líderes, temos também as pessoas que nos apoiam, que preparam o lanche, ajudam na pesagem e, ainda outras pessoas que colaboram voluntariamente com a Pastoral. Portanto a Pastoral desenvolve um serviço social muito importante no Estado e no Brasil todo, com a ajuda de todas as pessoas que a compõem, tentamos melhorar a vida dessas famílias e consequentemente das crianças. Obrigada.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Com a palavra a Senhora Ivone Salutti.

A Senhora Ivone Salutti - Quero saudar a Deputada Aurelina, A Deputada Ângela Águida e o Deputado Jalser Renier que faz parte desta Mesa. Muito já se falou aqui em criança em situação de rua, eu gostaria de relembrar que quando se tem vontade de realizar a gente realiza. Neste aspecto, cito meu amigo companheiro, quando Prefeito de Iracema, Joaquim Ruiz, que eu acompanhei de perto em capacitação em outros movimentos em Iracema, embora com um orçamento pequeno realizou um trabalho excelente, reconhecido no Brasil todo como um trabalho voltado para a população infanto-juvenil. Segundo pesquisa anterior, o Município de Iracema, apresentar o mais alto índice de gravidez na adolescência, isso foi provado. Repito, mesmo com o orçamento pequeno, o nosso amigo fez uma revolução em Iracema. Então, é possível, sim, o Joaquim buscava parceria. Fui muitas vezes lá gratuitamente. Quem ama determinada causa não precisa de dinheiro. Eu trabalho na área da infância gratuitamente há mais de 20 anos. Durante a elaboração do Estatuto, em 87, eu já trabalhava no pró-estatuto, e nunca recebi nada. Já rodei o Estado todo dando capacitação, ajudando pessoas, a preparar líderes e pessoas que trabalham nos projetos. Então, é possível fazer uma revolução no Município e no estado com o orçamento pequeno. Quero dizer a esta Casa que o Fórum DSA está aqui, firmando uma parceria para qualquer Projeto que vocês queiram fazer voltado para a criança e adolescente. Nós, os voluntários sem receber um tostão, nos colocamos à disposição para toda e qualquer ajuda que vocês precisarem, em benefício das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Basta querer fazer, que nós poderemos, com base nas pesquisas no Município de Boa Vista, que é o maior do nosso Estado, cuja população de rua é pequena. Então, é possível resolver a situação se nós quisermos. Então, se houver 63 crianças nas ruas, nós não temos que olhar apenas as crianças, temos que olhar a família dessas crianças, porque o problema de vulnerabilidade está dentro da família. E foi com esse espírito que o nosso querido parlamentar Joaquim Ruiz agiu. Essa atitude, sinceramente, gosto de lembrar porque é uma ação digna de ser seguida por outros Prefeitos. Agradeço a todos os jovens, adolescentes e a todos, do fundo do meu coração por mais esta oportunidade, através da qual, buscamos, juntos, resolver o problema das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Muito obrigado a todos.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Com a palavra a nossa Representante no Conselho Nacional dos Direitos da Criança, a jovem Juliane Caroline.

Representante de Roraima no Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Juliane Caroline) – Primeiramente, bom-dia, como vocês já sabem eu sou a Juliane. Vou dizer o que passa pela minha cabeça de adolescente quando eu vejo um ser em desenvolvimento jogado na rua. Invade-me um sentimento de tristeza, de tremenda solidão porque aquele adolescente tem família e está vulnerável à violação de seus direitos. Pois, está exposto ao abuso, à exploração sexual. Na minha opinião, o pior crime que um outro ser humano pode cometer é contra a criança ou ao adolescente porque ele tem a sã consciência de que aquele adolescente está em desenvolvimento e qualquer abuso vai lhe afetar e marcar para toda sua vida. A criança e o adolescente de hoje serão futuros cidadãos, porém pode ser um cidadão de bem ou um cidadão irresponsável, é o que não gosta ajudar as pessoas e não as respeite, tem duas finalidades para o cidadão que não é do bem: morte ou cadeia. É preciso que a criança e o adolescente tenham educação, tem saúde, que o Poder Público ofereça tudo de bom, e também a família faça a sua parte, preparando, dessa forma, a criança e o adolescente para ser um cidadão de bem. Então, nós, a sociedade, fizemos essa manifestação pelo centro cívico e estamos aqui, querendo demonstrar a nossa preocupação com essas crianças e com esses adolescentes em situação de rua. A gente quer mudar essa realidade para que o nosso futuro que na minha opinião está bem perto, que ele seja um futuro melhor.

Então, como sempre digo: “Criança e adolescente de hoje é o futuro de amanhã”. Muito obrigada.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Passamos a palavra à Deputada Ângela Águida Portella, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do idoso e da ação social da Assembleia Legislativa.

A Senhora Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Ação Social da Assembleia Legislativa (Ângela Portella) – Cumprimento a vice-Presidente desta Casa que preside esta Sessão, também membro da Comissão da Família, Deputada Aurelina, que se sensibilizou com a causa e ajudou para que este evento ocorresse; cumprimento, em nome da Juliana, essa jovem brilhante, todos os componentes da Mesa; Senhores Deputados, agradeço o acolhimento desta Casa. Agradecer ao Deputado Jalser que contribuiu, disponibilizando o carro de Som para divulgar a realização dessa mobilização, agradeço, em especial, ao Deputado Chico Guerra, Presidente desta Casa, que tem como prioridade aproximar cada vez mais o Poder Legislativo à sociedade. Ontem, conversando com ele sobre toda essa questão do enfrentamento da desagregação familiar que resulta em todas as outras situações, pedi permissão para antecipar. É que ele está finalizando um projeto a ser desenvolvido por todos os integrantes da nossa Casa, visando acolher as famílias que são atendidas pelo CHAME, mobilizando a classe empresarial para que as pessoas não contempladas com o vínculo empregatício tenham como prover a sua família. Então, nesse sentido, além de já ter o acolhimento do CHAME terá essa efetiva participação no enfrentamento da desagregação familiar e as mazelas sociais.

Quero cumprimentar e agradecer o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, que está participando, dando viabilidade a esta causa, da mesma forma a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Gestão Social, cuja Secretária, Mira, pessoa com anos de dedicação à causa social. É importante poder participar e contribuir, como também, pedir o apoio de vocês para a Comissão da Família, tendo em visto que a gente não tem como fazer um trabalho sem o envolvimento da sociedade. Entendo que, nesta caminhada, é preciso falar, buscar cada vez mais o envolvimento, a participação popular para que as políticas públicas sejam efetivas. Não basta só o Poder Público, também a sociedade tem que estar presente, aqui. A Juliana deu um exemplo, pois já se preocupa com o envolvimento na causa da criança e do adolescente, quer dizer, contar com a participação das pessoas. Vejo, como muito importantes as ações desse tipo para que a gente possa colocar na berlinda, colocar como reflexão, e, a partir deste debate, colocar as ações que vêm a partir dessas iniciativas. Então, quero mais uma vez parabenizar a equipe da SENDS pelos projetos que confeccionaram todo o material do lançamento do Programa “O Mascote” de mobilização nacional, “Criança não é de rua”. Temos um compromisso com a causa, e cada dia mais vamos manter um espaço nesta Casa no sentido de ampliar as discussões para acolher melhor as famílias, as crianças e adolescentes.

Quero deixar aqui como expectativa, como a Juliana falou na questão da escola integral, que considero uma das formas de estarmos melhorando bastante no enfrentamento dos problemas sociais que afetam as crianças e os adolescentes. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Quero registrar a presença das escolas Princesa Isabel, Lobo D’almada, Oswaldo Cruz, Escola Municipal Antônia Vieira; programas sociais aqui representados: PETI, Pró-Jovem, Guarda Mirim, Oficina da Cidadania. Queremos dizer que esta Casa tem uma responsabilidade muito grande quando se desdobra como responsabilidade de todos nós. Nós temos aqui, o programa CHAME, Centro Humanitário de Apoio à Mulher, que nos dá uma estatística bastante interessante. No ano passado atendemos casos de violência, pois esse projeto se desenvolve em parceria com o Ministério Público, Defensoria, Tribunal de Justiça e outros, foram atendidas 1900 pessoas vítimas de violência, são dados surpreendentes, 70% dessas pessoas não eram desempregadas; uma boa parte, em torno de 50%, tem nível de escolaridade mediano. Tudo isso nos preocupa, e segundo dados estatísticas apontam que é muito mais fácil a pessoa vitimizada vir à Assembleia do que na Polícia. A diferença é que no CHAME, as vítimas são atendidas por um grupo de mulheres, enquanto na Polícia não. São questões assim que nos deixam pensativos quanto à forma de conduzirmos essa situação, estamos ampliando esse trabalho. No dia Internacional da Mulher, criamos a Procuradoria Especial da Mulher, e pretendemos trazer Parlamentares de várias partes do Brasil para se somar conosco na discussão da política social de forma mais abrangente. E a cada proposição, cada indicação, cada Lei que passa por esta Casa, a gente se pergunta, questiona, discute o tipo de ação que devemos desenvolver. A forma, estratégica para tirar

uma criança da rua, colocá-la em uma escola, dar-lhe comida, levá-la pra casa, sem saber como é a vida e a família dessa criança. Às vezes, a família dessa criança é desestruturada ou não tem condições de sustentá-la ou mantê-la dignamente. Então, essa questão é muito maior, é uma questão estrutural e abrangente, com base nos dados do CHAME, vemos que a maioria das famílias não são desempregadas mas com uma estória de desagregação familiar muito forte. Isso é muito complexo. Eu, apesar de ter um trabalho pessoal com jovens usuários de drogas na fazenda Esperança, com a Pastoral da Criança, inclusive, financeiramente, me surpreendi quando vi jovens filhos de professores, filhos de servidores do serviço público, quer dizer, não são jovens sem pai, sem mãe e sem família. Mas também conheço jovens que saíram das ruas e se tornaram vencedores, vi muitos jovens, com família mais ou menos organizadas mas usuários de drogas e vivem nas ruas. Então, é um trabalho muito subjetivo, quando vemos os dados de pesquisas, ficamos sem saber onde atuar. No entanto, a Assembleia tem essa preocupação, tem trabalho não só ouvir as famílias, não, a gente acompanha a família, temos psicólogas, assistentes sociais, fazemos o trabalho de acompanhamento, o trabalho jurídico e o que precisar. No ano passado chegamos a fazer 140 homologação de acordos no CHAME de divórcio, volta, cancelamento de divórcio, acordos de obrigações com os filhos para ambos os pais. Então, temos travado uma luta bem grande aqui na Assembleia, como disse a Mira, tenham a certeza que nesta Casa é assim, aqui tem representantes de um lado, do outro lado, de um grupo, de outro grupo mas, com um único objetivo. Todos têm uma missão dada pelo povo que nos elegeu. Então, nossas discussões estão sempre acima de qualquer posicionamento político, partidário ou pessoal. A gente tem uma missão, uma obrigação, uma função que é a de cuidar bem do nosso Estado. Então, Dra. Juliana, tenha a certeza de que as portas estarão sempre abertas para todos e vou aproveitar o momento para dizer que o Poder Legislativo é o Poder mais fiscalizado que existe. Se um de nós for a Manaus hoje, no jornal do meio-dia já sai que ele viajou, se for no bairro todo mundo vê, se ele compra um carro, todo mundo sabe. Portanto, todo mundo sabe da nossa vida, mas, em compensação, todo mundo entra nesta Casa a hora que quiser, se chegar aqui à noite, já aconteceu muitas vezes, não tem expediente, mas o nosso pessoal da guarda liga pra gente e informa tudo o que está acontecendo. Portanto, somos um poder aberto, é diferente dos demais. Às vezes, você chega numa instância do judiciário, da Câmara Federal, no TJ, no TRF em Brasília, onde for, você não consegue entrar, muito menos dizer seu nome, ninguém vai receber vocês. No Executivo também é a mesma coisa. Alguém já tentou ir lá em Brasília e entrar no Palácio do Planalto, eu, como Parlamentar, tenho que avisar com não sei quanto tempo de antecedência e quando consegue é acompanhado da hora que entra à hora que sai. O Legislativo é um Poder aberto, o povo fala porque conhece que estamos aqui de braços abertos recebendo a qualquer hora. Por isso, somos o Poder mais transparente que tem, todos sabem como os membros do Legislativo vivem. Estou dizendo isso para vocês terem a certeza de que esta Casa estará sempre de braços abertos para apoiar qualquer luta em benefício do nosso povo. Dito isso, quero franquear a palavra aos nossos Deputados.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, senhoras e senhores que compõem a Mesa, senhoras e senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o Fórum Estadual pelo excelente trabalho em defesa da criança e do adolescente. Quero me reportar aos membros do fórum, com a minha experiência de vida, mesmo sendo curta, pois ainda me considero jovem na militância, militância sindical e de movimentos sociais, mas sei o quanto é doída e sofrida a prática no dia a dia, falta tudo, estrutura, apoio, e a gente só não desanima porque está no sangue, na veia esse compromisso com a causa, não é diferente com as professoras que compõem o Conselho Estadual, Sra. Maria do Socorro, a Pastoral da Criança com sua coordenadora que também faz um trabalho excelente em Roraima, um trabalho ecumênico, pois não é da igreja católica. À Sra. Ivone Salutti, parabéns pelo trabalho, pela luta e garra. Agora, nós precisamos avançar, e aí esta Casa, como bem falou a Deputada Aurelina, amadurecemos uma discussão para tomarmos uma posição efetiva, é gratificante o reconhecimento, é válido e satisfaz o nosso ego e nos valoriza, enquanto Poder, ajuda a dar publicidade e reconhecimento ao seu trabalho, mas precisamos buscar de maneira efetiva políticas públicas sérias voltadas para a criança e o adolescente. Nesta Casa, votamos anualmente o orçamento do Estado e não houve uma discussão para as políticas públicas nesse sentido, para a secretaria de educação, Secretaria do Bem-Estar Social, assim como também desconheço que houve na

Prefeitura ou na Câmara Municipal. E, para realizar essas ações só se faz com recursos, com orçamento, tirar a criança da rua não é só tirá-la, tem que saber por que ela está lá, onde colocar, cuidar dessa criança, ver a questão da sua família, por que a família permitiu ou o que está acontecendo com esta família. Então, chamo a atenção para assumirmos nossa mea-culpa, pois somos homens públicos e eleitos para isso, temos o dever de apoiar e valorizar as pessoas que estão à frente da causa, são uns verdadeiros missionários em defesa do direito da criança e adolescente. É necessário buscar políticas públicas efetivas, como, por exemplo, escola de tempo integral, as nossas praças precisam de iluminação, segurança, área de lazer, isso que vai fazer o diferencial, somado ao compromisso das senhoras e senhores para com as crianças e adolescentes do nosso Estado. Coloco-me à disposição dos movimentos sociais, das entidades que trabalham, que busquem esta Casa mais vezes, com aquele sentimento de buscar esse direito. Aqui ninguém está fazendo favor ao receber as senhoras para esta discussão, é um dever nosso enquanto homens públicos. É nesse sentido que quero reafirmar o meu compromisso com a causa da criança e adolescente, com as questões sociais, questão de renda, educação, geração de emprego, questão de família, é o compromisso desta Casa. Sejam bem-vindos, contem com nosso apoio. Obrigado pelo excelente trabalho.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhora Presidente, Deputada Ângela, cumprimento todas as nossas colegas que vieram de outras instituições em nome da Mira, parabenizo a Assembleia, em nome das Deputadas Ângela e Aurelina pela realização deste evento é muito oportuno, quem acompanhou o noticiário hoje, pôde ver como o Brasil se mobilizou ontem, vestido de azul, inclusive os prédios públicos importantes no Brasil, como FIES – Federação das Indústrias e Comércio de São Paulo, como o teatro Amazonas, Assembleia de São Paulo, Cristo Redentor, ontem se vestiram de azul em razão do dia mundial sobre a conscientização do autismo. Ontem foi um dia importante, hoje também é quando tratarmos de outro assunto desse projeto que “criança não é de rua”, mas esse assunto da criança e do adolescente nos impõe diversos desafios, não é só a criança que está na rua, é a criança que não tem acesso à escola, a criança cujo pai não sabe dar uma educação descente. A criança é abusada, violentada, enfim, sofre uma série de problemas no dia a dia.

Eu particularmente apresentei nesta Casa dois projetos importantes com esse tema na defesa da criança e adolescente, um deles trata do combate ao bullying. Aproveitei a oportunidade para pedir novamente, apoio da Casa, todas as instituições, é um projeto extremamente importante para garantir proteção aos jovens e crianças, no momento em que elas passam grande parte de suas vidas que é na escola. O projeto visa o acompanhamento da criança vítima, e criança agressora, projeto visa o acompanhamento da família, visa acima de tudo criar um nível de governança para o Executivo do Estado, para que a gente tenha uma coordenação dessas ações importantes. Outro projeto é tão importante quanto esse, cria, o “Dia Estadual Sobre a Conscientização do Autismo. No próximo dia 15 de abril, o primeiro ano em que Roraima comemorará o Dia Estadual de Conscientização do Autismo, dia 15 de abril cairá num domingo. Já quero convidar a todos para nos reunir e tratar uma forma para marcar esse importante dia 15. Defendo essa causa porque convivo com uma criança autista, e sei das dificuldades que uma família passa, para garantir acesso à educação, acesso ao tratamento de saúde e outras coisas que essas crianças e jovens autistas necessitam. O dia 15 se aproxima, espero que todas as instituições representadas na Mesa deste evento possam participar com a gente dessa mobilização. Peço apoio à Deputada Ângela, Presidente da Comissão Defesa e Adolescente, para realmente marcar esse dia em Roraima. Estima-se que existem cerca de 30 mil pessoas acometidas por mais diversas deficiências. E, crianças e jovens autistas são grande parte desse número. É uma bandeira que gente carregar, na defesa desses jovens especiais. Nas minhas emendas, coloquei 500 mil reais para o fortalecimento da educação especial. Agradeço a oportunidade e parabenizo o Deputado Joaquim Ruiz que foi citado por todas participantes aqui: enquanto Prefeito não ficou só na palavra, mostrou efetivamente que com vontade as coisas acontecem. Parabéns para vocês que estão trabalhando, parabéns Deputada Ângela. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Quero cumprimentar a Mesa com todas as maravilhosas mulheres que aqui representam essa ação em favor da criança e do adolescente. É preciso que esta Casa, definida como a caixa de ressonância da sociedade, tenha uma participação maior de parlamentares mulheres. Já tivemos o dobro do que temos hoje, no aprimoramento do futuro que queremos legar aos

nossos filhos, ou sejam as crianças e adolescentes, que eles não serão o futuro, eles já são o futuro. Quando eu tenho oportunidade de ir às escolas fazer alguma palestra, costumo dizer isso a eles. Meninas, como a Juliana, já são cidadãos úteis que prestam serviços relevantes à causa das crianças, adolescente e ao país. Para tudo isso, precisamos de mais mulheres no parlamento. Hoje, neste momento, nós não temos sequer membros do sexo feminino como parlamentares para compor a comissão da criança e do adolescente.

Quero então me associar a essa ação, e na condição de parlamentar estou sempre à disposição para levar avante políticas públicas focadas na área social, em especial à criança e o adolescente.

Como cristão, entendo que a boa semente sempre frutifica vendo a Ivone, a presidente da pastoral, a Mira e todas as mulheres que estão presente à Mesa, penso que todas elas receberam uma sementinha da nossa saudosa Zilda Arns, que aqui esteve liderando essas ações e deu um belo exemplo ao nosso país. Parabéns a todas vocês e às nossas crianças e adolescentes.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Reafirmo o apelo que fiz para que Casa busque uma solução para o problema da coordenadora da pastoral da criança, porque ela não é só professora de sala de aula, é professora de centenas de crianças que estão nas ruas de Boa Vista, não só gente nas ruas, nas ruas que eu digo são as que moram nos bairros cujo trabalho desenvolvem com eficiência, poucas vezes, visto pelo Poder Público. As Marias aqui presentes, o mérito daquele trabalho é de todos nós, eu não posso esquecer o Doutor Wilson Franco, Doutora Magnólia que juntos fizemos um trabalho fantástico, onde houve a junção dos três poderes. Na hora em que a gente consegue unir, como a Mira falou: Governos Federal, Estadual e Municipal para somar esforços e dividir as despesas, a gente soma resultados em prol das famílias.

Recordo-me que o foco era a família, em favor da qual tínhamos que trabalhar, ver qual era a situação da casa, recebiam um imóvel, e em troca a família tinha que ir ao médico, dentista; recebia a bolsa esporte no valor de quarenta reais. A criança tinha que praticar esporte no horário oposto ao da escola, conseguimos reverter a gravidez precoce. Eu não sei quantos anos a Juliana tem, mas no meu Município, havia crianças de dez anos grávidas... E só sabe o que é ter um filho dependente de droga quem os tem. Então a nossa responsabilidade é muito grande com o futuro de Roraima. Parabéns a todos vocês.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Cumprimento a Mesa, em nome da Senhora Mariana Jordão, cumprimento a Senhora Deputada Ângela Portela pela iniciativa e a todos por entenderem que a família é a base estrutural de toda a sociedade. Todas as ações feitas pelo poder público, de obrigação, porque está ali para trabalhar, para desenvolver ações em favor do fortalecimento da estruturação da família, criança e do adolescente, enfim, tomar posicionamento que fortaleça a nossa sociedade. E aos pais, responsáveis na condição, encaminhamento e preparo do filho, para o futuro, missão de acompanhar a família, ênfase a responsabilidade dos professores que, por muitas vezes, não são valorizados, mas são consideradas de suma importância na formação intelectual dos nossos filhos. Parabéns às Deputadas Ângela e Aurelina e ao Presidente Chico Guerra por disponibilizar esta Casa está sempre aberta para atender as demandas da sociedade, parabenizar todos da Mesa e todas as crianças e adolescentes presentes. Que Deus nos abençoe nesta luta em prol de uma formação familiar e educacional sólida para a nossa sociedade. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Agradeço a oportunidade de estar participando deste evento e cumprimento os componentes da Mesa, em nome da Secretária Municipal Mira, e da jovem Juliana. Quero me juntar ao discurso dos amigos que se pronunciaram sobre o nosso dever de cidadãos e Parlamentares, hoje representantes do povo, de nos unir nesta luta de suma importância. E muito dos jovens estão na rua não por vontade deles, muitas vezes, por falta de estrutura familiar, que não atende à necessidade de jovem naquela fase de vida. Acredito que o poder público e a iniciativa privada, com união de esforços, contribuirão em favor da causa. Portanto, através de um evento, buscaremos a responsabilidade das iniciativas privadas, por entender que se o jovem não estiver na rua, se marginalizando, com certeza, será mais produtivo para o Estado, e para a família. Como pai, já tive a oportunidade de ajudar, independente de ser político, quando ainda nem pensava em ser político. Tenho fé em Deus, enquanto cidadão, homem público e empresário, vamos continuar nessa luta, pois o país, para se desenvolver, precisa profissionalizar os nossos jovens, e em curto espaço de tempo eles estarão nos nossos lugares. Muito obrigado, e junto-me à questão.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Agradeço a presença

de todos e digo que criança realmente não é de rua é de todos nós, é assim que nós pensamos, declaro encerrada a Comissão Geral e abrimos o expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo quem queira usar do Expediente de Explicações Pessoais e nada mais a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 04, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 04/04/2012

## ATAS COMISSÕES

### SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Memo nº 001/2012

Em: 27/08/12.

Da: **Comissão de Indústria, Comércio e Turismo.**

À: **Gerente de Documentação Geral**

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, Atas das Reuniões Extraordinárias realizadas nos dias **12, 13 e 22 de junho**, do corrente, desta Comissão, para serem publicadas extemporaneamente.

**Brito Bezerra**

**Presidente da Comissão**

### CARTA ABERTA DO I SEMINÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DE RORAIMA

Nós, Deputados Estaduais, Técnicos Especialistas e Empresários do ramo de indústria, comércio, turismo e serviços, assim como representantes dos serviços públicos federal, estadual e municipal e demais segmentos voltados ao tema, participantes do I SEMINÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DE RORAIMA, promovido pela Assembleia Legislativa de Roraima – ALE/RR, por meio da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, na Capital de Boa Vista-RR, no período de 21 a 22 de agosto de 2012, propomos aos Deputados componentes da Assembleia Legislativa de Roraima, para que seja estudada, aprovada e encaminhada a todas as autoridades envolvidas nos temas objetos do Seminário a CARTA ABERTA nos setores da Indústria, Comércio e Turismo.

Durante o presente Seminário, foram realizados 7 (sete) painéis, constando 13 (treze) palestras, seguidas de debates com a sociedade civil, com o propósito de levantar as discussões dos temas que, por algum motivo, estão promovendo entraves ao desenvolvimento do Estado de Roraima, de modo a apresentar à sociedade o diagnóstico das necessidades de todos os subsetores que abrangem a indústria, o comércio e o turismo em Roraima, bem como propor mecanismos para que sejam minimizadores, equacionadores ou resolutivos dos problemas detectados nas diferentes categorias envolvidas.

Dessa forma, por meio desta Carta, são propostas as seguintes sugestões:

#### **1-LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO;**

i. Realização de Estudos de Mercado nos países do Caribe e da América Central com o objetivo de viabilizar o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento que destaque naquelas regiões e dos países do Hemisfério Norte como oportunidade real de mercado;

ii. Pesquisa que vise o conhecimento da Logística de Transporte Marítimo, principalmente no Caribe;

iii. Inserção profunda nos sistemas de ensino o estudo dos idiomas: inglês, espanhol e francês;

iv. Concentrar a estratégia do desenvolvimento roraimense para os países do Hemisfério Norte para a viabilização efetiva da ZPE de Boa Vista e de Bonfim;

v. Manter fóruns permanentes de debates e formulação de políticas estratégicas de desenvolvimento econômico assim como de assessoramento ao segmento empresarial;

vi. Criar estratégia para utilização de transporte fluvial de

mercadorias via Caracará e Santa Maria do Boiaçu com a construção de um terminal de carga granel em Caracará, assim como construir uma estrada a partir da BR-174 até Santa Maria do Boiaçu, aonde também deveríamos também construir um terminal de carga granel com suporte maior;

vii. Encaminhar pedido às nossas autoridades, tanto Federais, Estaduais e Municipais para que invistam na logística de transporte interno do nosso Estado;

viii. Consolidar o modal rodoviário entre Brasil e Guiana, para diminuir os custos e competir da melhor forma possível com os nossos produtos no destino aonde queremos chegar;

ix. Construir um pequeno terminal de carga granel em Caracará, com a finalidade de importação de insumos e exportação de mercadorias produzidas no Estado de Roraima;

x. Construir uma estrada a partir da BR-174 até Santa Maria do Boiaçu;

xi. Investir na logística infraestrutura interna do nosso Estado;

xii. Deve-se estabelecer política pública de Estado, e não de Governo em relação à Logística e à Infraestrutura envolvendo toda sociedade;

## 2- INCENTIVOS FISCAIS;

i. Aplicar a suspensão ou redução de tributos como incentivo à competitividade dos produtos locais para melhorar as chances na concorrência;

ii. Rever as leis de incentivos fiscais estaduais e seus mecanismos fazendo uma readequação dos benefícios fiscais;

iii. Realizar palestras que aumentem o conhecimento dos nossos empresários referente à Legislação e seus mecanismos das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e de Bonfim;

iv. Criar mecanismos para entrada de crédito presumido para equalizar a carga tributária na comercialização de produtos internos;

v. Melhorar a política de incentivos fiscais para que esta seja capaz de atrair investimentos privados para Roraima;

vi. Participar de convênios que concedam benefício fiscal unânime;

vii. Desenvolver estudos para encontrar uma definição estratégica que vise a definição de um plano que contemple como produzir e onde produzir com maior produtividade e sustentabilidade;

viii. Desenvolver política fiscal para baratear os custos de produção;

## 3 - QUESTÕES TRIBUTÁRIAS;

i. Criar comissão composta por representantes dos setores de indústria, comércio e serviço para estudo e revisão da questão tributária estadual;

ii. Criação de uma lei estadual onde a produção local, de arroz, por exemplo, possa ser vendida com a isenção de ICMS no mercado local;

## 4- ACESSO AO CRÉDITO;

i. Encontrar mecanismo que resulte em melhoria de obtenção real dos financiamentos disponibilizados pelos bancos públicos;

ii. Alinhar as linhas oficiais de créditos com as diretrizes do desenvolvimento do Estado;

iii. Identificar mecanismos que diminuam a burocracia para o acesso ao crédito;

iv. Que as instituições de crédito ouçam os empresários na criação de linhas de desenvolvimentos para o Estado uma vez que são partes desse desenvolvimento;

v. Realizar audiência com os empresários quanto ao alinhamento das ideias ou dos projetos que trarão o plano de desenvolvimento do Estado;

vi. Que o Estado conceda aval a partir de um estudo técnico realizado por especialistas sobre a viabilidade econômica e financeira de cada projeto;

vii. Estudar formas de crédito para aplicar os recursos que são disponibilizados para agências. Esses valores, quando não são completamente aplicados, grande parte deles voltam à origem com isso perde o desenvolvimento do estado;

viii. Aprimorar o empreendedorismo no estado identificando as pessoas que têm espírito empreendedor, qual a sua vocação e aplicar os recursos dentro da vocação de cada indivíduo com seu devido cadastro na Agência de Fomento do Estado ou no SEBRAE-RR;

ix. Desenvolver estudos na Agência de Fomento do Estado para a instituição do sistema de aval solidário onde, em um grupo de

empreendedores, um possa avaliar para o outro;

x. Ampliar e aprimorar a identificação do Empreendedor Individual e apoiá-lo com micro e pequeno crédito;

xi. Que a Agência do Fomento do estado fortaleça sua parceria com o SEBRAE-RR em favor do micro e pequeno empresário local;

xii. Desenvolver estudos nas agências de crédito, como: Banco do Brasil, AFER, Caixa Econômica, BDNES e BASA, que visem dar a Roraima um tratamento diferenciado quanto ao acesso ao Crédito;

xiii. Que sejam desenvolvidos estudos na Assembleia Legislativa para a criação do fator diferenciador Amazônia e o fator diferenciador Roraima para melhorar o acesso ao crédito com a adoção do pequeno produtor, por exemplo, do aval solidário e do aval do governo;

xiv. Estudar a criação de linhas de crédito específicas para a área de serviços, especialmente, para o Turismo;

xv. Que as agências flexibilizem o crédito para aquisição de um imóvel comercial;

## 4- TRANSPORTE EM RORAIMA;

i. Que o DNIT estude a possibilidade de criar um retorno na BR-174 no trecho urbano de Boa Vista, pois como está é um desgaste muito grande para o transporte interno da cidade;

ii. Que o DNIT estude mecanismos de trabalho e aplicação dos recursos que associem a revitalização das rodovias com uma conservação de modo permanente;

iii. Que seja feita com urgência, uma melhoria na BR-174 no trecho norte de Boa Vista em direção a Pacaraima e fronteira com a Venezuela;

iv. Que o DNIT trabalhe mais com planejamento estratégico, pois não se justifica que o governo federal esteja planejando a construção de uma hidrelétrica no Bem-Querer e ao mesmo tempo construindo a estrutura de um porto em Caracará;

v. Que o DNIT instale uma superintendência da instituição no Estado de Roraima.

vi. Que o Governo do estado continue seu programa de asfaltamento das estradas vicinais, escolhendo aquelas que sejam mais estratégicas em relação à produção;

## 4- TURISMO EM RORAIMA;

i. Estudar cada sítio turístico de Roraima, considerando sua sustentabilidade, visando transformá-lo em atrativo real e deixando de ser apenas um potencial;

ii. Fortalecer estudos visando a participação de Roraima nos próximos grandes eventos nacionais como Copa do Mundo, Olimpíada e Jornada Mundial da Juventude;

iii. Que o Poder Público roraimense busque, em ações, provocar discussões e chamar empresas privadas para participar desse processo que deve resultar em ações planejadas para o Turismo;

iv. Desenvolver estudos visando identificar as potencialidades existentes;

v. Planejar ações concretas de treinamento, capacitações e estimular a transformação desses atrativos em produtos formatados atraentes;

vi. Analisar as questões básicas de infraestruturas necessárias para os atrativos turísticos.

vii. Que o Estado e os Municípios ajudem as empresas privadas a representar Roraima nas Feiras e Eventos de Turismo no Brasil e no Mundo;

viii. Que o Estado lance um olhar, sob o ponto de vista do turismo no mercado regional nacional e também no regional internacional;

ix. Que se dê um olhar prioritário para o turismo de aventura em Roraima;

x. Criar Centro de Informações Turísticas nos aeroportos, nas rodoviárias e fronteiras;

xi. Elaborar material de divulgação dos potenciais turísticos do Estado;

xii. Participação das organizações indígenas para o desenvolvimento de turismo nas terras indígenas;

xiii. Fornecer cursos que colaborem para o desenvolvimento sustentável;

xiv. Apoiar a arte indígena de Roraima;

xv. Que o estado dê prioridade e tenha política, institucional e de integração permanente com o Trade turístico de Roraima;

xvi. Reestabelecer o Fórum Permanente do Turismo, como instrumento de administração participativa, congregando todo o Trade, setor público e sociedade;

xvii. Criar na administração pública estadual um órgão específico para coordenar o turismo com autonomia de gestão administrativa e financeira;

xviii. Criar, em Boa Vista, um centro turístico para congregar as Associações de Turismo.

xix. Que os órgãos principalmente federais adquiram seus bilhetes aéreos nas agências locais, pois quando isso não acontece as perdas são significativas para a arrecadação do estado;

xx. Que o Estado desenvolva parceria no sentido de buscar a oferta de voos diários para Boa Vista;

xxi. Criar um Centro de Convenções adequado para receber grandes eventos, gerando oportunidades de negócios para os empresários locais;

xxii. Que o Trade Turístico local procure estudar e dar atenção ao Turismo do Setor Público, qual seja, das centenas de pessoas que chegam a Roraima para participar, por exemplo, dos concursos públicos, com city tour;

xxiii. Que o Corpo de Bombeiro, ciente de sua responsabilidade, regulamente, com urgência a prática de esportes radicais em Roraima;

xxiv. Revitalizar os Portais de Entrada no Estado tanto em Pacaraima, como em Bonfim, Jundiá, na Rodoviária e no Aeroporto de Boa Vista, principalmente com informações turísticas;

xxv. Com a entrada da Venezuela no MERCOSUL o governo do estado, por meio do Departamento de Turismo, deve procurar incrementar o setor aéreo regional para trazer o turista que chega até a fronteira, e não vem a Boa Vista por falta de oportunidade;

xxvi. Que se procure meios de desenvolver o Turismo Rural no Estado;

xxvii. Que a Agência de Fomento do Estado, como órgão indutor para o desenvolvimento do turismo regional, disponha de linhas de financiamento para embarcações, veículos, construções de pousadas em fazenda para o desenvolvimento do Turismo Rural.

xxviii. Desenvolver atividades na área de pesca esportiva;

xxix. Utilizar a pesca esportiva como atividade turística em Roraima.

#### 4- DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO ESTADO;

i. Procurar desenvolver planos e projetos sempre em harmonia entre os governos Federal e Estadual, respeitando a Constituição Federal, assim como as peculiaridades do Estado de Roraima;

ii. Que o Estado de Roraima desenvolva esforços no sentido de consolidar as questões fundiárias, concluindo as demarcações de todas as glebas e dos lotes nelas contidos, com a entrega dos títulos definitivos aos adquirentes;

iii. Estudar a possibilidade e custo dos vários modais de transportes, visando minimizar o valor do frete de/para Roraima;

iv. Que o Governo do Estado crie, com urgência, grupo de trabalho técnico, preferencialmente com a participação de especialistas para estudar a regulamentação aduaneira da Venezuela, após sua entrada no MERCOSUL, associando a esse fato as legislações, a LC ZPs de Roraima, Zona Franca de Manaus e da possível criação de porto seco em Boa Vista;

v. Que seja criado, no âmbito do setor pecuário, um grupo técnico para acompanhar as discussões sobre o novo código florestal, sugerir adaptações ou mudanças e esclarecer suas implicações no desenvolvimento de Roraima, levando em conta as especificidades dos seus ecossistemas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, juntamente com os representantes de todos os Órgãos e a efetiva participação da sociedade, acata e aceita as propostas, acima elencadas, que ficam materializadas pela 1ª CARTA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DO ESTADO DE RORAIMA, a qual será encaminhada às autoridades constituídas, aos Governos do Estado de Roraima e da República, às Instituições de Ensino e demais órgãos ligados aos setores produtivos, indústria, comércio, turismo e serviços, juntamente com esta Casa Legislativa, para os fins de adoção das medidas, visando à concretização das propostas, estudos técnicos e, ainda, como alerta sobre os entraves que, em pleno século XXI, dificultam o desenvolvimento econômico de nosso Estado, com o objetivo primordial de buscar meios para que possamos desfrutar de uma política pública que ofereça as condições necessárias para tal fim.

Deputado Brito Bezerra

**Presidente e Coordenador do Evento**

Jalser Renier

Gabriel Picanço

**Vice-Presidente**

**Membro**

Erci de Moraes

Rodrigo Jucá

**Membro**

**Membro**

#### ATA DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2012.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, às quinze horas, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa de Leis, sito à Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro, reuniu-se a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a Presidência do Senhor Deputado Brito Bezerra, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares: Erci de Moraes, Gabriel Picanço e Rodrigo Jucá. Ausente o Senhor Deputado Jalser Renier. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião. **Ordem do dia:** Não houve. **Expediente:** O Senhor Presidente comunicou aos Membros da Comissão que o objetivo da Reunião era discutir ações importantes para o Desenvolvimento de Roraima, respeitando o Meio Ambiente na busca de soluções para um Projeto viável para o Estado, com esse fim a Comissão propõe a possibilidade do I Seminário de Desenvolvimento de Roraima.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Agradeço a presença de todos, considero de grande importância a presença de cada um para, juntos, construir a pauta do Seminário. Acredito que a concepção de todos os envolvidos com o turismo, sabem quanto é importante a transformação das nossas potencialidades turísticas em produtos, a partir daí, comercializar e gerar emprego e renda para nosso povo tão necessitado. A idéia central é realizar seminário sobre Indústria, Comércio e Turismo. As pessoas do turismo vão se envolver na pauta do turismo, da mesma forma, na pauta do comércio e indústria, o essencial é estarem interligados. E com esse propósito, acredito que começamos a construir juntos e, lá na frente, a gente fecha. O professor Aimerê vai coordenar a parte da preparação da pauta, junto com a Tiana Brazão, responsáveis pelos dois Seminários na Casa só neste ano, e com sucesso. E a Assembleia Legislativa tem a incumbência de trazer pessoas, instituições para os debates, visando encontrar saídas ou, pelo menos, apontar para o executivo Estadual, Federal e/ou Municipal, entraves, dificuldades de todos os municípios do nosso Estado na busca de solução. Então, ficou definido na última reunião o empenho em reunir algo palpável para que a construção a organização se efetive mais rápido possível. A FETEC apresentou aqui um histórico de ações de desenvolvimento muito importante, onde deve constar o levantamento dos Estados que nos visitam, até em percentual, o Estado do Amazonas é o que mais nos visita. Informações que considero primordiais sobre outros países que nos visitam, é destacar as principais dificuldades, e a partir daí a FETEC poderá dar essa contribuição, as instituições privadas, também, são muito importantes, da mesma forma a iniciativa privada. O professor Aimerê estava nos dando aqui umas idéias de como desenvolver o turismo no nosso Estado. Mas, acha, que para assim ocorrer, é preciso envolver a iniciativa privada, haver investimento da iniciativa privada junto com os demais segmentos para obter a sustentabilidade necessária, mas que não seja um projeto, pensando nas próximas eleições, seja pensando algo para construção duradoura para futuras gerações. E nisso que acredito e aposto. Passo a palavra ao Deputado Gabriel, Membro da comissão.

**O Senhor Deputado Gabriel Picanço** – Agradeço a presença de todos. Considero de alta relevância a participação dos presentes e no aproveitamento das melhores ideias de vocês para o desenvolvimento do Estado de Roraima. É momento em que precisamos dar o melhor de nós para que possamos definitivamente desvincular o Estado da condição do contracheque, que a iniciativa privada exerça o seu próprio papel, mas superar dificuldades da sociedade depende de todos nós, que cada um contribua com uma parcela de colaboração, de tal forma que daqui mais alguns anos o Estado saia da dependência do contracheque, só do Governo Federal, Estado ou Município. Então, como Membro desta Comissão, peço o esforço de todos para que nos passem o melhor de si, de forma que a soma da contribuição nos possibilite formular junto com vocês um documento consistente para apresentar aos órgãos Públicos Federal, Municipal e Estadual. Então, como retorno em benefício da sociedade para que eles possam fazer seus programas de investimento de Governo. Talvez, o início seja hoje, incentivando a iniciativa privada tomar o seu rumo com as próprias pernas, ajudar o nosso querido Estado em arrumar, digamos, a sua parte principalmente na oportunidade de trabalho para todos, que é a essência, é fundamento que se busca na sociedade. É o motivo pelo qual estamos aqui. Entende-se, como pais de família, pois filhos em casa esperam alguma oportunidade, também somos responsáveis



na busca de condições para poder gerar oportunidades para as futuras gerações.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – A palavra continua franqueada.

**O Senhor Doutor Professor Aimberê Freitas** – Assessor Parlamentar da Assembleia Legislativa – Vejam, Deputados, a iniciativa é extremamente oportuna e necessária para trazer à discussão tema dessa relevância. Segundo observo os dados que a FETEC trouxe, não sei se já terminou mas estava realizando um trabalho chamado “Destino Certo”, que contemplava Boa Vista, Caracaraí e Pacaraima, tentando oferecer ao Setor de turismo básico de infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento. Então, atribui-se importância a esse trabalho que me parece uma pesquisa bem feita, cujos números retratam bem a realidade. Mas deixando de lado o mérito da pesquisa, enquanto pesquisa. É preciso que, ao observarmos esses números, tenhamos consciência da nossa fragilidade. Vejo aqui um grupo de pessoas que ironicamente tentam viver com dinheiro do turismo. Fiz uma observação para o Deputado Brito que, se olharmos Roraima na visão de um turista de fora, como é que uma pessoa escolhe um lugar para visitar, estamos aqui e de repente pensamos na Europa, Rio de Janeiro e Pão de Açúcar, são ícones que são perfeitamente identificados. Quem está fora de Roraima qual é o atrativo que chama atenção deles? Nada. Penso que este Seminário, Deputados Gabriel Picanço e Brito Bezerra, é o momento para tratar as coisas, estarmos escrevendo aqui sobre dois aspectos: 1º- aspecto conjuntural, os operadores do turismo conhecem muito bem, o que falta neste exato momento para que ele melhore, a forma que possam ganhar dinheiro; nas questões de comunicação, saúde, segurança e informação, são coisas factíveis que podem ser atacadas de imediato. A infraestrutura turística é o esteio principal que vai nos dar horizonte para o futuro. Não vejo do lado do Governo nenhum plano capaz de atacar isto, ou estão pulverizando dinheiro à toa ou estão utilizando a rubrica “turismo” indevidamente. O fato é que nós precisamos desenvolver ou transformar o potencial. Dizia o Deputado Brito ainda agora que ninguém vende potencial, se vendem coisas, reais, mas no aspecto turístico, que chame atenção do mundo, nós não temos. Esse Seminário será o momento em que nós poderemos prestar, Deputados, um grande favor a Roraima, envolvendo o Poder Executivo Estadual e Federal, dizendo: olha, quando vocês botarem dinheiro para o turismo só vamos contar que é turismo se estiverem nesta lista. Aí vamos listar os ícones que Roraima almeja, se não for aqui você não está botando dinheiro para o turismo, está dizendo que é turismo, mas não é. Vejam só se nós não tivermos algo vendável para os turistas de fora vamos ficar com as pobres estatísticas da FETEC, porque 100% de um é 2, não adiantou nada aumentar 100%. Então, as estatísticas estão aqui mostrando, enquanto pesquisa, ótimo, mas ela revela a nossa fraqueza enquanto destino turístico. Então, Deputados, acho que são pontos de vista conjunturais, eles podem listar todos os problemas conjunturais existentes, que são muitos, se nós dedicarmos um capítulo para a infraestrutura aí nós poderemos listar, colher as idéias para podermos dizer: olha, Governo Estadual e Municipal, no dia em que você quiser gastar dinheiro com o turismo o senhor invista aqui neste lugar, se é na conjuntura, não vai servir só para o turismo serve para todos: comunicação, educação e Saúde, é para todos. obrigado.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Registrarmos a presença do Membro da nossa Comissão Deputado Erci de Moraes. Lembrei-me de um fato ocorrido agora na convenção da UNALE – União do Legislativo, na cidade de Natal em Rio Grande do Norte, quando a prefeita muito bela com um discurso assim de muita excelência, falou que 85% da arrecadação da Cidade de Natal é proveniente do turismo, quer dizer, observa-se que em Fortaleza não é diferente. Então, se no nordeste está dando certo com o turismo, onde a qualidade de vida daquele povo melhorou de maneira fenomenal, pergunto, por que Roraima não pode com tudo que nós dispomos? Então, falta vontade política, mas a nossa parte nós vamos fazer sim. A palavra continua franqueada.

**O Senhor Ricardo Alves Peixoto** - Presidente da Associação Brasileira de Agência de Viagem-ABAV – Boa-tarde a todos. A ideia do professora Aimberê Freitas é excelente, como a gente já conhece a doença, agora submetê-la a exames necessários, e a gente consegue identificar aonde ela está localizada, para realmente tentar tratá-la. Agora, para complementar a ideia do professor Aimberê, talvez o maior problema do turismo em particular de Roraima é que as pessoas continuam a entender que turismo é levar para Serra do Tepequém, Pacaraima, Santa Helena e Letem ou até mesmo para visitar um de

nossos parques. Turismo é muito mais do que isso, Senhores Deputados, turismo vai além. Dizia, anteriormente, enquanto nossas autoridades não reconhecerem o turismo como atividades econômicas, nós iremos sempre a reboque de outros. Quando o turismo acontece em qualquer localidade não é no meu bolso que os recursos vão começar a refletir, vai haver motorista de taxi satisfeito, a hotelaria satisfeita, os restaurantes lotados, o produtor agrícola aquele lá da ponta vendendo mais seus produtos porque aumenta o consumo. Dizia, ainda esta semana, que enquanto nós não trabalharmos para que haja esse aumento de consumo, mas que seja um consumo organizado, nós não teremos destino certo não. O professor Aimberê homem de pesquisa, como o senhor e o Deputado Erci de Moraes também, o Deputado Brito Bezerra que passou por este segmento sabem que há 15 anos Roraima consumia aproximadamente 330 toneladas de frango ao mês, 15 anos depois estamos beirando os 380 com todo esse aumento de população que houve, ou seja, 15 anos depois, os gêneros de primeira necessidade, alimento, estão nesta faixa, e nos demais segmentos permanece. Então, a hotelaria que era um gargalo porque nós não tínhamos condições de captar para cá eventos para trazer consumidores, o que é urgente pra nós aqui é atrairmos consumidores, porque se nós produzirmos hoje 10 toneladas, este número é fictício, mas se produzíssemos 10 toneladas de banana não teríamos para quem vender, não temos consumo para isto, ou seja, não adianta se pensar em aumentar a produção do comércio e da indústria porque o consumo interno é pequeno e não absorve essa produção. Então, temos que começar a vender nossa imagem de bons produtos, aí sim haverá razão, pois bons produtos nós temos. Agora mostrar Tepequém simplesmente para construir um mirante para ficar tirando fotografia, o que eu estou trazendo de progresso para isso? O que estou trazendo de economia para aquela região, ou seja, quem vai usar o mirante do Tepequém se eu não criar lá a infraestrutura de segurança para que eu possa dar de segurança, de conforto necessário para as pessoas que usam os instrumentos conforme a legislação federal exige. Louvo esta Casa por esta iniciativa, os senhores Deputados por ter tido coragem de brigarem, até mesmo para que nós possamos ter um diálogo aberto com nossas autoridades em nível estadual. E para terem uma ideia, que, através da Câmara de Turismo, fizemos oito solicitações para conversarmos, discutirmos, como estamos fazendo neste momento, com o Governo do Estado para discutir esse assunto. Marcamos oito vezes, e oito vezes foram desmarcadas. Nós, como profissionais, pedimos no turismo que já estamos há anos neste setor teimando, mas acreditamos que ele é ainda a oportunidade que deixaram de lado para este Estado. Então, analisando isso quero cumprimentar cada um dos senhores Deputados pela coragem, pois poucos os que têm dado a cara para defender a bandeira do turismo, que turismo é ainda, como se dizia no passado, a indústria de chaminé que não solta fumaça. Espero que esse trabalho dê frutos, vamos torcer para dar certo. Obrigado.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra**- A palavra continua franqueada.

**O Senhor Joaquim Estrela**, Faça parte do Convention Bureau e Agência de Viagem Estrela Turismo. Muito se fala sobre atividade econômica do turismo e uma série de outras coisas, mas há muitos anos que temos discutido a questão primordial do Estado enquanto os órgãos que geram o turismo no estado que é um departamento da Secretaria de Planejamento, que não tem autonomia sobre nada. Deixo uma sugestão a vocês da bancada do Governo no sentido de normatizar a questão da criação de uma secretaria ou uma fundação, para dar mais dinamismo ao setor do turismo e mais liberdade de ação. Há um outro aspecto em relação a Boa Vista que deixou de ser cidade dormitório, para quem vai a Venezuela, para ser cidade de passagem. Tudo isso porque abrimos mão de atrativos que tínhamos aqui que obrigava o visitante permanecer pelo menos uma noite em Boa Vista. A família que vai à Venezuela e a Margarita, seria fundamental que permanecesse em Boa Vista uma ou duas noites, uma na ida e outra na volta, já representaria muito em termos de valores. Tivemos, por exemplo, o Detran que emite a certidão de trânsito, na Venezuela, que é uma exclusividade apenas, do Governo do Estado na geração de recurso no estado com a emissão das certidões, obrigaria as pessoas a virem à nossa cidade, pernoitar e seguir viagem. O Detran Roraima abriu mão para o Detran de Manaus. O documento é emitido em Manaus, consequentemente as pessoas passam direto e não dormem nem em Pacaraima, mas em Santa Helena. Poderíamos tratar aqui, também, a questão da emissão de certidão dos carros que vão à Venezuela, o valor de cada certidão é vinte e dois reais, mas que haja dinamismo, e não o Detran fecha a uma e meia da tarde, se alguém

chegar às quatro horas da tarde consiga a certidão; Criar formas para que as agências de viagens tenham acesso, se responsabilizar e emitir essa documentação para o cliente por meio de despachante ou outro meio. Com relação à parte de infraestrutura a ser oferecida aos que chegam, devemos pensar que temos um contingente militar na cidade, pessoas de fora que chegam em número de nove mil pessoas aproximadamente que são sargentos, cabos e oficiais cujo poder aquisitivo é relativamente tranquilo. Todas essas pessoas esbarram em um problema devido à inexistência de hotel-fazenda, por falta de investimento do poder público em estradas e a não utilização da Agência de Fomento em fornecer financiamento às empresas de turismo para compra de vans, barcos de melhor qualidade e construção de chalés. Se esse financiamento for via Basa ou Banco do Brasil, o pequeno empresário não tem acesso, devido a uma série de requisitos, exigências que impedem, geram custo e inviabilizam. Acho que devemos também pensar urgentemente com relação à copa das confederações, copa do mundo que irá ocorrer em breve, e a entrada para o Brasil em alguns casos é via Venezuela. Temos que criar mecanismo para reter essas pessoas em Boa Vista, pelo menos, dois ou três dias antes de seguir viagem. Para isto é preciso instalar na fronteira a central de atendimento ao turista, pois não temos, para facilitar, orientar os visitantes, muitos deles não sabem como devem proceder e, às vezes, acabam sendo presos pela Polícia Rodoviária, perdem carro, ou seja, se envolvem em uma confusão. Então, é fundamental oferecer atendimento especializado aos visitantes para esses eventos: Copa do Mundo e Confederações, por entender que acontecerá um fluxo muito grande de pessoas, não só de Venezuelanos, também colombianos, cuja maioria entrará por aqui, via terrestre. Não vamos conseguir competir com Manaus, mas devemos criar mecanismos, visando oferecer condições para atrair, pelo menos, um percentual pequeno desse recurso que ficará em Boa Vista. Acho que, mais uma vez, vamos voltar à cidade do já teve, por deixar a Meta Linhas Aérea quebrar que era a única empresa regional em atividade na região Norte: A Penta quebrou; a Travagem faliu, e outras regionais quebraram. Hoje dá pena ir ao Aeroporto de Boa Vista e ver apenas dois aviões se acabando no tempo, sem condições de voar. Formamos um triângulo no turismo no norte: linhas aéreas Boa Vista, Georgetown e Puerto Ordaz, mas estamos abrindo mão e ninguém quer saber. Perdemos oportunidades, deixamos acabar, a situação prejudicou a geração de emprego, no setor hoteleiro, setor aéreo e uma série de transtornos. Hoje, continuamos na mão da GOL e da TAM. Ficamos à mercê dessas empresas, com a tarifa aérea mais alta do país. Quem sair de São Paulo com destino a Roraima fica assustado com o valor da tarifa. O foco principal é fortalecer a iniciativa privada para não depender do Governo para atrair gente para Roraima. Precisamos construir o nosso caminho. Era o que eu queria colocar.

**A Senhora Airlene Carvalho, diretora do Convention Bureau** - Acho que o Fernando explicou bem a situação do turismo, mas em relação ao Convention, o objetivo é captar eventos para gerar renda através do turismo. Evento de médio e grande porte vai atrair pessoas de outros estados e até de país vizinho. A meta é para que esse turista permaneça durante e após o evento, por uns dois ou três dias. Uma das coisas que eu percebi é uma necessidade que sugiro aos empresários que pretendem construir Shoppings aqui. Por que não construir um centro de convenções ao lado de um dos shoppings? A gente tem percebido, quanto à busca por eventos, é o comentário de que Roraima não tem condições de realizar um grande evento. De fato não tem, mas o que deve ser pensado é estruturar a cidade para realizar grande eventos. Notei na pesquisa da FETEC, é que a maioria dos turistas tomam conhecimentos sobre os atrativos turísticos de Roraima por meio da internet e hotel. Com relação à mão de obra qualificada, observei, quando participei de uma palestra oferecida pelo SEBRAE, que a maioria dos participantes, donos de restaurantes, reclama sobre dificuldade da mão de obra qualificada para atender o turista, o visitante. Eu não sei se os empresários não querem investir nos funcionários, e contratam mão de obra não qualificada. Nós temos o SENAC que oferece cursos. A terceira questão é com relação às feiras internacionais e nacionais. O Convention foi criado para captar eventos e gerar renda. É primordial que façamos visitas a outros estados, através do quais vender a imagem, o potencial do estado para outros lugares. Então, as feiras são uma oportunidade para divulgar. E a que vai acontecer em Belém dia 23, o Convention foi atrás de apoio para participar, mas a informação é que o Secretário não estava sabendo da feira, por isso, não poderia ajudar o Convention. É primordial uma parceria com Governo do Estado e Município para vender a imagem

de Roraima por meio de convênios e feiras. É uma forma essencial. A Ana está aqui e é uma questão para ser discutida para pauta. Só isso.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** - É interessante a criação do centro de convenções, mas o problema é que no momento estamos atrelados a esse gargalo da tarifa aérea que é cara. O centro de convenções local atrairá empresários que vêm participar, a tarifa é alta para vir da região nordeste, sul ou sudeste. Em outras regiões, os valores de tarifas são mais baratos. Salvador e Fortaleza fica em cento e vinte reais, aqui, é bem mais. Com a instalação de Shopping, em Boa Vista, despencará o turismo interno, a economia vai dar uma aquecida, sabe-se que as pessoas saem daqui para Manaus para visitar Shopping porque acham chique, atrativo visitar as lojas. Repito o centro de convenções é muito interessante a partir do momento em que possamos trabalhar uma parceria nas questões do barateamento dos valores das tarifas ou ter uma empresa regional que atue nas pontes aéreas. E o mais, importante é que várias ideias estão surgindo, no sentido de superar gargalos, após detectados e relacionados, encaminhá-los para que o poder público resolva alguns, e os outros à própria iniciativa privada, com apoio, consiga resolver.

**A Senhora Airlene** - Quando existe um evento na cidade, empresas, como a GOL e TAM, baixam a tarifa, contanto que essa empresa seja responsável em trazer.

**O Senhor Hélio Zanona, Técnico em turismo da FETEC.** Estou representando o Osmar que está em viagem para atender outro compromisso. Vou apresentar o histórico da FETEC, sem fugir do assunto principal. O setor de turismo da Prefeitura de Boa Vista começou em 2005, quem mora aqui desde esse tempo lembra que atual FETEC era FESSEC. Na gestão, do hoje Deputado Rodrigo Jucá, se criou a Superintendência de Turismo. Antes não existia um órgão oficial de turismo dentro da Prefeitura. O Senhor Estrela falou há pouco sobre a importância de turismo bem representado para fomentar as ações, e começou bem: com uma oficina de planejamento onde muitos aqui participaram sete anos atrás, mais ou menos, justamente para debater, semelhante ao que está se falando aqui, hoje. Acho que o material que temos...existe um relatório que, se formos ler não deve ser muito diferente dos problemas de sete anos passados comparados com os de hoje. Alguma coisa melhorou, outra não, mas podemos trazer esse documento. O Osmar me autorizou para falar tecnicamente, colocar algumas questões. Percebem-se várias ações, inclusive, da FETEC sendo realizadas. São várias engrenagens rodando mas não estão juntas para alavancar. A gente não tem um direcionamento comum. Não vou ler tudo isso aqui. É só um resumo, um apanhado geral.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** - Interrompo um pouquinho. Geralmente as instituições quando participam desses encontros, tendem a fazer uma prestação de contas do exercício, e a gente agradece.

**O Senhor Hélio Zanona** - Só para dar um exemplo: A pesquisa, que trouxemos aqui pela FETEC, é de 2010. É um perfil de demanda em parceria com o SEBRAE, FETEC e o Instituto Federal. É a pesquisa mais recente que temos de estudo sobre perfil da demanda. A que existe, de mais recente, é de 2010. Foram feitas todas essas ações, e temos vários indicadores, vários números. No próprio festejo Boa Vista Junina a gente aplica uma outra pesquisa de satisfação do evento, onde coletamos informação do perfil do turista e, naquele momento, entrevistamos o turista que não se hospeda no hotel; ele está na casa de um amigos ou familiares, que é outro perfil que consta aqui, que vem com outro objetivo e que pode ser melhor aproveitado. Disponibilizo todos esses indicadores. Em 2007, foi feita uma pesquisa com o público amazonense sobre o que o Manauara acha de Boa Vista; Qual a sua visão sobre Boa Vista. Foi uma pesquisa muito bacana. Foram colocados dez fotos de Boa Vista, pedindo pra ele associar e dizer o que acha de Boa Vista. Muita gente pensava que seria colocada uma foto de comunidade indígena, a que ficou em primeiro lugar em imagem associada foi da Praça das Águas e o Portal do Milênio. Então, realmente nós temos vários indicadores que quebram muitos paradigmas. Para a gente ganhar tempo, no preparo do Seminário, eu posso trazer todos esses dados e indicadores. O turismo é bem mais do que isso. Ainda está desorganizada a questão de posicionar, relacionar quem a gente quer trazer para cá. É o turista de natureza? Temos o Magno que trabalha na Roraima Adventure, especializado em eventos de natureza. Se pegar o perfil do cliente do Magno, é perfil do sudeste com maior poder aquisitivo. SE formos na ABLA, vai ser um turista de negócio. O perfil do turista que vem a Boa vista é a negociação, pessoas que praticamente lotam os hotéis, é um turista diferente. Acho que temos que estudar bem esses perfil. Existem alguns segmentos

de turismo em que o público não é sensível ao preço da passagem que podemos trazer pra cá, em relação à distância, também não é problema. É um grupo, geralmente, de cinco ou seis pessoas, cujo poder aquisitivo é bom e deixa muito mais dinheiro. Uma van com cinco turistas desses deixa mais dinheiro no destino, do que um ônibus com cinquenta passageiros. Se analisarmos outros números de destinos consolidados, como serras gaúchas, para Europa, os principais visitantes de destinos consolidados são os vizinhos. A Serra Gaúcha, o principal visitante é o pessoal do entorno, mas vai gente do Brasil e do Mundo. Temos que pensar nos nossos vizinhos Amazonense, Guyanense e Venezuelano.

**O Professor Doutor Aimerê Soares de Freitas** - Cometeram um erro grave demais. O tratado do Brasil com a Venezuela permite que o turista vá até a primeira cidade do País sem Passaporte. Criaram o município em BV8 e pronto, lá é o primeiro, não passa de lá. Antes, era até Boa Vista, por ser o primeiro município. Criaram Pacaraima mas não mudaram o tratado. Ai eles ficam lá, não vêm pra cá.

**O Senhor Joaquim Estrela**, representante da Ado Turismo - A barreira do passaporte já não existe mais, podem vir apenas com a identidade. Venezuela é um País, onde não se tira carteira de identidade para menor de 15 anos. A federal só permite a vinda se tiver carteira de identidade. Às vezes chegam famílias com menores e, por isso, não podem vir. Essa estória do seguro obrigatório para entrar na Venezuela não foi criado pela Venezuela, foi criado pelo Brasil. Só vêm aqui se tiverem seguro no carro. Por isso, foi adotado o mesmo princípio de reciprocidade. É uma barreira que precisava ser derrubada. Esse tipo de coisa atrapalha muito porque durante um fluxo maior de pessoas em época de feriado prolongado na Venezuela, como: Natal, Semana Santa, pessoa que poderiam vir até aqui, mas ficamos aqui chupando o dedo, vendo a banda passar.

**O Senhor Hélio Zanona** - Quem sustenta um destino turístico, se formos analisar no mundo inteiro, são os vizinhos. O turismo precisa de uma gestão mais profissional, porque são vários públicos que Roraima pode receber, cada público tem seu perfil, suas características. Tem várias feiras no Brasil e no mundo que a gente pode ir, mas ir com um material, com pessoas e estratégias corretas para obter resultados das ações. Mas, em relação ao que a gente já dispõe que é turista de negócio onde 34% das pessoas ficam em hotéis durante os eventos que aqui já acontecem. Sofro um pouco porque atuo tanto do lado do Poder Público e trabalho em uma empresa privada, e sou guia de turismo por profissão. Então, a gente sofre um pouquinho. Vou dar dois exemplos: Levando um turista para tomar açaí, ele sugeriu falar para o pessoal da Secretaria de Turismo disponibilizar um mapa no hotel para facilitar ao turista o deslocamento na cidade. Assim ele conheceria mais e visitaria mais lugares. Respondi-lhe que o recado iria chegar na Secretaria. Dei esse exemplo para citar, justamente, a priorização do turismo. A FETEC, hoje, atua praticamente com recurso para pagamento de pessoal. Então, não tem dinheiro para imprimir o básico que seria um mapinha, para apoiar uma ação do Convention, que é o papel do Poder Público. O Convention pede, e o poder público tem que ajudar. Se a atividade turística fosse priorizada, se tivesse mais vontade política para ver o turismo como prioridade, fator de geração de emprego e renda, com certeza, os órgãos oficiais de turismo teriam mais autonomia e conseguiriam praticar mais ações. Quando eu falo em aproveitar o que já temos, me refiro a eventos, um dos quais acontece em fevereiro, é o carnaval que, aqui, em Boa Vista, muita gente desdenha, o povo daqui não gosta. Mas o seu Batista do Hotel Barrudada recebia dois ônibus cheios de Venezuelanos, que vinham para o carnaval, conhecido como uma festa Brasileira para o Venezuelano e Guyanense. Voltando à idéia dos vizinhos para irem para o Rio de Janeiro, o evento mais conhecido, mas ficaria inviável pelo preço da tarifa e outros fatores. Eles querem o carnaval do Brasil, e ficam satisfeitos com o nosso carnaval. Então, Boa Vista, como portal de entrada do Brasil, o carnaval é um evento que atrai alguns turistas, e os arraiais também. Os arraiais, falando da questão cultural, se formos desenharmos as ações de promoções, para captar turistas para conhecer os nossos arraiais, com certeza teríamos resultados melhores. A FETEC, em 2007, já fez uma proposta para promover o "Boa Vista Junina" em parceria com alguns hotéis. Os arraiais são realizados em um período de baixa temporada dos hotéis. Se promovermos os arraiais na Venezuela, Manaus e Guyana, teremos, com certeza, resultados. Não houve continuidade nas ações por vários fatores. Na verdade, já temos algumas coisas prontas em relação a produtos que faltam serem colocados na prateleira, e aí sim, não vou repetir a fala sobre questões de infraestrutura, já apresentado pelo Professor Doutor Aimerê. Muito obrigado.

**O Senhor Joaquim Magno de Souza**, diretor da Roraima Adventury - Muita coisa já foi falada aqui. Há pouco, como o Professor Doutor Aimerê falou, nós temos a missão de ser um agente operador em um Estado que não tem quase nenhuma tradição turística. Não é fácil mostrar para outras localidades que há o que se fazer aqui, com o que dispomos. Eu diria, com bastante simplicidade e até com um pouco de orgulho, que conseguimos viver do turismo. Não é uma missão fácil, mas é possível. Isso é legal porque prova que é possível trabalhar o turismo. Hoje, com o que nós temos e o que não temos, conseguimos se estabelecer, imagine com estrutura e organização. O turismo no Brasil é considerado como área muito nova. O Ministério do Turismo foi criado em 2003. O Brasil está aprendendo a trabalhar com turismo. O turismo, no mundo, tem crescido de dez anos pra cá, de forma muito grande. No momento está acontecendo o "Rio + vinte", onde se trabalha a sustentabilidade, meio ambiente e tudo, o turismo está envolvido nesse contexto. O próprio "Rio + Vinte" é um evento turístico, não é verdade? Estamos aprendendo a trabalhar com turismo. Tudo que foi colocado aqui, também meu segmento de turismo de natureza que envolve uma série de atividades, compõem a cartilha. Falou-se em infraestrutura que é importante para promover o estado com destino turístico. Tenho feito isso com bastante calor, mas, para promover o estado, temos que ter infraestrutura. Temos que ter produtos, não basta ter atrativos. É preciso transformar os atrativos em produtos turísticos. O turista vem, mas quer uma estrutura mínima para que ele possa desfrutar conforme o pacote comprado. Infelizmente, dados que temos na empresa demonstram que existe vários tipos de turistas. Tem turista que não se incomoda se a passagem custa mil reais ou mais, ele quer é vir. Outro segmento que é mais volúvel é a questão dos valores. Nós não podemos ficar olhando só para o cliente do Sul, o Europeu, ou cliente internacional que vai chegar aqui. Nós temos um mercado muito forte que está querendo acontecer nas nossa região, envolvendo os Países: Guyana, Venezuela, também Manaus que está circulando. Há meios de criar produto e fortalecer os operadores que estão aqui para isso acontecer de forma eficiente. É muito importante olhar com atenção para a nossa região. Nós temos que ter uma visão a longo prazo: 10, 15 e 20 anos, Nem tudo vamos conseguir resolver a partir desse Seminário, através dessas ações, deste Governo ou do próximo. É de fundamental importância fazer um planejamento, estabelecer metas factíveis, para as coisas acontecerem a longo prazo. Estou há nove anos trabalhando como operador, e vejo que muitas coisas que eu imaginei que poderia fazer no primeiro e segundo ano mas, somente hoje acontece, como é a questão do acesso ao Monte Roraima. Por que não criar outras atividades locais possíveis? Então, é preciso que esse nosso pensamento não esteja voltado somente para a copa de 2014, que é evento emergente, mas que tenha continuidade. Então, o turismo, principalmente, o de natureza, evento que vai acontecer, é preciso que estejamos preparados para nos inserir no mercado. Vimos Estados, como: Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promovendo o estado com muita força a nível Governamental e estão no mercado. Roraima não existe, praticamente nessa questão. Temos atrativo, temos condições para isso, mas nos falta ter essa visão de trabalho. Tenho um pensamento que, muitas vezes, defendo a ideia de que o turismo deve ser colocado para as comunidades indígenas. Há muitas restrições com relação a essas comunidades. É um assunto muito polêmico e exige muita prudência para trabalhar essa questão, mas temos exemplos aqui da Guiana, país vizinho, que está trabalhando, tendo comissão, visão e valores estabelecidos. A Venezuela está trabalhando bem. Em nosso Estado há comunidades vivendo de favor e de esmolas. Há condições de trabalharmos e começar uma discussão no sentido de envolver essas comunidades que podem desenvolver um trabalho de visitação, ou outra coisa nesse sentido. É possível, então, vamos discutir para encontrar meios, visando proporcionar dignidade para esse povo que pode trabalhar e pode receber os benefícios através da atividade turística. Falamos isso com propriedade, porque somos um dos estados com maior concentração indígena do País, muitas delas com acessibilidade. Este tema precisa ser colocado na mesa e discutido de forma consciente, prudente, e com visão de futuro. É um produto muito procurado, digo por experiência própria. Só, ainda, não conseguimos vender porque não está devidamente formatado e há ainda uma questão jurídica. Precisa ser discutido para só depois colocar em uma prateleira. E como a Airlene comentou bastante sobre a questão do apoio que precisamos, porque tratar de turismo sem ter acesso ao mercado não tem fundamento. Quem é que vai ter acesso ao mercado? São as pessoas que vão estar na parte operacional e

marketing, e gerar condições de apoio para associações, como o Convention e outros, como: empresas que vão para rodadas de negócios, que fazem contatos com as operadoras que lançam no mercado o produto em Roraima. Esse apoio é muito importante. Quando visitamos feira em São Paulo ou qualquer outro evento e colocamos o nome de Roraima, turisticamente, tem um nome muito bom lá fora é bem cotado, e olha, que ainda não somos ninguém. É preciso dar esse apoio para que os operadores possam divulgar Roraima, inicialmente, com o que nós temos, com potencialidades futuras. Muito obrigado.

**O Senho Ricardo Alves Peixoto** - Só para complementar o que o Mágnolo colocou. Deverá se realizar no período de 24 a 27 de outubro a feira das Américas que ocorre todos os anos no Rio de Janeiro. Este será o último a realizar-se no Rio de Janeiro, a partir do próximo ano irá para São Paulo, e passa ser itinerante nos anos seguintes. Obrigado.

**A Senhora Ana Sibillone** – Boa-tarde, Deputado Brito, Deputados Erci e Gabriel, e todas as pessoas que estão representando aqui, todos os que eu conheço, Hélio, colega batalhador. Então, Deputados, vocês serão o nosso grande pai, quando todo mundo está reclamando, falando das nossas angústias. Estou com vinte e quatro anos de experiência na DETUR, que já foi coordenadoria de Turismo, agora é Departamento. Pegando as palavras do Estrela é um baluarte na área de Turismo, junto com o Peixoto, que destacou para os senhores a importância de fortalecer a Instituição, e que o Departamento de Turismo se torne uma secretaria. E eu reforço, como técnica, que estou do outro lado, elaboro projeto, cadastro de empresas. Então, a gente sente essa necessidade, quer dizer, se nós tivéssemos uma Secretaria nós teríamos mais autonomia. Então, se partir dos senhores, como autoridades do legislativo, o propósito de abraçar uma causa nobre, porque quando a nossa equipe elabora o PPA, nós prevemos tudo isso o que está sendo colocado aqui, verba para promoção, verba para sinalização, para tudo, mas não se consegue porque a burocracia para o serviço público, como os senhores sabem, é muito grande. Então, a gente finda sendo atropelado, depois, sabem de que somos tachados? De incompetentes, é porque quando se planeja um recurso e que não se utiliza, a pessoa é incompetente. Se os recursos não forem utilizados, como é que você quer mais um milhão? Então, como é que fica a gente? E hoje o departamento de turismo está esvaziado, poucos técnicos, a maioria, lógico, busca a melhoria, quem não quer a melhoria de salário? Fizem novos concursos e saíram. Então, lá está vazio hoje, totalmente vazio. Eu concordo na íntegra com o que já foi dito aqui, mas, como roraimense, como pessoa que acredita no turismo, muita gente me pergunta: Mas, Ana, tu ainda está no Turismo? Tu acredita? Acredito no meu Estado. O importante é colocarmos na pauta o turismo interno. Note que nós, como cidadãos roraimenses, que adotamos esta terra, assim como o senhor que está aqui defendendo os nossos direitos, muitas vezes, pecamos quando recebemos um convidado de fora, pensamos: o que a gente faz? Ei, vamos lá em Santa Helena? Vamos na Goiana, lá tem umas camisas lacoste, ou seja, a gente faz isso, a gente deixa de vender o nosso produto Deputado, para levar a pessoa pra outro país, onde se deixa dinheiro. Os senhores sabem que Santa Helena era uma cidade novinha, e hoje como esta? E lá eles não dão desconto, brasileiros lá não têm desconto. Ah! Esse leite é quinze? Eu pago. Essa é a questão cultural, temos que acabar com isso. No início aqui desta conversa, dizia-se que em Roraima a Indústria é do contracheque, o PIB é o contracheque, é verdade. E hoje Roraima é um dos estados mais procurados para concurso, isso é um fato, e já deu uma série de reportagens no Jornal Nacional. Qualidade de vida nem se fala, Roraima está acima de todos os estados. Então, preocupados com isso, poderíamos elaborar um projeto, chamá-lo de “Passaporte Roraima”, onde, os servidores públicos, por exemplo, muitos roraimenses que não conhecem nem a encenação da Paixão de Cristo aqui em Mucajá, a cinquenta e um quilômetros de Boa Vista, a estrada é asfaltada. Se fizesse uma pesquisa, veríamos que muitos não conhecem nem Tepequém, não sabem onde fica Normandia. Então, se a gente criasse, agora, isso seria uma ação porque o Turismo é uma das maiores indústrias, o turismo é a construção e realização de um sonho. Então, se o senhor planeja uma viagem para sua família, o senhor vai imaginar coisas belíssimas, e se essa viagem for frustrada a pessoa vai no mínimo divulgar para cinco pessoas, que turismo foi uma experiência ruim. Enfim, a propaganda boca a boca é negativa. E para o turismo funcionar tem que ter infraestrutura, é verdade, e o setor de serviço precisa realmente funcionar. Então, temos que trabalhar, alguns colocaram aqui que Boa Vista é só um corredor, agora

nem isso mais é, porque o empresário do Amazonas quando adquire um pacote de férias, o operador lá para Venezuela, de cara, nos exclui, não para aqui, ou ele vai de avião, ou ele vai direto, ou seja, a gente deixa de receber, de ganhar financeiramente com isso, enquanto nós não somos tão piores porque aqui tem o representante comercial, bastante eventos, isso também deixa dinheiro, não é só aquele turista de mochila, com a máquina no peito, não é o único turista, também é turista aquela pessoa que vai no empreendimento do Peixoto, um excelente empreendimento, mas muitos roraimenses não conhecem. Então, temos que começar a trabalhar primeiramente nossa casa, já que o turismo requer um alto investimento, requer sinalização turística. Se sairmos daqui para Venezuela, cadê a sinalização turística? Não existe. Se você for ao Tepequém, cadê a sinalização? Não tem. Até mesmo a de Boa Vista já está precária, já está ultrapassada. O Hélio, recentemente, me ajudou quando precisei montar um projeto, pois temos prazo até trinta de junho pra cadastrar esse projeto no SICONV, há uma verba de cento e noventa e oito mil disponíveis pra nós descentralizada, por que só esse valor? Por quê? O percentual é calculado em cima das empresas que o estado cadastra. Então, como nós temos poucas empresas cadastradas, o nosso universo é pouco, a nossa verba é pouca. Mas nós já cadastramos vários projetos pra promoção, nós temos um guia que é muito bom, nós vamos reeditar esse guia pois tem uma série de erros, nós vamos reeditá-lo. Temos vários problemas até de CNPJ que, se o estado estiver inadimplente, parou, parou, e não anda mais. Então, a gente faz projeto, só que quando acontecer com esses projetos a mesma coisa, quando estou com o meu CPF sujo, e vou na loja da Lena e digo: Quero comprar essa geladeira, mas quando a pessoa acessar o meu CPF lá, a mulher diz: A senhora não pode comprar. Assim acontece com o estado. Aí a gente fica para trás. Mas nós temos projetos, inclusive, estamos com um projeto para cadastrar agora. Trata-se de um banco de imagem, nós não temos imagem, sabe-se que tem, por exemplo, o Estrela que é fotógrafo, ele tem uma foto bonita, de boa resolução pra vender ao estado. E se ele vender para o estado, são cinco anos para poder utilizar essa imagem. Depois desse prazo, se o estado utilizar essa imagem ele entra na justiça, e o estado tem que pagar uma multa de não sei quantos mil. Então, precisamos formar este banco de imagens. Outro projeto é para a sinalização turística, que envolve dinheiro bastante representativo, presumo que cento e noventa mil não dá. Então, fazemos um apelo, deputados, para os senhores aqui, poxa, vocês abraçaram o turismo, e eu, em nome de todos, faço um agradecimento antecipado, pois precisamos mesmo do apoio de vocês.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – A nossa parte, como parlamentares, com certeza vamos fazer. E a abertura para este debate já estamos acenando para que as pessoas entendam que nós temos a intenção, sim, de que o turismo no nosso estado se transforme em uma atividade econômica viável. É o que queremos da SEPLAN é a transparência no fornecimento dos dados, e que ela nos dê algo consistente no que tange à resolução dos problemas, porque, quanto aos problemas, todos nós os conhecemos. Então, nós gostaríamos que o Governo se envolvesse muito nesse Seminário, que identificasse as pessoas que realmente possam promover esses pontos, esses gargalos. Há poucos dias, solicitei a inclusão no calendário turístico do nosso estado um evento do setor produtivo, uma demanda que o setor positivo trouxe. Nós promovemos um desses eventos aqui que, segundo a Polícia Militar, mobilizou duas mil pessoas aqui no Jockey Clube, trouxemos pessoas do Amazonas, da Venezuela, de todos os municípios. Foi um evento muito importante para o setor produtivo. Solicito, pois, agilidade em incluir esse segmento no calendário turístico. Portanto, o que se pode fazer para que a feira em outubro se efetue é que o dinheiro esteja disponível para que as entidades possam representar o estado, divulgá-lo e vender os produtos. Então, em ralação a são ações dessa natureza que o parlamento não tem como tomar decisões, compete, pois, ao executivo, enquanto nós vamos cobrar, nós vamos viabilizar a oportunidade de provocar os setores competentes, seja município, seja estado, porém só o executivo pode executar, tem ordenador de despesas. Mas, a gente infelizmente não tem, a Secretaria de Turismo tem uma demanda desta casa aqui, ela já foi indicada, nós não podemos elaborar um Projeto de Lei de criação de uma Secretaria, nós podemos identificar os pontos, fazer uma justificativa e indicar que o Governo crie, é preciso boa vontade do Governo.

**A Senhora Ana Sibillone** – A gente pode levantar esses dados e repassá-los para vocês, quanto à necessidade, a nossa carência, porque terem subsídios para poder planejar isso.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – É fundamental, identificarmos esses pontos e trazê-los no dia do Seminário. Quem mais vai ser demandado é o poder executivo, sobretudo o estadual, a senhora pode ter certeza.

**A senhora Ana Sibilone** – Nós temos dados estatísticos que são abrangentes em todo Estado.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Mas o importante é que a gente entenda a essência, não o que passou, mas o que se pode fazer para mudar essa realidade. O passado não tem mais jeito, vamos ver o que nós podemos fazer, qual é a contribuição da SEPLAN ou do Governo do estado para mudar essa realidade. SEPLAN não pode fazer nada, mas a Agência de Fomento pode. Então, o Governo diz: A agência de Fomento vai fazer, vai abrir uma linha de crédito para o operador de turismo, seja ele pequeno ou médio ou grande, nós precisamos dessas ações, dessas definições.

**A Senhora Ana Sibilone** – Para eu entender melhor, o senhor quer que, para o dia do Seminário, a gente leve a nossa proposta, ou ela vai estar pautada nos pilares que vão ser discutidos lá? Aí, de lá vai sair uma carta, e a SEPLAN vai receber a sua atribuição?

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Daqui até lá, dia vinte e dois, nós estaremos reunidos aqui novamente, até esse dia nós podemos trazer algo mais coadjuvante, a senhora junto com a equipe e o próprio Secretário. O turismo é tão importante aqui no nosso estado que o Secretário poderia se envolver, embora eu entenda perfeitamente as limitações da Secretaria, mas precisamos construir juntos.

**A Senhora Ana Sibilone** – Estou chorando aqui aos seus pés.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Vamos conseguir vencer sim esta batalha. Há quem gostaria de fazer uso da palavra, por favor.

**O Senhor Joaquim (Estrela) Representante do Turismo** – Vocês que têm a oportunidade de participar de muitas reuniões fora daqui, muitos encontros com outras Assembleias Legislativas, e geralmente nesses encontros que se elege uma capital para sediar o evento do próximo ano. Então, sugiro a vocês para que procurem, nessas reuniões, trazer algum evento para Roraima. O Convention já dispõe de material, nós temos um Show-Case que, embora pequeno, mas é um Show-Case que retrata a realidade atual do nosso estado. No Convention temos sempre debatido a necessidade de trazer alguma evento para o Estado, não precisa ser um evento de grande porte, mas de médio ou pequeno porte, contanto, que sejam eventos que despertem interesse das pessoas de outros estados, assim comessem a vislumbrar um pouco o nosso estado. Então, sejam vocês também porta-vozes, visando oportunizar ao nosso estado sediar eventos.

**O Senhor Doutor Professor Aimerê Freitas** – Pego o gancho da exposição do Fernando, sobre a experiência que tivemos recentemente com o destino certo da FETEC. Ana Sibilone colocou duas coisas importantes quanto à questão do turismo interno. Em Mucajaí há quem não sabe onde fica Assembleia Legislativa nem o Palácio do Governo, nunca andaram no Centro Cívico de Boa Vista. Pessoas que frequentaram o curso que eu dei lá, disseram que só vêm na casa de parentes, irmã, voltam e pronto, não sabem onde fica o Palácio da Justiça. E há um detalhe interessante: “O Destino Certo” me convidou para dar um curso em Mucajaí sobre a história de Roraima previsto para dezesseis pessoas, mas terminou com cinquenta e três. Percebi que há uma demanda enorme de carência de informação sobre as coisas de Roraima, ninguém conhece nada sobre Roraima. E eu penso ser fundamental inculcar, na juventude o amor por Roraima: não se ama aquilo que não se conhece. Então, se eu gosto de Roraima, e quando eu encontrar alguém que eu não conhece, eu só vou passar boas informações para ele, poderão ser os futuros guias, os futuros garçons, os futuros motoristas, conhecendo um pouquinho da história do nosso estado, e ao demonstrar que gostam daquilo que faz ele vai transmitir a outros, fazendo com que o outro se empolgue e goste também. A experiência que vivenciei nesse curso do “Destino Certo”, foi muito rica, primeiro, porque começou com dezesseis pessoas e terminou com cinquenta e três, e isso porque o curso foi rápido, se fosse um curso mais prolongado, acho que teria que fazer um comício em Mucajaí. Então, a divulgação, através do fomento, nas escolas sobre a história de Roraima é de fundamental importância, porque diz respeito ao turismo. Informações sobre Tepequém. Não sei o que é o Tepequém. Então, se eu conheço, incita a minha vontade para um dia visitar aquele lugar que todo mundo fala. Então, isso é de fundamental importância. E o relativo ao turismo interno, realmente, há quem nunca foi em Caracará, São João da Baliza, e de lá pra cá é mais ainda.

Já de Rorainópolis é mais fácil ir para Manaus do que para Boa Vista. Então, poucos procuram Boa Vista, consequentemente, talvez, não dê muito dinheiro pra vocês que são operadores do turismo, porque é uma passagem, um hotelzinho, no entanto será de fundamental importância para quem aluga carro. Devemos olhar também para esse aspecto, é um negócio que vale a pena pensar.

**O Senhor Joaquim Magno de Souza- Representando Roraima Adventure** – A experiência que o professor Doutor Aimerê Freitas expõe, no sentido de estimular o turismo interno, que ninguém está vendo, fazer uma palestra, é um arroz com feijão. Não dá para comprar um avião, mas dá para colocar gasolina na frota, não é verdade? E a essência é que estimula, o amor pela região, coisa que, às vezes, sentimos, percebemos carência. Essa atuação é simples. O custo que o Aimerê apresenta se dá numa cidade como esta, gera curiosidade. A título de exemplo, entra o meu amigo aqui que tem o micro-ônibus, organizamos uma viagem para Tepequém, já movimentou. A ideia que vou colocar aqui, acho que o DETUR já conhece. Promovemos uma ação ano passado, e uma outra, recentemente, relacionada ao que chamamos de Turismo de Conhecimento. Acabaram de falar que há pessoas que não conhecem a Assembleia, não é verdade? Quantas pessoas não sabem como é que funciona uma Assembleia, e o que compete a um deputado, o mesmo acontece ao Palácio do Governo, à Câmara dos vereadores, ao Corpo de Bombeiros, à Polícia Militar e por aí vai. Promovemos recentemente uma ação gratuita em uma escola, não cobramos nada, uma forma de fomentar a atividade com acordo com a escola reunimos com duas salas de crianças, de sete a oito anos, crianças na fase inicial da escolaridade, e as levamos para visitar, fizemos um city tour. No evento do ano passado, trouxemos para esta Assembleia um grupo de alunos para conhecer como funcionava a Assembleia, o que um deputado faz, levamos ao Palácio do Governo com o mesmo propósito. Foi uma simples ação de cidadania, as crianças nunca tinham andado aqui no centro da cidade, é o turismo de conhecimento, como se fala. Isso gera emprego e renda, o guia ganha seus cem reais, também a transportadora que trabalha, as crianças também estão tendo oportunidade. Imaginem quantas salas de aula tem uma única escola? Quantas escolas existem na cidade? Então esse é um trabalho a se desenvolver, e pode gerar trabalho pra vida toda, às vezes, não dá nem conta de atender a demanda.

**O Senhor Joaquim (Estrela) Representante do Turismo** – É importante que esse tipo de ação, deputado, sirva de estímulo para iniciativa privada criar, porque não adianta montar uma estrutura, botar um anjo da Polícia Militar, pegar funcionário de Relações Públicas do Palácio, Relações Públicas da Assembleia pra fazer tudo, a iniciativa privada fica sempre chupando o dedo. No estado temos sempre a ideia de que o poder público faz tudo, mas é preciso começar a mudar essa ideia. As coisas só vão se profissionalizar a partir do momento em que a Iniciativa Privada estiver à frente.

**O Senhor Hélio Zanone** – Apenas para endossar, até com uma palavra que eu aprendi, “pertencimento”. Quando a população gosta da cidade pelo seus atrativos, os monumentos pertencem a ela, realmente ela passa a defendê-los, também para endossar a importância do Convention, baseando-me na experiência que tivemos no salão do turismo em São Paulo, tivemos a oportunidade de fazer uma reunião de benchmark na “São Paulo Turismo”, embora uma empresa pública, é o órgão oficial de turismo da prefeitura de São Paulo. Naquele momento falavam justamente sobre eventos. Então, só para ter uma ideia, colocavam três eventos prioritários, mas isso foi em dois mil e oito e dois mil e nove. Agora entrou a Fórmula Inde, aí eu não sei como é que está. Na época eram: carnaval, parada gay, e a fórmula um. Isso, só para ter uma ideia do público que se deve trabalhar. O carnaval está em segundo lugar na questão de público que se recebe. Esse público geralmente vem do interior do estado de São Paulo para assistir ao carnaval, e ele também está em segundo lugar na geração de renda para cidade de São Paulo. O evento em São Paulo que atraiu maior público em dois mil e oito, e dois mil e nove foi a parada gay. São Paulo recebe um público acima de dois milhões de turistas no dia do evento. Imagine dois milhões de pessoas que vêm de fora para esse evento. Em termos de renda, é a Fórmula Um que atrai mais ou menos cem mil, cento e cinquenta mil turistas, é o que deixa mais renda. E paralelo a estes megaeventos conforme se falou, atualmente em São Paulo acontecem setenta e dois eventos ao mesmo tempo, são eventos pequenos. A Airlene pode me ajudar, não sei se estou certo na estatística, porém, mais de noventa por cento dos eventos no mundo são realizados com menos de trezentas pessoas. Boa vista tem a capacidade para receber trezentas pessoas em um evento. Então, nós temos várias fontes de ação para pôr em foco, temos várias estratégias.

**A Senhora Airlene Carvalho** – Só para complementar a ideia sobre eventos, nós tínhamos aqui a ESPOFERR que movimentava centenas de pessoas. Todas as noites se formava fila para entrar no Parque de Exposição. Com o tempo, a festa foi caindo, caindo até acabar de vez. Mas, em Roraima existem várias fazendas de plantações, agropecuárias, enfim. Por que a EXPOFERR não retorna essas ações? Por que não incluir isso no calendário? E também cutucar a Iniciativa Privada para realizar esses eventos, não ficar só dependendo do Governo? O Governo, lógico, pode ajudar, acho que a EXPOFERR deve retornar ao calendário de eventos, isso mexe com os negócios, agronegócios, é a estratégia que no mundo inteiro está dando certo. Nós temos aí a Festa do Abacaxi, Festa da Melancia que acontece nos municípios, temos a Corrida Nove de Júlio, patrocinada agora pela Caixa Econômica, é momento para se pensar também, e colocar na hora de discutir o turismo, elaborar um calendário de eventos, para que aconteçam anualmente. Não adianta a gente vender dizendo: vai ter uma vaquejada, mas na hora não acontece. Então, a gente perde crédito. Para se vender um produto, é necessário que ele aconteça de fato.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Sugiro incluir na pauta do turismo algo sobre turismo adaptado, é muito importante pensarmos e torná-los concretos, tendo em vista que é uma modalidade que está crescendo muito, e que essas pessoas precisam ser representadas.

**O Senhor Deputado Erci de Moraes** - Bom, gente! cheguei atrasado, me impus ficar em silêncio, ouvindo. Quando se ouve com atenção, parece que se consegue captar melhor as coisas. Eu, desde que tomei contato com Roraima, ouço dizer que Roraima tem duas molas propulsoras, ou o potencial para se desenvolver: é o setor do agronegócio, o outro é o turismo, no entanto, enquanto Vice-Governador, eu conversava muito com Alex do departamento de turismo na SEPLAN, e percebia que ele esperneava, que ele sonhava, que ele queria mudar, mas não encontrava eco, não havia resposta. A Airlene referiu-se ao Parque de Exposição, e, segundo entendo, o estado pode ser quando muito indutor dos processos de desenvolvimento, porém cabe à iniciativa privada estar à frente disso, seria a forma para vermos acontecer as mudanças. No Parque de Exposição tem uma plaquinha inaugurada no ano em que eu fui Secretário. Há quinze anos atrás houve exposições ali, e cada ano atraía público tal que o trânsito engarrafou daqui até lá Boa Vista, foi necessária a intervenção da Secretaria de Segurança, e tudo mais que foi preciso. Eventos abrilhantados por bons artistas de fora, era um espetáculo mesmo, considerado o maior evento de Boa Vista. Acabou exatamente por falta de objetividade, à medida que o setor do agronegócio foi sendo colocado num plano secundário, pois nunca se definiu uma política com planejamento para desenvolver o setor, o Parque de Exposição começou a servir de local às benesses. Ah! tem que organizar exposição, tem estacionamento, e para lá corriam lobistas, muitas vezes, meus colegas de Assembléia, me desculpem dizer isso mas eu vou falar, tirando assim o lugar da iniciativa privada pra serem os que desenvolveriam aquilo ali. A partir dessa prática, as nossas exposições foram minguando. E, agora, está ali aquele patrimônio, a estrutura se acabando, transformado em tapera, quando não se cuida, a tendência natural é esta. Então, está na hora ouvir atentamente a questão que começou pelo Estrela, com a necessidade de criação de uma Secretaria de Turismo, que é procedimento imperioso se é que todos nós acreditamos no turismo como uma das prioridades para vir a ser uma mola propulsora para desenvolver este estado. Cabe ao Governo criar uma Secretaria para formular, junto com a iniciativa privada, políticas para consolidar esta atividade, quando, já, tem um embrião da iniciativa privada, sobrevivendo com o turismo, como disse o Magno. Já está na hora de se fazer isso, tem seis Secretarias provisórias, e por que não tem uma de turismo com autoridade que um Secretário tem, para propor e brigar pela formulação de políticas que sejam colocadas como prioridade?

**O Senhor Ricardo Peixoto** – Somos o único estado da federação que não possui um órgão em nível de Secretaria.

**O Senhor Deputado Erci de Moraes** - Somos, em nível de simples diretor de departamento, sem autonomia, não tem orçamento, não tem nada, e é normal que a Secretaria de Planejamento se preocupe mais com as questões macro, que deixa o turismo lá em baixo, em outro plano, e não surge essa iniciativa. Agora pra que isso aconteça, minha gente, é preciso que, em uma boa hora, haja reunião, que saia desse seminário, depois que tivermos tudo planejadinho, pronto, que seja uma carta, alguma coisa assim. Então, vamos cobrar sim a participação das pessoas do primeiro escalão do governo pra ouvir que

é preciso que o estado olhe pra isso, caso contrário vamos perder a oportunidade. Admito que até um certo tempo havia toda aquela confusão na questão indígena que não se podia ir lá, mas hoje já está pacificado. Então, a hora é agora, o estado tem que pensar nisso. E, como deputado, estou disposto para somar somar esforços com os nossos companheiros desta comissão e de toda Assembléia, para que consigamos tornar um evento que realmente desperte em nós a consciência da importância, do valor dessa atividade. Falaram sobre evento do Centro de Convenção, que considero como prioridade. E como Airlene abordou, não é só o centro em si, claro, que tem tudo mais, sala para outras reuniões, onde se realizam os eventos com os eixos temáticos, você sai do plenário, depois tem que distribuir as pessoas em quatro ou cinco eventos. E, semelhantes, quando nós deputados participamos anualmente do evento da entidade com mil e cinquenta e três filiados natos que são os deputados estaduais da UNALE. Ela faz a sua conferência uma em cada estado da federação uma vez por ano. Começou em noventa e pouco, está quase chegando aos vinte e seis estados, mais o Distrito Federal. Já participo da UNALE há muitíssimos anos, e todas as vezes somos cobrados sobre quando vai se oferecer Boa Vista para patrocinar uma conferência. Então, ficamos naquela situação de dúvida quanto à capacidade hoteleira pra levar mil e seiscentos participantes como foi essa de Natal. Transporte aéreo. Enfim, uma série de coisas necessárias. E, exatamente, para isso que precisamos de uma Secretaria, que aja como indutora desse processo, ou seja, envolver-se e interagir com iniciativa privada pra que a gente consiga atingir esse objetivos. Então, a nossa reunião foi bastante proveitosa nesse aspecto, de trazer à discussão essas questões prementes e importantes para o nosso estado.

**O Senhor Doutor Professor Aímberê Freitas** – Enquanto o Deputado Erci falava, lembrei-me que alguns meses atrás, durante o seminário da Agricultura houve palestra sobre Piscicultura com informação, doutor Erci, de que hoje nós temos três mil e poucas hectares de lâmina d'água que produz peixe. Quando atingirmos quinze mil hectares, disse o Aniceto Wanderley, nós dobraremos o PIB de Roraima. O PIB de Roraima hoje está em torno de um bilhão. Então, com quinze mil hectares, nós temos três mil, nós dobramos o PIB. Sugiro aqui ao Peixoto e ao Hélio que trouxessem para o seminário tantos dados, quanto possível vocês conseguirem na SEPLAN, ou no departamento de economia, levantar o PIB, a contribuição do PIB do turismo em relação ao PIB do estado. É porque existem algumas autoridades que se trocam por número: quando se fala em número, se fala em dinheiro logo dizem: isso aí eu vou botar na minha agenda. É importante, pois, vocês levantarem toda cadeia turística de todos os envolvidos e trazer para cá e dizer em números: Nós contribuimos com tanto com o PIB Roraima, e se houver isso e aquilo nós explodimos Roraima em termos de contribuição.

**O Senhor Presidente Deputado Brito** – Tiana Brasília.

**A Senhora Tiana Brasília** – Boa-Tarde! Deputado. Eu, na realidade, vim pra cá pra ver essa questão da divulgação pela Assembléia, pois estou com dúvida sobre esse evento, é porque o nosso design está elaborando um evento de Turismo, é esse ou é outro?

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – É outro. Vai ter um evento de turismo nesta Casa, previsto para o dia vinte e oito, o outro é sobre Indústria, Comércio e Turismo, que acontecerá em agosto, já estamos organizando o esqueleto para trabalhar no modelo do Seminário de Agricultura.

**A Senhora Tiana Brasília**, Funcionária da Assembleia Legislativa - Alguém falou, creio que foi o seu Estrela, sobre a agenda de Roraima, gostaria de saber também se essa agenda vai ser resultado do Evento ou se o senhor pretende que seja feita a carta do evento?

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – A carta do evento, a carta do Seminário da Indústria, Comércio e Turismo, nós estamos reunindo separadamente, caso contrário o debate não evolui. A primeira reunião foi sobre a Indústria, o Comércio e o Turismo juntos e não evoluiu. Amanhã acontecerá encontro com a Indústria, na quarta com o pessoal do Comércio.

**A senhora Tiana Brasília**, Funcionária da Assembleia Legislativa, - O material preliminar, que as meninas que assessoram a comunicação, passou com quatro painéis. Dos quatro painéis aqui pelo menos, mais de trinta e cinco tópicos a gente foi anotando à medida que os convidados foram falando sobre questões ligadas ao turismo, às potencialidades, informação, planejamento, comercialização e turismo. Então, pelo menos, mais de trinta e cinco tópicos nós conseguimos anotar. Gostaria de saber se já está definida a data, os dias, que é pra gente já começar a evoluir no organograma, no cronograma.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Quanto às datas, estão previstos os dias sete e oito de agosto, mas vamos internamente planejar aqui, o professor Aimberê coordena junto com você, e aí a gente chega à definição. No dia vinte e dois haverá uma reunião da Indústria, Comércio e Turismo, todos juntos, mas nós já vamos ter em mãos tudo definido.

**A senhora Tiana Brasão**, Funcionária da Assembleia Legislativa- Eu digo isto porque, pelo menos até agora, sem a presença das outras representações indígenas, estão previstas, pelo menos, trinta e duas Instituições que deverão ser convidadas para participar. Estas as minhas dúvidas para a começarmos a fechar alguma coisa, obrigada!

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Não há quem queira fazer uso da palavra, novamente agradeço a presença de todos, pois diz respeito a um trabalho conjunto. É importante que estejamos todos empenhados não só aqui na hora da reunião, mas depois para o que surgir, a gente entra em contato, com a Comissão que está responsável pela organização desse evento. Professor Aimberê será o coordenador. Em nossos gabinetes, temos outros afazeres, além dos preparativos do Seminário. A “Comissão de Indústria, Comércio e Turismo” fica com a responsabilidade, junto com vocês, em preparar o seminário com excelência, e gerar um novo despertar para Indústria, Comércio e para o Turismo do nosso Estado. Então, não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada esta reunião. Muito obrigado a todos, tenhamos uma boa-noite.

**Brito Bezerra**

Presidente da Comissão

### COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2012.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, às quinze horas, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se Extraordinariamente a COMISSÃO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO, sob Coordenação do Senhor Deputado Brito Bezerra.

#### ABERTURA DA REUNIÃO

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra**, Coordenador da Reunião: Quero cumprimentar a todos, e peço que seja utilizado o microfone. Chegou o pessoal da Agência de Fomento, quero registrar a presença e agradecer a participação do meu amigo Mota.

**O Senhor Ricardo Alves Peixoto**, da ABAV: Quando nós colocamos que a expressão: “batata quente ficou nas mãos do Corpo de Bombeiros”, foi exatamente nesse sentido que o senhor explicou agora, em função dos recursos. E quando eu cito as normas, por exemplo, o IPEM, Instituto de Pesos e Medidas, tem por Lei Federal algumas atribuições que foram impostas. Na lei estadual, existem algumas atribuições que a lei federal já encarregou ao IPEM, mas no âmbito estadual todas as atribuições ficaram a cargo do CBMRR. Outra questão. Hoje, nós já temos empresas dentro do Estado com tecnologia de ponta nessa área de aventura, com equipamentos de primeiro mundo, a exemplo do Corpo de Bombeiro, que é parte integrante de todo esse processo.

**A Senhora Ana Sibetônia Veras**, SEPLAN – Departamento de Turismo: Boa-tarde a todos, eu sou Ana Sibetônia da SEPLAN. Ao pessoal da AFERR que está presente, seja bem-vindo. Nós temos alguns aspectos para colocar, Deputado. Recentemente a SEPLAN firmou convênios, nós temos acordos com a Marinha do Brasil. E, de fato, vocês estão sabendo que hoje a questão dos acidentes náuticos é muito frequente, preocupados firmamos essa parceria, e trouxemos o curso de arrais amador, aquaviário e motonauta, e vamos oferecer mais um curso desses. Mas, aproveitando que a Agência de Fomento está aqui, para reforçar, pois vocês vão ouvir muito choro, quero dizer que os empresários desse setor, Deputado, estão desprovidos realmente desse tipo de implemento, porque em Roraima existe a TOCATUR que faz um passeio pelo rio há mais de 10 (dez), anos nessas águas, por exemplo, a Marinha para fazer uma fiscalização, ou os primeiros procedimentos para apontar as melhorias, o empresário aqui tem condições de investir e proceder essas melhorias, até porque aqui não tem estaleiro. Nesse sentido, a Agência de Fomento, na medida do possível, poderia ajudá-los. A gente identificaria esse potencial, essas pessoas, para ver se surge uma linha para beneficiá-las, pois a carência é grande. Eles estão trabalhando na base do recurso próprio, mas se o Estado puder dar esse incentivo, seria muito melhor, pois são poucas as pessoas que trabalham nessa área, mas são muito necessárias porque eles fazem um passeio pelo Forte São Joaquim, embora com

precariedade ainda. Seria ideal, se a AFERR puder levar esse recado com carinho. É o que eu gostaria de colocar.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** - Só para esclarecer um pouco o objetivo das nossas reuniões. Elas estão focadas na definição dos painéis que vão fazer parte do Seminário de Indústria, Comércio e turismo. A Agência de Fomento foi convidada no sentido de abertura de linhas de créditos para os pequenos industriais, comerciantes e agências de turismo. Como está a Agência de Fomento dentro dessa política de fomentar, principalmente, os micros e pequenos empresários dos três segmentos.

**O Senhor Raimundo Nonato Mota Filho**, Diretor Presidente da Agência de Fomento de Roraima – AFERR: Primeiramente, boa-tarde. Agradeço ao Presidente da Comissão, Deputado Brito Bezerra, pelo convite à agência. Eu acho que o convite veio na hora certa, pois nós estamos abrindo uma linha de crédito no valor de R\$ 500.000 a R\$ 15.000,00, um convênio entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica. Provavelmente agora no início de julho nós estaremos iniciando na capital, e em meados de novembro ou dezembro pretendemos estender ao interior. Nós estamos concluindo na próxima semana a capacitação com os nossos técnicos junto a Caixa Econômica. Acho que, no máximo, pelo dia 10 de julho estará se iniciando essa linha crédito que pode ser tanto para investimento como para capital de giro, com juros baixíssimos.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Cavalcante, eu gostaria que você se pronunciasse, pois a pauta do comércio é a menos adiantada. O que poderíamos discutir nesse seminário a respeito do comércio no nosso Estado?

**O Senhor Hélio Cavalcante**, Vice-Presidente da Associação dos Distribuidores e Atacadistas de Roraima: Boa-tarde a todos, eu sou Cavalcante, Vice-Presidente da ADARR - Associação dos Distribuidores e Atacadistas de Roraima, e Diretor do Grupo Cavalcante. Deputado, no nosso segmento, hoje o gargalo, que eu vejo diretamente, falando como Vice-Presidente e como diretor de empresa, é a questão tributária. Nosso Estado hoje tem muita dificuldade, pois não tem uma política tributária definida, que, para nós, estou aqui no lado da executiva do varejo, é uma reclamação constante. Hoje, no âmbito brasileiro, uma taxa muito alta, e nosso Estado aqui, na ponta, um Estado pequeno, em fase de desenvolvimento, tem uma das cargas tributárias no segmento de cesta básica a mais alta do Brasil. Para se ter uma ideia, agora, nos últimos dias nós chegamos a ter um ajuste na pauta do frango que passou de 10% de aumento direto. Enquanto o Estado vizinho cobra 1% no produto como frango, o nosso chegou em torno de 20%. Hoje, o Jundiá, questão de fronteira, de como se lida com a arrecadação de tributos na fronteira, que hoje para nós empresários, tanto aos do atacado aos quanto do varejo, é complicado, por isso precisamos definir uma política que não seja intransigente, implicando e deixando, de certa forma, o pequeno empresário financiando alguns encargos e tributos com valores acima do praticado em nosso país é, mais ou menos, um dos principais problemas enfrentados em nosso setor.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** Na questão tributária, o gargalo principal é a barreira do Jundiá? ouço falar muito das questões relativas à barreira do Jundiá. Essa seria uma das questões que poderíamos debater também no seminário?

**O Senhor Hélio Cavalcante**, Vice-Presidente da Associação dos Distribuidores e Atacadistas de Roraima: A fiscalização do Jundiá funciona assim: Um caminhão que vem do sul do país, depois de rodar 15 ou 20 dias, chega no Jundiá, por qualquer empecilho seja geração de documento fiscal ou problema de internet que em nosso Estado não é muito boa, se o caminhoneiro pega um feriado, passa 3 ou 4 dias retido no Jundiá, acarretando para o empresário diárias, porque a empresa transportadora não tem nada a ver. O Estado, não sei se por problemas de ferramentas, acaba retendo esse caminhão como forma de arrecadar seus tributos, alguém termina sendo penalizado sem nada a ver com os problemas de nosso Estado. O fato da barreira estar no meio do trajeto, se o motorista pegar uma semana santa, um natal ou um carnaval o feriado prolongado, não tem hoje no Estado um posto de plantão para arrecadar o tributo. Algumas empresas que tem o Banco Online consegue pagar no feriado, mas quem não tem fica penalizado por 3 ou 4 dias, vai pagar o imposto e tem que pagar diárias. Outra questão: uma transportadora que vem com dez empresários, e dos dez nove estão ok, tudo bonitinho, apenas um desses não está com seus encargos corretos dentro do Estado, o caminhão fica retido por uma entrega. Os nove corretos consequentemente são penalizados e terão que pagar diárias desse caminhão. Eu falo sobre essa situação enquanto Vice-Presidente de uma classe. Então, acho que de ser buscar uma forma para que o

Estado consiga arrecadar os seus tributos, mas sem onerar nem complicar o trabalho de quem não tem nada a ver, como o transportador e o empresário que terminam sendo penalizados de uma tal forma, que eu não acho justo.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** O Mota quer expor temas relevantes para o seminário.

**O Senhor Raimundo Nonato Mota Filho**, Diretor Presidente da Agência de Fomento de Roraima – AFERR: Vou passar a palavra ao Regis, técnico da Agência de Fomento.

**O Senhor Regis** – Técnico da Agência de Fomento: Boa-tarde a todos, meu nome é Regis, trabalho na AFERR. Antes de participar desta reunião, nós levantamos alguns temas e os discutimos lá na agência, e nós gostaríamos de passar nossas propostas para o fomento a indústria e comércio de Roraima. Formação de empresas incubadoras, fomentada pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal, com o conhecimento técnico e fornecimento de apoio nas áreas contábil e fiscal, ou seja, nós iríamos preparar essas empresas diante de todas essas dificuldades já esplanadas aqui, comentamos que temos duas alternativas econômicas no nosso Estado: a área de Livre-Comércio e a outra nossa Zona de Processamento de Exportação. Entretanto, que muito se fala e pouco na verdade a gente consegue reverter para dentro do próprio consumidor ou mesmo com aumento de receita para o Município ou Estado. Outro ponto também, que você têm é a formação de uma empresa, porém com um ou dois anos, infelizmente, ela não consegue se aguentar no mercado. Talvez por alguns fatores, já de conhecimento nosso, e que agora acho que chegou o momento de, efetivamente, darmos esse apoio para essa iniciativa privada. Então a ideia da empresa incubadora seria pegarmos algumas empresas de qualquer segmento, darmos todo o apoio tanto financeiro quanto de incentivo para que essa empresa venha para Boa Vista ou para qualquer parte do Estado de Roraima, onde ela venha possa gerar emprego e renda. Nos entrariamos em que atrativos? Com benefícios fiscais, também com apoio técnico, administrativo, contábil, para que nós pudéssemos se desenvolver junto com essa empresa. E, a partir de dois anos, ela seria totalmente livre, sairia da fase de incubação. Seria mais ou menos essa a nossa proposta. Não sei se deixei claro. O segundo item seria o fortalecimento de políticas públicas, baseadas em novas tecnologias para o incremento do conhecimento empresarial. Hoje, graças a Deus, o nosso Estado, a nossa capital, tem várias faculdades, trabalhando na formação de capital intelectual. Isso nos traz um certo conforto, mas de certa maneira traz uma inquietação. Quando essa população, que está na universidade, sair de lá, vai fazer o quê? E quanto ao mercado de trabalho, como é que vamos fazer? Quais as oportunidades que vamos criar? Observa-se que há necessidade de orientação específica para investimento para um determinado empreendimento. Ou seja, nós não podemos também deixar de lado as nossas parcerias nesses potenciais parceiros, no caso de fomento, de financiamento, como o BASA, a EMBRAPA, o IBAMA, a Secretaria de Agricultura e outros órgãos voltados ao setor produtivo primário. Nós fizemos um levantamento e também já é público e notório de que existem dois tipos de formação de preço, um da porteira para dentro, outro da porteira para fora. Se colocar isso para o produtor que está lá na terra cultivando, plantando, arando, ele já vai ter uma noção diferente, ou seja, o que nós queremos é despertar não só a produção em si, mas a comercialização. Como ele vai fazer para formalizar? Aí entram as políticas públicas tanto do Estado quanto do Município, favorecendo a saída do produto. Como é que eu vou escoar meu produto? Para quem que eu vou escoar? Para o meu mercado interno? O que eu preciso ter e o que eu preciso saber para isso? Nós iríamos levar para o produtor um conhecimento completo desde o início, como plantar, como fazer a própria comercialização, indicar mercado consumidor potencial.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra:** Regis, desculpa interrompe-lo, mas não seria mais interessante uma parceria, por exemplo, nessa questão de treinamento empresarial já tem o SEBRAE, tem o SENAR; na questão da agricultura familiar, tem o SENAI que também já atua no treinamento. A Agência de Fomento em parceria com essas instituições, apenas fomentaria a partir de um projeto viável. O projeto veio viabilizado, e AFERR fomenta.

**O Senhor Regis** – Técnico da Agência de Fomento: Perfeitamente. Há uma concordância sim no seu comentário. Inclusive, nós estamos em fase de preparação, já foi uma equipe capacitada da própria Agência de Fomento para poder viabilizar esses projetos, viabilizar não só a parte econômica, mas técnica em parceria com o SEBRAE e demais órgãos, como o senhor acabou de mencionar, para

realmente alavancar determinado segmento na economia, e graças a Deus o Governo do Estado foi um parceiro bastante significativo para a AFERR, e já deslumbra alguns investimentos para o ano de 2013, 2014 e 2015.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** Então, essa pauta pode ser incluída no setor do desenvolvimento da indústria, é isso, Mota?

**O Senhor Raimundo Nonato Mota Filho**, Diretor Presidente da Agência de Fomento de Roraima – AFERR: Permita-me uma colocação. Não sei se é de conhecimento do pessoal do comércio, mas existe um convênio entre o SEBRAE, eu faço parte do Conselho do SEBRAE, quer dizer convênio entre o SEBRAE e a FECORMECIO que a gente aprovou, e eu fui o relator, é Escola de Negócios que é uma inovação aqui em Roraima. Nós criamos uma escola de negócios, que está se iniciando. Foi um convênio no valor de quase R\$ 500.000,00, metade FECORMECIO, metade SEBRAE, onde os empresários estão sendo treinados. Tem toda uma programação anual. As aulas estão acontecendo na FECORMECIO. Começou com trinta empresários. A programação vai desde fluxo de caixa, contábil, econômico; a parte de informática; idiomas; inglês e espanhol, pois, estamos na fronteira. Então eu acho que foi uma iniciativa muito boa por parte da FECORMECIO e do SEBRAE. Outras questões tanto a FECORMECIO e SEBRAE estiveram recentemente em visita a uma escola de comércio no Paraná, porque também temos a pretensão de criar no futuro uma escola de empreendedorismo em Roraima de nível superior, hoje há uma grande procura dos cursos de administração e economia e um pouco contábil. Eu acho que devido haver enfoque maior para o empreendedorismo. Hoje o nosso empresário não é preparado para isso, eu sou economista, então a gente aprende um pouco em economia, também um pouco em administração. Então estamos tentando trazer o modelo que tem nos EUA. A intenção é incluir o empreendedorismo desde o segundo grau até a universidade.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra:** A palavra está com Ricardo Matos.

**O Senhor Ricardo Matos** – FECORMECIO: Boa-tarde a todos. A Escola de Negócios vem exatamente preencher o vazio, pois nós temos formação acadêmica, mas não temos comercial, não temos profissional, então ela vem entrar no corporativismo. Isso já existe no Rio Grande do Sul que são Universidades Corporativistas, treinam o aluno para exatamente para entrar na área afim dele. A Escola de Negócios veio, para capacitar o empresário que já está no mercado e os que vão entrar, e dentro de um ensino corporativo, que ninguém vai inventar a roda. Hoje, no comércio existe a parte de administração comercial, a gestão de estoque e, mal comparando, é o início de Harvard dentro de Roraima. A ideia foi exatamente essa. Nós começamos agora na federação. Nós aprovamos esse processo para exatamente dar ao empresário a capacitação, pois o tino comercial ninguém vai dar pra ninguém, vai passar para ninguém. Mas, a orientação, estruturação, a forma administrativa de operacionalizar, de enxergar negócios, de entender, de controlar, de progredir, de avaliar será dada. Nós temos, só como exemplo a todos, dois shoppings a serem lançados em Boa Vista, eu me sinto mais ou menos experiente, mas sinto indecisão em uma decisão, em uma posição, uma insegurança, não contra o shopping, mas como funciona. Pergunto tem algum lojista de shopping aqui? Então, essa falta de capacitação, de informação que a escola de negócios vem suprir, ela veio não preocupada com certificação, bem claro, ela veio para dar capacitação. Só para dar esse esclarecimento, já que o colega mencionou a Escola de Negócios. É um processo de de cuja origem nós participamos.

**A Senhora Karen Aline Telles** – Federação da Indústria do Estado de Roraima – FIERR: Boa-tarde, sou Karen da Federação de Indústrias. Ficaram algumas dúvidas sobre o que foi apresentado pela Agência de Fomento. Eu acredito que podem haver outros itens, mas pelo que foi apresentado aqui, só ficou um pouco em aberto sobre o que poderia ser apresentado nesse seminário, o que a Agência de Fomento teria a propor para o segmento industrial que é, predominantemente, composto por micro e pequenas indústrias aqui no Estado, no sentido de viabilizar o aumento da produção e da competitividade. Então, há um aspecto onde as indústrias têm muita dificuldade hoje que é acesso a linhas de crédito. E tem o Banco do Brasil aqui, e eu coloco esse questionamento a essas duas instituições, pois quero conseguir respostas sobre alguns critérios que são exigidos, mas essas empresas não podem apresentar como: título definitivo e uma série de outras coisas, às vezes os valores não são nem tão grandes, no entanto, a indústria fica impossibilitada de investir, por



exemplo, em incorporação de novas tecnologias por compra de uma equipamento que não tem nem um alto valor de mercado, mas, como ela não tem um capital de giro suficiente, ela acaba não conseguindo investir e vai perdendo competitividade. Talvez essa seja uma das causas que interferem no fechamento precoce dessas empresas. Elas não conseguem se manter em operação. Então, se a gente puder colocar alguma coisa nesse sentido, acho que seria bastante útil.

**O Senhor Ricardo Matos – FECORMECIO:** Gostaria completar o pensamento da colega. Eu tinha colocado aqui que um dos itens que tiram muito do mercado indústria e comércio é o financiamento. Hoje eu tenho uma gama de financiamento aberto, mas em nenhum deles se leva em conta o fator “amazônico”. Nenhum deles leva em conta o fato Roraima que, dentro da Amazônia, é extremo. Então as exigências do Banco Central, do BASA, são normativas únicas para o Brasil inteiro, elas são rígidas. Então, se não houver uma flexibilização nessas exigências, conforme eu tinha colocado aqui, fora a reforma tributária que foi colocada, e está saindo uma proposta, precisa ser feita com urgência a nível local, a flexibilização das exigências, levando em consideração o fator amazônico, o fator Roraima. Ninguém passa por Roraima. Ou a pessoa vem pra cá ou não vem. Não existe esse trânsito. Nós estamos fora de eixo de economia, fora de eixo de comércio, fora de eixo de turismo, fora de eixo de qualquer situação econômica que se possa traçar. Então deve levar em consideração esses fatores.

**O Senhor Fernando Bohn – Banco do Brasil:** Eu cito, como exemplo, com a chegada do nosso superintendente, em dezembro do ano passado, a questão da regularização de terra em mais um setor primário. A partir dessa regularização nós começamos a fomentar cada vez mais o agronegócio no Estado. Então, no tocante à legislação, realmente, nós não temos, ainda, essa flexibilização para o Estado de Roraima e demais Estados que compõem a Amazônia Legal. Mas, cito como exemplo, essa situação. E a partir do momento em que a gente tem uma regularização, uma regulamentação dentro do Estado, facilita muito a concessão de créditos. No que diz respeito a linhas de créditos para micro e pequenas empresas e também às indústrias, eu posso dizer para vocês que as linhas de créditos que foram anunciadas pela Agência de fomento, o Banco do Brasil já opera desde o ano de 2010 com microcrédito produtivo orientado, seguindo o “Programa Crescer” do Governo Federal. E também nas nossas agências, existem linhas de créditos para as indústrias, para os pequenos, para os médios e micros, para todos os clientes. Obviamente, dependendo da linha de crédito, seja ela para giro ou investimento, mas principalmente para investimento, o Banco vai exigir, vai demandar algumas garantias, assim como todos os bancos demandam. De qualquer forma a gente quer colocar para vocês que o Banco do Brasil está comprometido sim como o crescimento e desenvolvimento do Estado.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra:** Vamos então, Ricardo, inserir esse assunto na pauta de discussão do Seminário, para debatê-lo. A Secretaria do Estado da Fazenda muito presente aqui, que bom. A pauta do comércio está sendo definida, e ela demanda muito a questão tributária do Estado. A SEFAZ foi convidada para participar dessa reunião para a gente trabalhar a pauta desse seminário. Eles colocam uma questão interessante que é a problemática da barreira do Jundiá onde, às vezes, não tem atendimento, às vezes o sistema está fora de área, e em vez de lacrar o caminhão e mandar pra cá para que seja resolvido aqui, eles preferem ficar com o caminhão retido por dois ou três dias, em fim, é uma problemática que existe. O pessoal do comércio, na questão da produção, setor produtivo produz, mas, quando vai industrializar, por exemplo, o arroz, a partir do empacotamento eles não tem mais a inserção, surge aquela concorrência desleal, por que a área de livre comércio dá os 12% de crédito para quem manda, enfim, essa questão tributária da SEFAZ vai ser demandada nesse seminário.

**A Senhora Luzilena Socorro F. de Oliveira – SEFAZ:** Nós temos umas justificativas referentes ao arroz. O arroz até o empacotamento, realmente, é todo inseto. Tem alguns fatores que devem ser avaliados, mas nós estamos aqui para colaborar. Mais um pequeno ponto sobre a questão do Jundiá. O produto só fica efetivamente retido se a empresa estiver cancelada, se ela estiver até com débito, ele passa com o DARE que é uma maneira que nós encontramos de não ficar retido lá. Então, se ele estiver com débito, mas se a empresa estiver ativa, a mercadoria entra. Ela só não entra se ele já tiver um DARE 24 horas, ou seja, ela estava com uma pendência e não regularizou, aí chegou a mercadoria no posto e, para não ficar retida, gerou um DARE 24 horas. Esse DARE 24 horas a partir do vencimento eu não posso gerar um segundo. Quer dizer, ele não sabia

que tinha o débito, mas quando chegou o DARE ele já tomou conhecimento do débito, mas mesmo assim continua. Então são outros fatores também.

**O Senhor Cel. Manoel Leocádio de Menezes – Comandante -Geral do Corpo de Bombeiros e Militares do Estado de Roraima:** Deputado, dando uma olhada aqui na lei, quanto ao seminário, a presença do Corpo de Bombeiros é mais na questão do turismo de aventura. Então, Sugiro discutirmos, e propor como tema do seminário alguns pontos voltados realmente para o turismo de aventura. A minha intenção é ir um pouco além do simples debate. A proposta que eu quero lançar, olhando a legislação, é realmente cumprir aquelas etapas que a lei está impondo. Qual seria? Seria reunir com as empresas que estão à frente e a gente já normatizar e fazer o credenciamento dessas empresas e dos profissionais que vão atuar. Para realizar POP, um POP é Procedimentos Operacionais de Padrões, que nós temos no Corpo de Bombeiros. Então eu vou realizar um POP para o rapel. O que seria isso? Um rapel, como é que vai ser? Quais são os pontos de ancoragem? Quais são os pontos de segurança? Se conseguimos reunir com essas pessoas, com essas empresas, poderíamos já identificar alguns pontos no Estado para fazer essa prática, como, por exemplo, Tepequém, onde tem um local próximo à cachoeira, ideal para praticar tirolesa. Então, se for isso a gente já mantém um ponto de ancoragem para essa prática. Enfim, já iríamos identificar esses pontos para a prática de turismo de aventura. Aqui no ecotel, quando ele foi construído, dentro do projeto o Corpo de Bombeiro acompanhou. E nós colocamos lá em cima um ponto de ancoragem. Então, caso ocorra algum incêndio, nós já sabemos tem e tudo mais. Então eu proponho fazer essas identificações nos locais onde possa vir a ser um ponto de turismo de aventura. Minha proposta seria mais nesse sentido. Aqui tem os equipamentos, nós já iríamos nominar os equipamentos para falar a mesma linguagem, normatizar tudo isso, e já sairíamos do seminário com uma coisa concreta. Então, essa é minha proposta. Para quem não me conhece, eu procuro sair do plano teórico e ir para o operacional, a gente analisa, planeja, mas executa. Eu planejo executando, eu sou dessa área. A lei fala também da regulamentação, que vai ser tudo isso. Nós vamos realmente normatizar e regulamentar todos os pontos, tudo que consta aqui na lei para se praticar fazer um rapel de aventura com segurança. É a minha proposta para o seminário.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra:** Registro a presença do professor Aimberê. Professor, a pauta do turismo já está praticamente definida. A Federação da Indústria apresentou um leque de sugestões, enquanto o comércio é basicamente a questão tributária. Passo a palavra para o senhor para ponderar sobre o que já foi debatido, mas precisa de mais algumas informações, mais subsídios para organizarmos esse seminário.

**O Senhor Aimberê de Freitas:** Bom, boa-tarde a todos. É um prazer reencontrá-los aqui. Vejam só, a Assembleia Legislativa, ao tomar a iniciativa de realizar esses seminários, tem o propósito exatamente de levantar discussões em torno dos temas que, por algum motivo, trazem algum entrave ao desenvolvimento. Nós observamos em seminários anteriores que as organizações públicas ao virem aos seminários relatam ou fazem uma espécie de prestação de contas sobre o que estão fazendo ou do que pretendem fazer. Isso não é útil para o seminário, isso é, digamos o dia-a-dia daquela organização, porque os representantes dos setores, envolvidos diretamente, querem soluções, e não ouvir o relato do que foi feito no ano passado, etc. As questões levantadas depois de concluído o seminário, em uma síntese, servirá para a Assembleia poder subsidiar os órgãos diretamente envolvidos, de como melhorar a sua performance para atender os segmentos dotadamente, como disse o Deputado Brito sobre o turismo, indústria e do comércio. Eu penso que esta é a quarta reunião que se faz. Primeira foi com segmentos isolados, e agora coletivo. Eu tenho a impressão, Deputado, que já temos subsídios para elaborar uma pauta de discussão. Queremos que este plenário esteja efetivamente cheio de gente com vontade para discutir, não apenas ouvir os expositores, mas questionar a dinâmica do seminário questionado tem muito mais produtividade. Esperamos contar um elenco de sugestões, visando animar a Assembleia a levar isso à frente, se responsabilizar até por algumas demandas que possam existir, de forma que possamos sair desse seminário com a esperança de que haverá melhor desenvolvimento da indústria e do comércio e do setor de turismo. Eu penso, Deputado, que estamos plenos de informações para minutar à pauta do seminário, serão dois dias, duas manhãs e duas tardes. Portanto, cabe aos setores aqui presentes trazer os seus representantes para a Assembleia para levantar outras questões que, por ventura, aqui não tenham sido levantadas.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra:** Obrigado professor. A Karen me perguntou sobre a carga horária do seminário. Serão três horas pela manhã, pois começará às nove horas, e terminará ao meio-dia. Não é isso, professor?

**O Senhor Aimberê de Freitas:** A ideia é: meia hora para o expositor levantar as questões, depois quinze minutos para que as questões possam ser levantadas e respondidas. Então, tendo três horas pela manhã, das nove ao meio dia, e das duas às cinco, tem espaço aí para envolver a participação do público.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra,** Então, a participação do público será muito interessante, Karen. As pessoas ligadas à indústria convidam as pessoas da indústria. As pessoas do comércio convidam as pessoas do comércio. Turismo no mesmo sentido. Nós precisamos ter uma plateia lotada se possível. Dispomos da conforto necessário para receber pessoas, e que o Poder Público veja que os três segmentos envolvidos realmente tenham interesse em desobstruir os gargalos existem nas respectivas áreas, que as coisas sejam realmente resolvidas dentro desse segmento. Sem a presença do público, parece que não há interesse. Então, as pessoas do comércio aqui presentes, o Cavalcante que é da Associação dos Distribuidores e Atacadistas; representando o Júnior Goiania, que é da Associação dos Superatacadistas, está a Luciana. Enfim, cada segmento mobiliza a maior quantidade de pessoas possível para maior notoriedade a esse processo. Sugiro, ainda, que até o dia 28/06, quinta-feira, no máximo, professor, recebamos as sugestões, aquelas que não foram debatidas aqui, que por ventura em um insight apareça. A gente imagina que até dia 28 próximo seja o prazo final receber demandas para inseri-las na pauta do seminário. O que vocês acham?

**A Senhora Karen Aline Telles – Federação da Indústria do Estado de Roraima – FIERR:** Deputado, mais uma consideração em relação a isso. E como a gente ainda não viu o formato, a única consideração que se colocaria aqui, será questão da distribuição dos temas, pois se tivermos a expectativa de que um mesmo participante esteja presente nos dois dias, de manhã e de tarde, ficamos com uma certa preocupação. Entende-se que para o empresário é difícil se ausentar de sua empresa durante os dois dias inteiros para participar da programação. Por outro lado, imagino que a expectativa seja na manhã, por exemplo, quando vai se tratar do tema comércio, aí terá uma participação do comércio, se à tarde for indústria, a participação será das indústrias, aí eu acho mais viável. Lembrando que, às vezes, pode acontecer que tenha um mesmo empresário com investimentos diferentes que podem pertencer a um mesmo segmento.

**O Senhor Ricardo Matos – FECORMECIO:** Questão de ordem que eu queria levantar, pois nós temos o turismo, a indústria, o comércio e serviço. É um nicho que a gente tem que trabalhar, pois pega as duas ações: a indústria e o comércio, onde tem esse mix. Então, eu não ouvi o chamamento do Serviço, ouvi Indústria, Comércio e Turismo, mas não ouvi o Serviço. Então é uma questão de ordem que eu estou levantando agora, na base de essa sua (Deputado Brito) proposta agora para se pensar sobre temas até o dia 28, para, então, fazer alguma adequação de uma proposta de serviços para apresentar até o dia 28, trata-se de um segmento que não foi aqui colocada.

**O Senhor Hélio Cavalcante,** Vice-Presidente da Associação dos Distribuidores e Atacadistas de Roraima: Pergunta para SEFAZ. Eu falo em nome da Associação do Varejo. Você falou agora há pouco sobre o DARE 24 horas. É uma reclamação generalizada de todas as categorias. Nós temos uma carteira hoje de bastante varejistas em nossas empresas, eu te pergunto: A gente pode passar isso para a Associação, que está aberto o DARE 24 horas caso não tenha reincidência, porque isso é a principal reclamação. Quando eu fui convidado para representar o comércio, o questionamento era esse, pois passou a gerar diárias, eu citei isso há pouco, estou repetindo porque você não estava aqui, em alguns casos as empresas não tem nada a ver com o problema do transporte mas seus caminhões ficaram retidos nos finais de semana e isso acumulou diárias. Eles nos cobraram, pediram que cobrássemos um posicionamento do fisco, que buscasse uma maneira de liberar o caminhão para a capital, e que fosse resolvido aqui. Eu posso confirmar isso para a Associação?

**A Senhora Luzilena Socorro F. de Oliveira – SEFAZ:** De fato é dessa maneira que funciona. Agora o que pode ocorrer? Você, como transportador, tem uma carga mas ali tem uma empresa cancelada, aí o tratamento da empresa cancelada é diferenciada porque ninguém localiza a empresa. Então, a empresa tem que se manifestar, aí é uma situação diferenciada. Agora se ela estiver com débito e não tiver DARE 24 horas, é lançado um DARE 24 horas.

**O Senhor Hélio Cavalcante,** Vice-Presidente da Associação dos Distribuidores e Atacadistas de Roraima: Mesmo no caso de uma empresa cancelada, se tiver uma empresa que venha com vários clientes mas só uma esteja cancelada?

**O Senhor Ricardo Matos – FECORMECIO:** Só uma pergunta. Eu tive uma informação ontem que está vindo para análise uma proposta de reforma tributária, quem me falou foi o procurador fazendário do Estado. Você poderia passar uma minuta para o Deputado socializar com os outros segmentos, para que nesse seminário a possamos dar uma discutida e evoluir, pois existem muitas ainda do tempo da inflação que são confiscatórias, 40% sobre operação para quem está com a mercadoria sem nota acompanhando, e é confiscatória, daí a gente vê isso como incidência. Então, se possível socializar com o deputado o pedido dessa minuta, que, no o seminário, já poderia ser feita uma crítica desse processo, já que existe uma minuta circulando, pelo menos lá no executivo.

**A Senhora Luzilena Socorro F. de Oliveira – SEFAZ:** Bom, eu desconheço essa minuta. Já solicitei que fizessem um levantamento, tendo em vista que agora nós estamos com muita novidade. Nota fiscal é eletrônica, expedido e com isso, nós não estamos acompanhando pois, para que as empresas sejam penalizadas em cima disso, nós precisaríamos estar de acordo com a lei. Como é novidade, nós não temos a lei. Eu pedi que fizessem um levantamento, é a parte que a SEFAZ está sabendo. Eu pedi para que fizessem um levantamento em outros Estados para acompanhar, mas isso é interno, ainda não tem nenhum projeto, dentro da SEFAZ. Agora o que você está me falando é uma novidade, eu não sei qual é essa reforma, eu não posso te dar nenhuma posição.

**O Senhor Ricardo Matos – FECORMECIO:** Seria interessante verificar, pois conforme o Procurador Fazendário, Doutor Fernando, colocou, ele estava analisando uma minuta sobre uma reforma, que, inclusive, eu coloquei aqui a revisão ou a reforma do regulamento do ICMS como primeiro ponto da Federação do Comércio, E como falou o colega ser o ponto de estrangulamento, e também a forma da operação processual, não é só o regulamento de ICMS, é a forma operante do processo que tem que ser revisto em toda parte, principalmente no nosso caso, que a gente tem só uma fronteira de acesso pra cá que tem que ser flexibilizado. Claro, cancelamento é coisa para ser discutido em outro momento, não vamos entrar agora, mas tem que ser vista não só a mudança, a adequação, o regulamento de ICMS, mas o *modus operandi* desse regulamento, a parte funcional dele.

**A Senhora Luzilena Socorro F. de Oliveira – SEFAZ:** Eu tenho mais uma informação. Como o posto do Jundiá não tem uma estrutura muito boa, estávamos há um bom tempo tentando trazer as transportadoras para serem liberadas aqui dentro. Semana passada, dia 11, houve abertura de um posto piloto aqui no macuxi. Então, nós estamos começando a avaliar, já vamos antecipar o serviço da transportadora. Essa é a pretensão. Só que, contando com isso, temos um pequeno porém, que são investimentos. Então nós estamos fazendo piloto com que nós temos, para não retardar mais o processo, mas nós também ficamos um pouco limitados a uma questão de investimentos mesmo assim nós trouxemos. Estamos tentando, mas devemos lembrar que é piloto, que vamos avaliar, e daqui a três meses teremos uma avaliação melhor.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** Eu gostaria de registrar a presença do Anselmo Martinez. Ele trabalha também no segmento de pedras ornamentais. Ontem, em conversa ele me sugeriu que na pauta da indústria colocássemos um painel, para estudarmos, a possibilidade de trabalhar as nossas jazidas no Estado de Roraima, que já estão identificadas e várias jazidas enquanto nós importamos todo esse material de outros Estados da Federação, sem nada produzimos em nosso Estado. É uma questão muito interessante a ideia de podermos produzir aqui. Então, a sugestão do Anselmo poderia fazer parte em um dos painéis. A palavra está com o Anselmo.

**O Senhor Anselmo Martinez,** Presidente do SINDEFERR: Eu agradeço o convite, e estou aqui como representante do setor de comércio, eu também atuo na parte industrial. Creio que Roraima está deixando passar o tempo de utilizar dos seus recursos, me refiro à parte de minério de pedra, temos um potencial muito grande no Estado relativo a pedras ornamentais, granito especificamente. E já há um estudo no Estado com ralação às reservas, de jazida, mas alguma coisa acontece, não sei se politicamente ou de outra parte, pois isso está patinando, e não se explora. Existe apenas uma empresa que está explorando algumas jazidas, com um grau de dificuldade extremo, e não está colocando no mercado esse produto a um preço como poderia

estar. Hoje, Roraima importa material de outros Estados cujos custos são mais econômicos do que os produzidos aqui, quando poderia ser o inverso. Eu acredito que nós precisamos de uma participação do governo, no sentido da pesquisa, do desenvolvimento, da disponibilização desses estudos de pesquisa para que os empresários de Roraima, não especificamente os de pedra, vários empresários que tem recursos, que podem investir no setor, considerado interessante. Ontem, citei para o Deputado o problema do setor madeireiro, onde temos nos últimos dez anos houve um declínio de produção madeireira, aqui no Estado por vários motivos. Então, o setor de pedra poderia alavancar e desenvolver bastante, voltar a ter uma produção de grande importância no Estado no setor industrial, dentro dessa área, por que ele envolve um impacto ambiental muito menor, ele não é um produto renovável, ou seja, é um produto que se extrai sem causar problema, sem agressão ao meio ambiente, ao contrário, por exemplo, derrubar uma árvore e esperar que ela volte a produzir. O potencial de reserva que nós temos aqui e tal que, em mil anos, não se conseguirá consumi-lo, não há essa possibilidade. Portanto, nem em vinte ou trinta anos se utilizará esse minério. Diante dos avanços tecnológicos, esse produto mineral não vai ser utilizado como está sendo. Hoje, ele tem um valor, mas dentro de vinte anos vai ter muito menor. O momento para se utilizá-lo é hoje. O momento em que o Estado pode usufruir desse benefício é hoje, é agora. Então, é recomendável colocar na pauta um estudo sobre esse aspecto para ver de que forma os vários setores se envolvem e possam dar desenvolvimento a ele. Obrigado.

**O Senhor Ricardo Matos – FECORMECIO:** A colocação do colega é válida, mas a questão de custo de nosso Estado ser maior do que dos outros é escala de produção, que deve ser considerado. Anselmo, você chegou agora. E referente ao fator amazônico, temos que considerar a nossa escala de produção aqui, que, se a gente produzir para fazer a sua logística de exportação é cara. Nós estamos fora do eixo de mercado, vamos voltar àquilo que a gente colocou aqui, se não tiver o fator amazônico em pauta, Deputado, fica difícil que a Área de Livre Comércio, a ZPL funcionar. Tudo funciona, você sabe disso, é uma questão de logística. Tem um custo nosso aqui que é o frete, e a escala de produção, nosso mercado é pequeno. Então, quando o cara vai instalar aqui uma indústria, o mercado dele direto é reduzido. Quando se falar em fator amazônico, o fator Roraima é exatamente considerar as nossas condições, que são diferenciadas. A gente não quer um tratamento, é só pra gente subsistir. E como o Anselmo deu o exemplo, um cara lá do Amazonas que produzir em escala maior, diminui o custo de lucro, diminui o custo de produção, coloca no mercado com dois milhões de habitantes o de Manaus, e três milhões e meio que é o Amazonas, que tem escoamento de produto através de porto, aeroporto, rodovia, enquanto nós aqui estamos estrangulados. Então, temos que levar em consideração essas situações, é uma bandeira para ser levantada, quanto ao fator amazônico, e fator Roraima, como diferencial para fomentar a indústria, o comércio e serviço dentro do Estado.

**O Senhor Anselmo Martinez,** Presidente do SINDEFERR: Só para complementar um detalhe, conforme o companheiro Ricardo Matos colocou, na verdade, quando se fala em extração de pedra em Roraima, estamos pensando em mercados externos. O mercado interno não tem suporte para consumir o potencial que nós temos aqui. E quando se fala de produto externo, nós estamos falando em instalação de indústrias com porte suficiente para produzir um produto de qualidade para exportação, que é diferente de um produto considerado no mercado nacional. Agora, esse fator Amazônia que o Ricardo Matos expressou, sem dúvida, há uma necessidade, trata-se de uma realidade a ser iniciada ainda, e nós vamos ter dificuldades em todos os níveis, como o nosso amigo Joaquim está sofrendo aqui. Em nível local, há mão de obra especializada, nós não temos treinamento, nem cursos suficientes, nosso ponto logístico de situação é diferenciado, todos os nossos custos são diferentes, mas nós temos o potencial, e temos que viabilizar a possibilidade e utilizar esse potencial.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? Então, não há quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada nossa reunião. Até sexta-feira, é o dia máximo para acatarmos, recebermos essas sugestões e para, então, inseri-las na pauta de nosso seminário. Muito obrigado a todos, tenham todos uma boa-tarde.

**Brito Bezerra**  
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDENCIA LEGISLATIVA  
 DIRETORIA DE ASSISTENCIA AS COMISSÕES  
 GERENCIA DE ASSISTÊNCIA AS COMISSÕES  
**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**  
**RELATÓRIO.**

Esta Comissão, com o intuito de realizar o I Seminário sobre a Indústria, Comércio e Turismo em Roraima, convidou os representantes de várias Entidades ligadas à indústria no Estado de Roraima para a reunião no dia 13 de junho do corrente, às 15.30h, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas. Foram convidados os Senhores: Luiz Coêlho de Brito, Presidente do SINDICON; Lídia Maria das D.C. Tavares, Superintendente do IEL; Hiperion de Oliveira Silva, Secretário de Estado do Índio-SEIN; Arnaldo Mendes de Souza Cruz, Diretor Regional de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI; Antônio Francisco Beserra Marques, Superintendente Regional do INCRA; Prof. Dr. Luiz Aimberê Soares de Freitas, Assessor Especial da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Kildo de Albuquerque Andrade, Diretor Regional do Serviço Social do Comércio-SESC; Luciana Surita de Motta Macedo, Superintendente do Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa-SEBRAE; Otilia Natália Pinto, Secretária de Estado Extraordinária para Assuntos Internacionais-SEAI; e Laerte Elói Oestreich, Presidente da Câmara de Comércio Brasil/Guiana. No entanto, compareceram os Senhores Thiago Brito, representando o SINDICON; Karen Aline Telles Louvin e Lissandra Martha dos Santos Silva, representantes da FIER.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra, agradeceu a presença de todos e destacou a importância do momento para definir a pauta do Seminário, para que o segmento da indústria, possa alavancar seus negócios no Estado de Roraima, consequentemente ocorrerá a geração de emprego e renda. Ressaltou, ainda, que a ideia central é realizar um Seminário sobre Indústria, Comércio e Turismo, sendo que cada entidade se envolverá nas áreas afins, embora todas estejam interligadas. Informou que a cordenação do evento fica a cargo dos servidores Dr. Aimberê Soares de Freitas e Tiana Frazão, que, segundo enfatizou o presidente da comissão, já realizaram nesta Casa dois importantes Simpósios com destacada competência. Em prosseguimento, disse que a Assembleia Legislativa tem a incumbência de convidar as entidades para ouvi-las, para debater temas relevantes, visando criar projetos sustentáveis. Continuando, o Senhor Presidente, solicitou aos convidados representantes das Entidades, encaminharem no prazo mais breve possível, para que a pauta do Seminário seja construída de maneira clara e objetiva, embora alguns segmentos já apresentaram sugestões por escrito, detalhando o percentual das Unidades Federadas e os países vizinhos que mais visitam o Estado de Roraima, reacionadas as dificuldades enfrentadas. Enfim, destacou a importância da participação, da iniciativa privada para a sustentabilidade necessária para o crescimento do Estado de Roraima, em favor também às futuras gerações.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes**, agradeceu a presença de todos e se colocou à disposição para o que for necessária para a realização do Seminário.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra, após ouvir representantes dos segmentos presentes, recebeu propostas com os seguintes temas:

- I- Logística e Infraestrutura;
- II- Fomento ao Crédito;
- III- Novos Mecanismos de Tributação;
- IV- Convalidação dos Incentivos Fiscais;
- V- Incentivo à Exportação;
- VI- Estruturação das cadeias produtivas (foco no beneficiamento e agregação de valor dos produtos);
- VII- Inovação e sustentabilidade dos produtos e empresas industriais; e
- VIII- Atração de Investimento Estrangeiro.

A Comissão, considerou-se satisfeita pela participação, agradeceu aos que compareceram à reunião, e declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2012

**Brito Bezerra**  
 Presidente da Comissão.  
**Erci de Moraes**  
 Membro da Comissão.



# PROCON

---

# ASSEMBLEIA



**A Voz do  
Consumidor**

**proconassembleia@al.rr.gov.br**  
**Fone:(95) 4009-5614**